

UNIDADE NACIONAL

2016

RELATÓRIO DE GESTÃO

DO EXERCÍCIO 2016



SESCOOP
Serviço Nacional de Aprendizagem
do Cooperativismo

BRASÍLIA, DF | MAIO DE 2017

RELATÓRIO DE GESTÃO

DO EXERCÍCIO 2016

Relatório de Gestão do exercício 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 154/2016 e da Portaria TCU nº 59/2017.

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop)

Conselho Nacional

Presidente

Márcio Lopes de Freitas

Conselheiros indicados pelos ministérios

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Caio Tibério Dornelles da Rocha – titular

Vera Lúcia de Oliveira – suplente

Najara Flauzino Ferro – suplente

Ministério da Fazenda

Aumara Bastos Feu Alvim de Souza – titular

Maria do Socorro Dias Durães – titular

Lucas Vieira Matias – suplente

Andréia Lúcia A. da Cruz de Carvalho – suplente

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Deborah Virgínia Macêdo Arôxa – titular

Ministério do Trabalho e Previdência Social

Natalino Oldakoski – titular

Dênio Aparecido Ramos – titular

Alex Pereira Freitas – suplente

Conselheiros indicados pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

Região Centro-Oeste

Onofre Cezário de Souza Filho – titular

Celso Ramos Regis – titular

Remy Gorga Neto – suplente

Roberto Marazi – suplente

Regiões Norte e Nordeste

Cergio Tecchio – titular

Ricardo Benedito Khouri – titular

Manoel Valdemiro F. da Rocha – suplente

Malaquias Ancelmo de Oliveira – suplente

Região Sudeste

Ronaldo Ernesto Scucato – titular

Carlos André Santos de Oliveira – suplente

Marcos Diaz – suplente

Região Sul

Marcos Antônio Zordan – titular

Luiz Vicente Suzin – titular

Leonardo Boesche – suplente

Conselheiros representantes dos empregados em cooperativas

Geci Pungan – titular (*in memoriam*)

João Edilson de Oliveira – titular

Maria Silvana Ramos – suplente

Luizita Fonseca Leite Pina – suplente

Conselho Fiscal

Conselheiros indicados pelos ministérios

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Pedro Alves Corrêa Neto – titular

Tania Mara Garib – titular

Hélcio Campos Botelho – suplente

Ministério da Fazenda

Edilson Rodrigues Tavares – titular

Ricardo da Costa Nunes – titular

Bruna Adair Miranda – suplente

Fábio José Pereira – suplente

Ministério do Trabalho e Previdência Social

Elise Andreolla – titular

Benedito Adalberto Brunca – titular

Maria de Fátima C. da Cruz – suplente

Emanuel Araújo Dantas – suplente

Conselheiros indicados pela OCB

Marcos Antônio Braga da Rocha – titular

Gilcimar Barros Pureza – titular

Esthério Sebastião Colnago – titular

André Pacelli Bezerra Viana – titular
José Aparecido dos Santos – suplente
Norberto Tomasini – suplente
Jeferson Adonias Smaniotto – suplente
José Arilo Carneiro Pereira – suplente

**Conselheiros representantes dos
empregados em cooperativas**

Marcelino Henrique
Queiroz Botelho – titular

Evaristo Lunz Gomes – titular
Robespierre Koury Ferreira – suplente

Diretoria Executiva

Presidente

Márcio Lopes de Freitas

Superintendente

Renato Nobile

Relatório de Gestão 2016
Unidade Nacional – Elaboração

Grupo de Trabalho

Coordenação

Karla Tadeu Duarte de Oliveira – Gerente-Geral

Colaboração técnica

Christian Rocha de Seixas – Analista de Planejamento
Carlos Magno Pereira Bastos – Analista de Gestão Estratégica
Hellen Beck de Souza – Técnica de Apoio Administrativo
Maria do Carmo Viana de Rezende – Analista de Planejamento
Raquel Rodrigues – Analista de Planejamento
Silvia Mayumi Nawa Nakamai – Analista de Planejamento
Simone do Carmo Direito – Analista de Projetos

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abreviaturas e Siglas	Descrição
AABB	Associação Atlética e Recreativa do Banco do Brasil
ABRH	Associação Brasileira de Recursos Humanos
ABTD	Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento.
ASJUR	Assessoria Jurídica
AUDIT	Assessoria de Auditoria e Controle
BACEN	Banco Central do Brasil
BI	Business Intelligence
CEDOC	Centro de Documentação e Memória Institucional
CERFLOR	Programa Brasileiro de Certificação Florestal
CGTI	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
CGU	Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CNCOOP	Confederação Nacional das Cooperativas
CPADI	Comissão Permanente de Avaliação de Documentos
CSC	Centro de Serviços Compartilhados
DGRV	Deutsche Genossenschafts- und Raiffeisenverband e.V.
DIA C	Dia de Cooperar
DN	Decisão Normativa
EAD	Ensino a Distância
ERP	Enterprise Resource Planning
FIA	Fundação Instituto de Administração
FIB	Felicidade Interna Bruta
FIC	Felicidade Interna do Cooperativismo
FORMACRED	Formação de Conselheiros de Cooperativas de Crédito
FSC	Forest Stewardship Council
FUNDECOOP	Fundo Solidário de Desenvolvimento Cooperativo
GDA	Programa de Desenvolvimento Econômico-Financeiro das Cooperativas
GDH	Sistema de Gerenciamento do Desenvolvimento Humano
GECOM	Gerência de Comunicação
GECONT	Gerência de Controladoria
GEDEG	Gerência de Desenvolvimento da Gestão de Cooperativas
GEDES	Gerência de Desenvolvimento Social de Cooperativas
GEFIN	Gerência Financeira
GELIC	Gerência de Licitações e Contratos
GELOG	Gerência de Logística

Abreviaturas e Siglas	Descrição
GEPEs	Gerência de Pessoas
GEPLAN	Gerência de Planejamento
GERIN	Gerência de Relações Institucionais
GETIN	Gerência de Tecnologia da Informação
GFIP	Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social
GFP	Gestão de Finanças Pessoais
GPS	Guia da Previdência Social
IDP	Instituto Brasiliense de Direito Público
IN	Instrução Normativa
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IOB	Informações Objetivas Publicações Jurídicas Ltda
ITIL	Information Technology Infrastructure Library
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEG	Modelo de Excelência da Gestão
MTPS	Ministério do Trabalho e Previdência Social
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
PAAAI	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PAGC	Programa de Acompanhamento da Gestão Cooperativista
PDGC	Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas
PCCS	Plano de Cargos, Carreiras e Salários
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PGDI	Programa de Gestão de Documentos e Informações
PIB	Produto Interno Bruto
PNQ	Prêmio Nacional da Qualidade
RAAAI	Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SESCOOP/UN	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Unidade Nacional
SICOOB	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SINAC	Sistema Nacional de Autogestão de Cooperativas
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
UE	Unidade Estadual
UJ	Unidade Jurisdicionada
UN	Unidade Nacional
UPC	Unidade Prestadora de Contas

LISTA DE TABELAS, QUADROS E FIGURAS

TABELAS

Tabela 1. Crescimento da receita realizada.....	68
Tabela 2. Índice de realização do orçamento.....	69
Tabela 3. Participação das despesas totais com pessoal no orçamento total realizado.....	69
Tabela 4. Índice de realização do orçamento da área meio (exclusive pessoal e encargos).....	69
Tabela 5. Índice de realização do orçamento da área finalística (exclusive pessoal e encargos).....	70
Tabela 6. Índice de realização do orçamento da área-meio (inclusive pessoal e encargos).....	70
Tabela 7. Índice de realização do orçamento da área finalística (inclusive pessoal e encargos).....	70
Tabela 8. Participação da área finalística no total do orçamento realizado, exclusive.....	71
Tabela 9. Participação da área meio no total realizado.....	71
Tabela 10. Força de trabalho do Sescop/UN.....	80
Tabela 11. Evolução da força de trabalho do Sescop/UN.....	80
Tabela 12. Evolução do quadro por cargo.....	81
Tabela 13. Evolução da estrutura de pessoal do Sescop Nacional, por faixa etária.....	86
Tabela 14. Evolução da estrutura de pessoal do Sescop/UN, por nível de escolaridade.....	87
Tabela 15. Distribuição dos colaboradores por cargo.....	87
Tabela 16. Distribuição dos colaboradores, por faixa salarial.....	88
Tabela 17. Movimentação do quadro de pessoal.....	88
Tabela 18. Qualificação da força de trabalho.....	88
Tabela 19. Capacitações do pessoal de TI.....	91
Tabela 20. Quantitativo de pessoas que compõem a força de trabalho de TI.....	92

QUADROS

Quadro 1. Macroprocessos finalísticos.....	23
Quadro 2. Iniciativas executadas em 2016 pelo Sescop Nacional, por objetivo estratégico.....	30
Quadro 3. Vinculação entre os programas e ações do MTPS e os objetivos estratégicos do Sescop.....	32
Quadro 4. Vinculação das iniciativas executadas pelo Sescop Nacional aos programas de gestão e apoio do MTPS.....	33
Quadro 5. Execução orçamentária dos programas executados pelo Sescop Nacional 2015-2016.....	35
Quadro 6. Execução física e financeira do Programa 5100 – Cultura da Cooperação.....	36
Quadro 7. Execução física e financeira do programa 5200 – Profissionalização e Sustentabilidade.....	38
Quadro 8. Desempenho físico e financeiro do Programa 5300 – Qualidade de Vida.....	43

Quadro 9. Desempenho físico e financeiro do programa 5400 – Administração e Apoio	45
Quadro 10. Execução física e financeira do Programa 0106 – Gestão da Política de Trabalho e Emprego	51
Quadro 11. Execução física e financeira do Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	52
Quadro 12. Execução física e financeira do Programa 0100 – Assistência ao Trabalhador	57
Quadro 13. Execução física e financeira do Programa 0773 – Gestão da Política de Execução Financeira, Contábil e de Controle	58
Quadro 14. Repasse suplementar realizado em 2016, por unidade estadual	60
Quadro 15. Transferências para projetos especiais realizadas em 2016, por unidade estadual (R\$).	61
Quadro 15. Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios	61
Quadro 16. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela Sescop Nacional na modalidade de convênio e patrocínios, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	63
Quadro 17. Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão	63
Quadro 18. Evolução das receitas do Sescop Nacional	64
Quadro 19. Evolução da execução receitas do Sescop Unidade Nacional – 2016	65
Quadro 20. Despesas por modalidade de contratação	66
Quadro 21. Detalhamento por elemento de despesa do Sescop Nacional – 2014/2015/2016.....	67
Quadro 22. Resumo da evolução das despesas do Sescop Nacional – 2014/2015/2016.....	67
Quadro 23. Execução das despesas do Sescop Nacional.....	68
Quadro 24. Tipologia de cargos	81
Quadro 25. Distribuição da lotação efetiva.....	81
Quadro 26. Demonstrativo das despesas de pessoal.....	89
Quadro 27. Processos de gerenciamento de serviços de TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura/método utilizado.	93
Quadro 28. Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento	103

FIGURAS

Figura 1. Organograma funcional do Sescop 2016	22
Figura 2. Desafios do plano estratégico 2015-2020	27
Figura 3. Mapa estratégico do Sescop 2015-2020	28
Figura 4. Tipologias de projetos e atividades executados pelo Sescop	34
Figura 5. Quadro efetivo do Sescop/UN por cargo	82
Figura 6. Quadro efetivo do Sescop/UN por faixa etária	82
Figura 7. Quadro efetivo do Sescop/UN por gênero	83

Figura 8. Quadro efetivo do Sescop/UN por geração	83
Figura 9. Quadro efetivo do Sescop/UN por tempo de casa	84
Figura 10. Quadro efetivo do Sescop/UN por faixa salarial.....	84
Figura 11. Quadro efetivo do Sescop/UN escolaridade.....	85

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

Anexo 1. Detalhamento do organograma funcional do Sescop Nacional em 2016	106
Anexo 2. Detalhamento dos valores aportados no Fundcoop	110
Anexo 3. Recomendações do órgão de controle interno no exercício de 2016	112
Anexo 4. Informações complementares sobre ações e programas relativos à gestão de pessoas (educação corporativa, gestão do desempenho, clima organizacional e qualidade de vida) do Sescop Nacional	116
Anexo 5. Descrição dos principais sistemas de informação da Unidade Nacional do Sescop em 2016.....	126
Anexo 6. Remuneração dos conselhos nacional e fiscal do Sescop Nacional em 2016	135
Anexo 7. Demonstrações Contábeis Previstas pela Lei nº 6.404/1976, incluindo as notas explicativas.....	137

LISTA DE RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES

Parecer de Auditoria Interna Sobre a Prestação de Contas Anual	156
Pareceres dos Conselhos (Fiscal e Nacional).....	157
Rol de Responsáveis (Sistema E-Contas/Tcu).....	159
Relatório de Instância ou Área de Correição	160
Relatório da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis.....	161
Declaração de Integridade e Completude dos Registros no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões.....	164
Declaração de Cumprimento das Disposições da Lei Nº 8.730/1993 quanto à entrega de Bens e Rendas.....	165

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
CAPÍTULO 1 VISÃO GERAL DA UNIDADE	19
Identificação da entidade	20
1.1. Finalidade e Competências	20
1.2. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do Sescop Nacional	21
1.3. Ambiente de Atuação	21
1.4. Organograma	22
1.5. Macroprocessos Finalísticos	23
Programa de Desenvolvimento da Gestão do Sistema (PDGS)	24
CAPÍTULO 2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	25
2.1. Planejamento Organizacional	26
2.1.1. Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício do Sescop Nacional	29
2.1.2. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico	29
2.1.3. Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos	29
2.1.4. Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados dos Planos	31
2.2. Desempenho Orçamentário do Exercício	31
2.2.1. Execução Física e Financeira dos Programas e Ações	36
2.2.2. Fatores Intervenientes do Desempenho Orçamentário	61
2.2.3. Execução Descentralizada com Transferência de Recursos	62
2.2.4. Informações sobre Realização das Receitas	64
2.2.5. Informações sobre a Execução das Despesas	66
2.3. Desempenho Operacional	68
2.4. Apresentação e Análise dos Indicadores de Desempenho	68
CAPÍTULO 3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	73
3.1. Descrição das Estruturas de Governança	74
3.2. Informações sobre Dirigentes e Colegiados	74
3.3. Atuação da Unidade de Auditoria Interna	75
3.4. Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos	75
3.5. Gestão de Riscos e Controles Internos	75
3.6. Política de Remuneração aos Administradores, Membros da Diretoria e de Conselhos	76

3.6.1. Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal	76
3.6.2. Demonstrativo de Remuneração Mensal de Membros do Conselho.....	76
3.6.3. Demonstrativo Sintético da Remuneração dos Administradores e Membros de Diretoria	77
3.7. Informações sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada	77
CAPÍTULO 4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	79
4.1. Gestão de Pessoas	80
4.1.1. Estrutura de Pessoal da Unidade	80
4.1.2. Demonstrativo das Despesas com Pessoal	89
4.1.3. Gestão de Riscos Relacionados a Pessoal	89
4.2. Gestão de Patrimônio e da Infraestrutura.....	90
4.2.1. Gestão do Patrimônio Imobiliário	90
4.2.2. Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros.....	90
4.3. Gestão da Tecnologia da Informação	90
4.3.1. Principais Sistemas de Informação.....	95
4.3.2. Informações sobre Planejamento Estratégico de TI (PETI) e /ou Plano Diretor de TI (PDTI).....	95
4.4. Gestão Ambiental e Sustentabilidade.....	96
4.4.1. Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras	96
CAPÍTULO 5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	97
5.1. Canais de Acesso ao Cidadão.....	98
5.2. Carta de Serviços ao Cidadão	98
5.3. Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos Usuários	98
5.4. Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade....	98
CAPÍTULO 6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	99
6.1. Desempenho Financeiro no Exercício	100
6.2. Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos.....	100
6.3. Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade	100
6.4. Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/1964 e Notas Explicativas.....	100

CAPÍTULO 7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	101
7.1. Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU	102
7.2. Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno	103
7.3. Medidas Administrativas para a Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário	103
7.4. Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamento de Obrigações como Disposto no Art. 5º da Lei nº 8.666/1993	104
ANEXOS E APÊNDICES	105
CAPÍTULO 8 OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO	155
8.1. Parecer de Auditoria Interna Sobre a Prestação de Contas Anual	156
8.2. Pareceres dos Conselhos (Fiscal e Nacional)	157
8.3. Rol de Responsáveis (Sistema E-Contas/Tcu)	159
8.4. Relatório de Instância ou Área de Correição	160
8.5. Relatório da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis	161
8.6. Declaração de Integridade e Completude dos Registros no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões	164
8.7. Declaração de Cumprimento das Disposições da Lei Nº 8.730/1993 quanto à entrega de Bens e Rendas	165

APRESENTAÇÃO

O cooperativismo traz na sua essência valores como solidariedade, responsabilidade, democracia e igualdade, e pauta suas ações nesse sentido. Assim, o modelo de negócio que defendemos para a construção de um mundo mais justo, de oportunidades para todos, tem se posicionado de maneira diferenciada no mercado e na sociedade.

Estamos falando de uma postura que tem realmente feito a diferença e destacado as sociedades cooperativas como um caminho interessante e sustentável de empreendedorismo coletivo. Trata-se de um posicionamento que se complementa com o olhar e o investimento constantes para o capital humano, o aperfeiçoamento e o profissionalismo da gestão e da governança, processo no qual o Sescoop tem um papel fundamental, analisando cenários e ofertando soluções que fomentem esse desenvolvimento.

Essa eficiência característica do modelo cooperativo evidencia-se diariamente e, no cenário de crise que vivenciamos nos últimos anos, tanto econômica quanto política e ética, tem ganhado ainda mais destaque. Inseridas em um contexto mercadológico, as sociedades cooperativas sentem, é claro, os impactos desse momento de dificuldades, mas têm apostado justamente em seus diferenciais para contorná-las. Isso quer dizer, pautar sua atuação na colaboração, na união de esforços e no compartilhamento de desafios e de resultados.

Exemplo disso são as instituições financeiras cooperativas, que têm registrado um crescimento contínuo. No tocante aos depósitos, que refletem muito a relação de confiança entre pessoa física e jurídica, o setor cresceu 24,6% entre 2015 e 2016, de acordo com dados do Banco Central do Brasil. Isso mostra que, mesmo diante de um cenário de crise, os cooperados continuam aportando seus recursos nas cooperativas e estes retornam também como forma de desenvolvimento das comunidades em que elas estão presentes.

O mesmo pode ser observado em outros segmentos de atuação do cooperativismo. No setor agropecuário, as cooperativas também têm um papel de relevância na economia nacional. Cerca de 50% da produção agropecuária brasileira passa de alguma forma por uma sociedade cooperativa, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O ramo Saúde é outro exemplo. Em 2016, apresentou receitas de R\$ 55 bilhões e, atualmente, responde pelo atendimento de 23 milhões de pessoas nos planos médicos e odontológicos, conforme base da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Os números comprovam o bom desempenho do movimento cooperativista, indicando, também, sua importante contribuição para o desenvolvimento do País. Hoje, ele beneficia 52 milhões de pessoas e responde pela geração de 376 mil empregos diretos. São indicadores que refletem a preocupação do setor com a sustentabilidade do negócio como um todo, em um aprendizado permanente, e mostram que o cooperativismo realmente acredita que o econômico e o social podem e devem andar juntos. E nós, do Sescoop, temos o mesmo pensamento e trabalhamos diariamente para ajudar esse modelo diferenciado de negócio a crescer.

Este Relatório de Gestão está estruturado em tópicos, a seguir sintetizados:

- ♦ **Apresentação:** detalha a estruturação do relatório.
- ♦ **Capítulo 1 – Visão Geral:** apresenta os dados e informações sobre a identificação da Unidade, seu ambiente de atuação, estrutura e macroprocessos.
- ♦ **Capítulo 2 – Planejamento Organizacional e Resultados:** apresenta os comentários e informações sobre a construção do plano estratégico, das estratégias adotadas, das principais ferramentas utilizadas, demonstração dos resultados relevantes, desempenho orçamentário e operacional.
- ♦ **Capítulo 3 – Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos:** descreve a estrutura de governança, tais como a unidade de auditoria interna, conselhos e *compliance*, demonstrando a qualidade e suficiência dos controles internos, a execução das atividades de correção, a relação dos

principais dirigentes e membros de conselhos, sua remuneração e informações sobre a empresa de auditoria independente.

- ♦ **Capítulo 4 – Áreas Especiais da Gestão:** demonstra as políticas e iniciativas adotadas na Gestão: de Pessoas, do Patrimônio e Infraestrutura, da Tecnologia da Informação; Ambiental e Sustentabilidade.
- ♦ **Capítulo 5 – Relacionamento com a Sociedade:** apresenta os instrumentos, canais de comunicação e mecanismos de transparência da unidade junto aos públicos de interesse e sociedade.
- ♦ **Capítulo 6 – Desempenho Financeiro e Informações Contábeis:** apresenta informações sobre a execução financeira, apuração de custos e tratamento contábil.
- ♦ **Capítulo 7 – Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle:** demonstra a conformidade de ações relevantes da gestão da unidade e descreve o tratamento dado às determinações e recomendações dos órgãos de controle e medidas de conformidade adotadas.
- ♦ **Anexos e Apêndices:** apresenta documentos, tabelas e quadros que ocupem mais de uma página, devidamente referenciados nos capítulos, necessários à compreensão do texto do relatório ou exigidos pelas normas do TCU na prestação de contas. Também constam os **relatórios, pareceres e declarações**, tais como as Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 6.404/1976, o Relatório de Auditoria Interna, os Pareceres dos Conselhos Nacional e Estadual, o Parecer do Conselho Fiscal, o Relatório de Auditoria Independente e a Declaração de Cumprimento das Disposições da Lei nº 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas.
- ♦ **Outros itens de informação:** apresenta pareceres, relatórios e declarações conforme especificado no Sistema e-Contas.

O SESCOOP não realizou execução física ou financeira de ações da Lei Orçamentária Anual (LOA) e não possui servidores inativos e pensionistas no seu Quadro de Pessoal, de modo que tais informações não constam no presente Relatório de Gestão.

CAPÍTULO 1

VISÃO GERAL DA UNIDADE



IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS)		Código Siorg: 002844
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Unidade Nacional		
Denominação Abreviada: SESCOOP Nacional		
Código Siorg: 002844	Código LOA: Não se aplica	Código Siasi: Não se aplica
Natureza Jurídica: Serviço Social Autônomo		CNPJ: 03.087.543/0001-86
Principal Atividade: Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente		Código CNAE: 8599-6/99
Telefones/Fax de contato: (61) 3217-1501 (61) 3217-1502		
Endereço Eletrônico: sescoop@sescoop.coop.br		
Página na Internet: http://www.brasilcooperativo.coop.br		
Endereço Postal: SAUS Quadra 4, bloco I, lote 3-A – Brasília/DF – CEP: 70070-936		

1.1. Finalidade e Competências

Finalidade: o SESCOOP foi criado por meio da Medida Provisória nº 1.715, de 3 de setembro de 1998, com a finalidade de organizar, administrar e executar em todo o território nacional o ensino de formação profissional, desenvolvimento e promoção social do trabalhador em cooperativa e dos cooperados (art. 7º).

Competências: as competências do SESCOOP estão definidas no Decreto nº 3.017, de 6 de abril de 1999. São elas:

- ♦ organizar, administrar e executar o ensino de formação profissional e a promoção social dos trabalhadores e dos cooperados das cooperativas em todo o território nacional;
- ♦ operacionalizar o monitoramento, a supervisão, a auditoria e o controle em cooperativas, conforme sistema desenvolvido e aprovado em Assembleia Geral da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Para o desenvolvimento de suas atividades, o SESCOOP contará com centros próprios ou atuará sob a forma de cooperação com órgãos públicos ou privados.

1.2. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do Sescop Nacional

Normas relacionadas à Unidade Prestadora de Contas

Normas de criação e alteração da Unidade Prestadora de Contas

Medida Provisória nº 1.715, de 3 de setembro de 1998, e suas reedições e Decreto nº 3.017, de 7 de abril de 1999, publicado no *Diário Oficial da União* em 7/4/1999 (Aprova o Regimento do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Sescop); Lei nº 11.524/2007, de 23/11/2007.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Prestadora de Contas

Regimento Interno, registrado na 23ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional do Sescop, realizada em 5 de junho de 2013.

Portaria nº 40/2016, de 18 de maio de 2016 (Reorganiza a Estrutura Funcional da Unidade Nacional do Sescop). (Revogada em 2017 pela Portaria nº 12/2017).

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Prestadora de Contas

Regulamento de Licitações e Contratos – Resoluções nºs 850 e 860/2012.

Norma de Pessoal – Resolução nº 300/2008.

1.3. Ambiente de Atuação

O Sescop atua em um ambiente de elevada complexidade, pois busca apoiar de modo efetivo cooperativas de 13 diferentes ramos/setores/subsetores de atividade econômica (da agricultura aos serviços, passando pelo comércio e pela indústria), com portes distintos (das grandes às pequenas) e distribuídas espacialmente por todo o País (nos 26 estados e no Distrito Federal). A seguir, uma síntese descritiva de cada um dos ramos:

- 1. Agropecuário:** composto por cooperativas de produtores rurais ou agropastoris e de pesca, cujos meios de produção pertençam ao associado. Caracterizam-se pelos serviços prestados aos associados, como recebimento ou comercialização da produção conjunta, armazenamento e industrialização.
- 2. Consumo:** constituído por cooperativas dedicadas à compra em comum de artigos de consumo para seus associados. É o ramo mais antigo no Brasil e no mundo.
- 3. Crédito:** cooperativas destinadas a promover a poupança e financiar necessidades ou empreendimentos de seus cooperados. Atuam no crédito rural e urbano.
- 4. Educacional:** cooperativas de profissionais em educação, de alunos, de pais de alunos, de empreendedores educacionais e de atividades afins. O papel da cooperativa de ensino é ser mantenedora da escola.
- 5. Especial:** cooperativas de pessoas que precisam ser tuteladas (menor de idade ou relativamente incapaz) ou as que se encontram em situação de desvantagem nos termos da Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999. A atividade econômica mais comum neste ramo é a produção artesanal de peças de madeira, roupas ou artes plásticas.
- 6. Habitacional:** compõe-se de cooperativas destinadas à construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais para seu quadro social.
- 7. Infraestrutura:** atende direta e prioritariamente ao próprio quadro social com serviços de infraestrutura. As cooperativas de eletrificação rural, que são a maioria deste ramo, aos poucos estão deixando de ser meras repassadoras de energia, para se tornar geradoras de energia.
- 8. Mineral:** constituído por cooperativas com a finalidade de pesquisar, extrair, lavar, industrializar, comercializar, importar e exportar produtos minerais.
- 9. Produção:** compõe-se por cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e produtos, quando detenham os meios de produção.
- 10. Saúde:** constituído por cooperativas que se dedicam à preservação e promoção da saúde humana em seus variados aspectos.

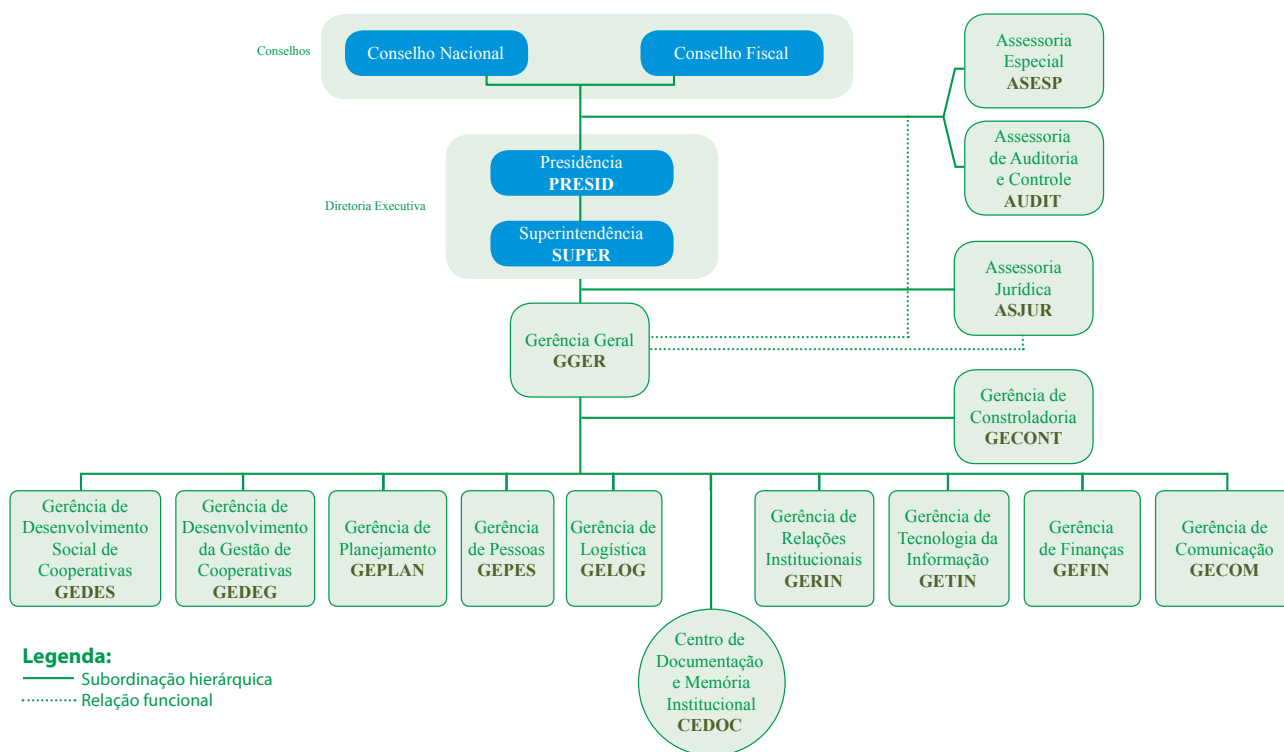
- 11. Trabalho:** engloba todas as cooperativas constituídas por categorias profissionais (professores, engenheiros, jornalistas e outros), cujo objetivo é proporcionar fontes de ocupação estáveis e apropriadas aos seus associados, por meio da prestação de serviços a terceiros.
- 12. Transporte:** composto pelas cooperativas que atuam no transporte de cargas e/ou passageiros.
- 13. Turismo e lazer:** cooperativas prestadoras de serviços turísticos, artísticos, de entretenimento, de esportes e de hotelaria. Atendem direta e prioritariamente ao seu quadro social nestas áreas.

1.4. Organograma

A estrutura organizacional da Unidade Nacional, vigente até o final de 2016, é apresentada a seguir.

Figura 1. Organograma funcional do Sescoop 2016

Estrutura Organizacional Sescoop



Fonte: Gepes (2016).

O detalhamento do organograma funcional do Sescoop Nacional encontra-se no Anexo 1.

1.5. Macroprocessos Finalísticos

A cadeia de valor proposta para o SESCOOP é um conjunto de processos sequenciados, hierarquizados e logicamente relacionados que permite visualizar o cumprimento da missão organizacional bem como gerar valor para o cliente final, permitindo visualizar a contribuição de cada processo.

Os macroprocessos da cadeia de valor estão relacionados a seguir:

- ♦ governança, que visa, sobretudo, estabelecer as instâncias decisórias e respectivas atribuições e alçadas para alteração, preservação, manutenção e qualidade do modelo de atuação da entidade;
- ♦ assessoria ao negócio, que está relacionada aos macroprocessos que prestam assessoria estratégica para a execução dos processos finalísticos e de apoio;
- ♦ apoio ao negócio, relacionado ao apoio à execução dos macroprocessos de negócio (finalísticos) e de assessoria;
- ♦ negócio (finalísticos), relacionado às áreas de atuação do SESCOOP que, por sua vez, se referem às razões da concepção da entidade.

Os processos finalísticos resultantes da reestruturação organizacional foram identificados conforme a seguir:

- ♦ Macroprocesso de negócio: Desenvolvimento Integrado de Cooperativas
- ♦ Processos:
 - Desenvolvimento Social de Cooperativas;
 - Desenvolvimento da Gestão de Cooperativas.
- ♦ Subprocessos:
 - Cadastro de Cooperativas;
 - Gestão de Cooperativa e Identificação de Demandas;
 - Gestão de Programas;
 - Gestão de Projetos.

Quadro 1. Macroprocessos finalísticos

Macroprocessos/ Processos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Desenvolvimento Social de Cooperativas	Visa à aprendizagem para o desenvolvimento social da cooperativa, atuando nos eixos de sustentabilidade, qualidade de vida e cultura da cooperação.	FIC, Dia C, Jovemcoop, Cooperjovem, Educação Financeira e Formacred.	Cooperativa, Cooperados, Funcionários, Familiares e Sociedade.	Unidades Estaduais
Desenvolvimento da Gestão de Cooperativas	Visa à aprendizagem para o desenvolvimento da organização das cooperativas, atuando nos eixos societário, gestão e econômico e financeiro.	PAGC, PDGC, GDA.	Cooperativa e Dirigentes de Cooperativas.	Unidades Estaduais

Fonte: Gecont (2016).

Os macroprocessos finalísticos foram conduzidos no exercício de referência por meios das ações que culminaram nos produtos e serviços mencionados no quadro acima, bem como detalhados no Capítulo 2.

O Processo de Desenvolvimento da Gestão de Cooperativas tem como desafio aumentar a competitividade e profissionalizar a gestão e governança das cooperativas. Por outro lado, o Processo de Desenvolvimento Social de Cooperativas tem por desafio estimular a intercooperação, qualificar mão de obra para o cooperativismo, fortalecer a cultura cooperativista e fortalecer a imagem e a comunicação do cooperativismo.

Programa de Desenvolvimento da Gestão do Sistema (PDGS)

Durante o exercício de 2016, a Unidade Nacional do Sescoop implantou e executou o Programa de Desenvolvimento da Gestão do Sistema (PDGS), que visou, dentre outras etapas, o diagnóstico de gestão do Sistema. Foram realizados três projetos-piloto nas Unidades UN, MG e MS.

O programa é baseado no Modelo de Excelência da Gestão (MEG) da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) e a metodologia utilizada foi a da Autoavaliação Assistida (AAA), baseada no levantamento das práticas de gestão por parte da organização e posteriormente realizada uma análise para identificação do grau de aderência ao que é sugerido pelo modelo de gestão da FNQ.

Resultou desse trabalho um relatório de autoavaliação assistida que avalia e apresenta possibilidades e sugestões de controle, bem como melhorias a serem realizadas nos processos executados nas respectivas Unidades.

Diante da execução do programa e com base no relatório de autoavaliação, a Unidade Nacional está revisando seus processos e redefinindo o painel de indicadores de monitoramento desses processos.

Além disso, foi implantado em 2016 o Gerenciamento da Rotina Diária (GRD) para todas as áreas do Sescoop. Essa atividade tem por objetivo a revisão e a melhoria dos processos priorizados para o período, incluindo a definição dos pontos de controle e respectivos indicadores.

CAPÍTULO 2

PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS



2.1. Planejamento Organizacional

O plano estratégico institucional, compreendendo o horizonte 2015-2020, foi construído em seis etapas, a saber:

1 – Elaboração dos Cenários de Atuação e Identificação dos Desafios Estratégicos do Cooperativismo

Contemplou a avaliação e mapeamento das tendências e perspectivas futuras ao ambiente de atuação do cooperativismo, identificação das oportunidades e ameaças para o Sescop, antecipadas pelos cenários desenvolvidos e identificação de necessidades e demandas das cooperativas.

Nesta etapa destacou-se a participação de formadores de opinião, especialistas, pesquisadores e atores que impactam o cooperativismo, por meio de entrevistas em profundidade, e de dirigentes de cooperativas de diversos ramos, tamanhos e localidades, que responderam pesquisa via *web* e participaram de grupos focais – técnica de pesquisa que coleta dados a partir da interação entre grupos, no caso, de cooperativas, ao se discutir tópicos sugeridos pelo pesquisador.

2 – Avaliação do Plano do Sescop (2010-2013)

Avaliação da execução do plano estratégico 2010-2013 e seu modelo de elaboração e do ambiente interno do Sescop, com destaque para a realização de pesquisas internas com colaboradores das unidades nacional e estaduais do Sescop, para a identificação de forças e fragilidades.

3 – Formulação da Estratégia

Realização de oficinas com a participação de lideranças do Sescop.

4 – Modelo de Desdobramento do Plano para a Unidade Nacional e Unidades Estaduais

Foi desenvolvido modelo para que as Unidades do Sescop realizassem o desdobramento da estratégia institucional em planos estaduais.

5 – Desenvolvimento de Sistema de Indicadores

Definição de indicadores para mensurar a execução da estratégia institucional.

6 – Capacitação das Unidades Nacional e Estaduais

Realização de capacitação com participantes das unidades nacional e estaduais para apresentação do novo ciclo e orientação sobre a elaboração dos planos estratégicos das unidades nacional e estaduais, pautados no plano institucional.

Esse ciclo de planejamento apresentou grandes diferenciais e se destacou pela intensa participação dos diversos *stakeholders* em sua elaboração. Entre as principais características desse processo estão:

- ♦ planejamento integrado, apresentando grande sinergia entre a Unidade Nacional e Unidades Estaduais;
- ♦ elaboração de cenários para o cooperativismo em 2025;
- ♦ participação direta das cooperativas no processo de planejamento;
- ♦ definição do futuro desejado para o cooperativismo nos próximos 10 anos;
- ♦ identificação dos desafios estratégicos do cooperativismo.

Os principais fundamentos do plano e o mapa estratégico institucional do Sescop 2015-2020 encontram-se descritos a seguir:

Visão do Cooperativismo: em 2025, o cooperativismo será reconhecido pela sociedade por sua competitividade, integridade e capacidade de promover a felicidade dos cooperados.

Desafios do Cooperativismo: os desafios a serem superados para alcance da visão de futuro do cooperativismo são:

Figura 2. Desafios do plano estratégico 2015-2020

Qualificar mão de obra para o cooperativismo	Profissionalizar a Gestão e a Governança do Sistema Cooperativo	Fortalecer a Representatividade do Cooperativismo	Estimular a Interooperação	Fortalecer a cultura cooperativista	Promover a Segurança Jurídica e Regulatória para as cooperativas	Fortalecer a imagem e a comunicação do cooperativismo
--	---	---	----------------------------	-------------------------------------	--	---

Fonte: Geplan (2016).

Missão do SESCOOP: promover a cultura cooperativista e o aperfeiçoamento da gestão para o desenvolvimento das cooperativas brasileiras.

Objetivos estratégicos finalísticos do SESCOOP: revelam as principais escolhas da instituição para o período do plano e são orientados para o alcance da visão de futuro e cumprimento da missão organizacional. São eles:

- ◆ Promover a cultura da cooperação e disseminar a doutrina, os valores e princípios do cooperativismo;
- ◆ Promover a profissionalização da gestão cooperativista;
- ◆ Ampliar o acesso das cooperativas às soluções de formação e qualificação profissional;
- ◆ Promover a profissionalização da governança cooperativista;
- ◆ Monitorar desempenhos e resultados com foco na sustentabilidade das cooperativas;
- ◆ Apoiar iniciativas voltadas para a saúde e segurança no trabalho e de qualidade de vida;
- ◆ Apoiar práticas de responsabilidade socioambiental.

Objetivos estratégicos de gestão: contribuem para a melhoria da organização e dos processos de gestão interna, auxiliando no alcance dos objetivos estratégicos finalísticos. São eles:

- ◆ Aprimorar a gestão estratégica e padronizar processos;
- ◆ Aprimorar e intensificar o relacionamento com as cooperativas;
- ◆ Garantir comunicação frequente e ágil com os seus públicos;
- ◆ Aperfeiçoar o controle, ampliar e diversificar as fontes de recursos;
- ◆ Desenvolver continuamente as competências dos colaboradores

O grande desafio das organizações não está no planejamento em si, mas na execução da estratégia, e superá-lo dependerá, em grande parte, de uma gestão estratégica voltada ao alcance de resultados concretos.

Nesse sentido, o SESCOOP tem como aliado a Gestão Estratégica Orientada para Resultados (Geor), um modelo de gestão que reestrutura práticas, adensa a visão estratégica e reorienta a abordagem e a atuação das organizações para a geração de transformações junto ao público-alvo.

Essas transformações são impulsionadas pelos projetos estruturadores, figura que tem entre as suas principais características possuir relação forte e direta com o plano estratégico institucional, ser capaz de elevar o patamar de atuação da Unidade e ser portador de futuro.

Em paralelo à atividade contínua de disseminação do Plano Estratégico e da GEOR, a Unidade Nacional iniciará, a partir de 2017, um movimento de repensar sua prática de gerir a estratégia, buscando o desenvolvimento e a implementação de um modelo que oriente a definição de diretrizes e prioridades aderentes ao contexto externo e interno, suportado por um processo sistemático de monitoramento de indicadores e metas.

Figura 3. Mapa estratégico do Sescoop 2015-2020

Fonte: Geplan (2016).

2.1.1. Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício do Sescoop Nacional

O Sescoop Nacional, no processo de desdobramento da estratégia corporativa, adotou integralmente os objetivos finalísticos e gestão do plano institucional para o horizonte 2015-2020. O detalhamento da situação atual da implantação da estratégia está descrito a seguir.

2.1.2. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

A implementação do Plano Estratégico tem sido efetivada por meio da execução de um conjunto de projetos e atividades que viabilizarão o alcance das transformações necessárias ao desenvolvimento das cooperativas.

O plano de trabalho da Unidade Nacional reflete o esforço de consolidar e aprimorar as iniciativas continuadas que favorecem o alcance das estratégias finalísticas e de gestão interna.

2.1.3. Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos

No exercício de 2016, o Sescoop Nacional elaborou seu Plano de Trabalho e Orçamento com foco na efetiva produção de transformações na realidade do seu público-alvo. Todas as unidades realizaram reflexões que embasaram a estruturação de projetos aderentes aos desafios a serem superados e às estratégias a serem adotadas.

O desenvolvimento do capital humano e a melhoria da gestão e da governança continuaram a ser o foco da atuação, bem como a ampliação de práticas de responsabilidade socioambiental e o aprimoramento da gestão da estratégia e processos. Foram destaques:

- ♦ No âmbito da gestão da estratégia, o maior destaque foi a ampliação da visão estratégica do Sescoop, apoiada pelo compartilhamento da análise de dados e fatos relacionados aos ambientes externo e interno para devolutivas direcionadas às Unidades Estaduais e pelo acompanhamento in loco realizado pela Unidade Nacional, que permitiu a identificação de lições aprendidas e pontos de melhoria sobre a execução das iniciativas estaduais e sua aderência à estratégia, mobilizando aproximadamente 100 pessoas e obteve 9,0 como nota média na avaliação das ações de acompanhamento da execução in loco nas UE.
- ♦ Na esfera padronização de processos, destacou-se o Programa de Desenvolvimento da Gestão do Sistema (PDGS), baseado no Modelo de Excelência da Gestão (MEG) da FNQ, que permitiu resultados acima do esperado, como: 262 práticas mapeadas, 66 pessoas capacitadas, 80 pessoas envolvidas e 11 práticas identificadas.
- ♦ Nas áreas da gestão, governança e desenvolvimento das cooperativas, manteve-se o Programa de Acompanhamento da Gestão (PAGC), que obteve um aumento de 117% no número de aplicações com adoção do programa por mais seis estados, e continuidades do Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas (PDGC) que, em 2016, disponibilizou instrumentos de avaliação da gestão em mais dois níveis de maturidade, e permitiu a capacitação de 224 técnicos de cooperativas em todo o país. Além disso, foram realizadas análises de cenários de 20 estados, abrangendo dados gerais, estrutura de governança e de negócios das cooperativas, bem como informações dos diagnósticos dos respectivos PAGC e PDGC.

- ♦ No âmbito do desenvolvimento de pessoas, foi mantida a estratégia de investir na gestão por competências, com a execução de ações voltadas ao desenvolvimento dos colaboradores tanto na Unidade Nacional quanto nas unidades estaduais, e a recomposição da força de trabalho;
- ♦ A ampliação das ações de promoção social, com destaque para o Dia C, projeto de responsabilidade socioambiental desenvolvido por meio de ações de voluntariado, obteve adesão de todas as Unidades Estaduais em 2016, beneficiou mais de 1 milhão de pessoas e cerca de 1.278 cooperativas.

A seguir, a relação de projetos por objetivo estratégico executados pelo Sescoop Nacional no exercício de 2016.

Quadro 2. Iniciativas executadas em 2016 pelo Sescoop Nacional, por objetivo estratégico

Objetivo Estratégico	Projetos/Atividades ¹
1. Promover a cultura da cooperação e disseminar a doutrina, os valores e princípios do cooperativismo	Conhecer para Cooperar
	Desenvolvimento da Juventude Cooperativista
3. Ampliar o acesso das cooperativas às soluções de formação e qualificação profissional	Atividade Gedes
5. Monitorar desempenhos e resultados com foco na sustentabilidade das cooperativas	Gestão e Governança
	Gestão Operacional
	Atividade Gedeg
6. Apoiar iniciativas voltadas para a saúde e segurança do trabalho e de qualidade de vida	Bem-Estar e Qualidade de Vida
7. Apoiar práticas de responsabilidade socioambiental	Dia C – Responsabilidade Social
8. Aprimorar a gestão estratégica e padronizar processos	Atividade Asjur
	Centro de Serviços Compartilhados
	Implementar Escritório Processos
	Implantação PDGS (qualidade gestão)
	Projeto interno de adensamento gestão estratégica
	Infraestrutura para serviços de TI
	Expansão da Implantação do Business Intelligence
	Renovação ERP
9. Aprimorar e intensificar o relacionamento com as cooperativas	Suporte à Gestão por Competências
	Gestão por Competências UE
	Gestão Estratégica – Foco Competências
	Implantação PGDI nas UE: BA e RJ – FDC
	Implantação PGDI nas UE: SC
11. Garantir comunicação frequente e ágil com os seus públicos	Divulgação da Imagem Institucional e do Cooperativismo
	Atividade Gecom

Fonte: Geplan (2016)

¹ As iniciativas executadas com recurso Fundecoop estão detalhadas no Anexo 2: Detalhamento dos valores aportados no Fundecoop.

2.1.4. Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados dos Planos

Os projetos e atividades da Unidade Nacional foram monitorados periodicamente por meio de Relatório de Acompanhamento Específico (Farol), coletadas na Sistema Zeus e adequadas em planilha Excel pela Geplan, no qual se verificava o andamento das iniciativas e registrava-se as medidas corretivas a serem adotadas pelos gerentes. Essas informações eram compartilhadas com a Gerência Geral e proporcionava ganhos significativos na identificação de sinergias e efetividade, sobretudo, na utilização dos recursos. Para o acompanhamento de projetos estruturadores, utilizava-se relatórios de progresso periódicos, onde analisava-se o conteúdo, consolidava-se as informações e apresentava-se nas reuniões do Conselho Nacional.

2.2. Desempenho Orçamentário do Exercício

Como entidade vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), o Sescoop organiza as suas iniciativas a partir de uma classificação programática, que identifica os objetivos a serem atingidos com a realização das despesas. Cada nível de governo possui sua própria estrutura programática em função das peculiaridades e necessidades existentes.

A referida estrutura é composta por Programas, que representam o instrumento de organização da atuação governamental e articula um conjunto de ações.

As ações, neste caso, não são as necessárias à consecução dos projetos, mas um instrumento utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de governo.

De maneira a alinhar a execução estratégica à orçamentária, o Sescoop utiliza a vinculação dos seus Objetivos Estratégicos – finalísticos e de gestão –, a Programas e Ações monitoradas pelo MTPS, conforme quadro a seguir:

Quadro 3. Vinculação entre os programas e ações do MTPS e os objetivos estratégicos do Sescoop

Programa/Área Temática	Ação/Objetivo Estratégico
5100 – Cultura da Cooperação	5101 – Promover a cultura da cooperação e disseminar a doutrina, os valores e princípios do cooperativismo
5200 – Profissionalização e Sustentabilidade	5201 – Promover a profissionalização da gestão cooperativista
	5202 – Ampliar o acesso das cooperativas às soluções de formação e qualificação profissional
	5203 – Promover a profissionalização da governança cooperativista
	5204 – Monitorar desempenhos e resultados com foco na sustentabilidade das cooperativas
5300 – Qualidade de Vida e Responsabilidade Socioambiental	5301 – Apoiar iniciativas voltadas para a saúde e segurança do trabalho e de qualidade de vida
	5302 – Apoiar práticas de responsabilidade socioambiental
5400 – Apoio à Gestão	5401 – Aprimorar a gestão estratégica e padronizar processos
	5402 – Desenvolver continuamente as competências dos colaboradores
	5403 – Aprimorar e intensificar o relacionamento com as cooperativas
	5404 – Garantir comunicação frequente e ágil com os seus públicos
	5405 – Aperfeiçoar o controle, ampliar e diversificar as fontes de recursos

Fonte: Geplan (2016).

No caso de iniciativas que não se vinculam diretamente aos objetivos estratégicos do Sescoop, utiliza-se os programas e ações, conforme quadro a seguir:

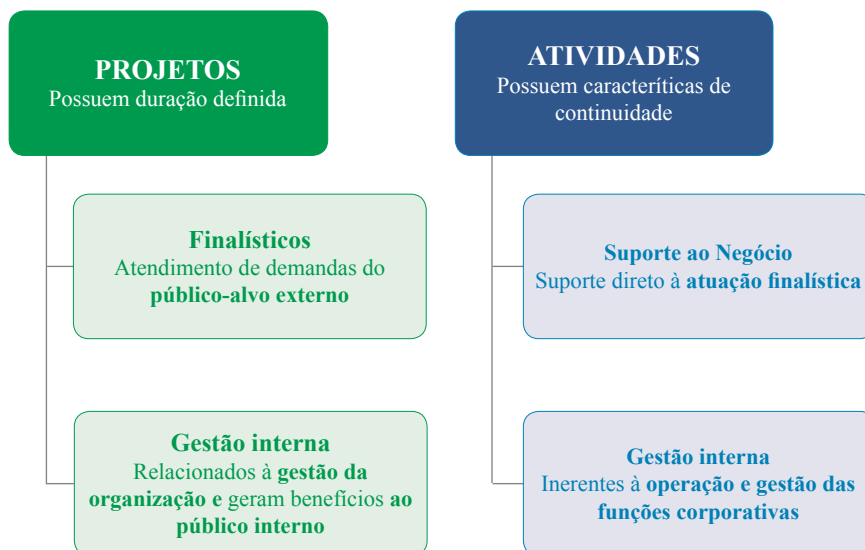
Quadro 4. Vinculação das iniciativas executadas pelo SESCOOP Nacional aos programas de gestão e apoio do MTPS

Programa	Ação
0106 – Gestão da Política de Trabalho e Emprego	8938 – Gestão do Processo de Planejamento Institucional
0750 – Apoio Administrativo	8901 – Manutenção de Serviços Administrativos
	8977 – Pagamento de Pessoal e Encargos Sociais
	8910 – Ações de Informática
0773 – Gestão das Políticas de Execução Financeira, Contábil e de Controle Interno	8915 – Assistência Financeira a Entidades
0106 – Gestão da Política de Trabalho e Emprego	8938 – Gestão do Processo de Planejamento Institucional
0773 – Gestão das Políticas de Execução Financeira, Contábil e de Controle Interno	8914 – Serviços de Administração e Controle Financeiro
	8951 – Serviços de Auditoria
0100 – Assistência ao Trabalhador	8903 – Assistência Médica e Odontologia
	8905 – Auxílio-Alimentação/Refeição aos Colaboradores
	8906 – Auxílio-Transporte aos Colaboradores
	8907 – Assistência Social aos Colaboradores
0750 – Apoio Administrativo	8904 – Assistência de Seguro de Vida em Grupo

Fonte: Geplan (2016).

O Plano Estratégico do Sescoop 2015-2020 prevê tipologias e conceitos específicos sobre projetos e atividades, a seguir sintetizados.

Figura 4. Tipologias de projetos e atividades executados pelo Sescoop



Fonte: Geplan (2016).

A visão geral da execução orçamentária do Sescoop Nacional em 2015 e 2016 está descrita a seguir.

Quadro 5. Execução orçamentária dos programas executados pelo Sescop Nacional 2015-2016

Programas	2015 R\$ 1,00	2016 R\$ (1,00)		% Exec.
		Previsto	Realizado	
1. Atuação Finalística	8.419.413	6.919.565	6.786.011	98,07%
Programa 5100 – Cultura da Cooperação (a)	388.866	645.083	537.857	83,38%
Programa 5200 – Profissionalização e Sustentabilidade (b)	2.841.904	3.182.414	3.154.485	99,12%
Programa 5300 – Qualidade de Vida (c)	5.188.643	3.092.068	3.093.668	100,05%
2. Gestão do Sistema – Atividade-Meio	74.239.074	118.830.959	96.531.971	81,23%
Programa 0106 – Gestão da Política de Trabalho e Emprego (d)	402.556	274.757	270.975	98,62%
Programa 5400 – Administração e Apoio (e)	5.126.055	11.578.579	7.364.867	63,61%
Programa 0750 – Apoio Administrativo (f)	36.458.697	24.024.706	21.221.104	88,33%
Programa 0100 – Assistência ao Trabalhador (g)	2.080.101	3.223.717	2.511.620	77,91%
Programa 0773 – Gestão da Política de Execução Financeira, Contábil e de Controle (h)	30.171.666	79.729.200	65.163.404	81,73%
TOTAL	82.658.487	125.750.524	103.317.981	82,16%

Fonte: Geplan (2016) – Sistema Zeus (Módulo Orçamento Integrado).

A execução orçamentária em 2016 foi de 82,16%, condicionada basicamente por uma receita 9% superior à prevista. Destaca-se a execução finalística e da área meio que foram superiores ao exercício anterior, nos montantes equivalentes a 31% e 24%, respectivamente. Em relação à execução total do exercício 2015 para o de 2016 houve uma melhoria de desempenho em 19%, resultado das medidas de aperfeiçoamento e austeridade da gestão que foram adotadas.

2.2.1. Execução Física e Financeira dos Programas e Ações

A seguir, o detalhamento da execução das iniciativas que compõem programas/ações do exercício de 2016.

Programa: 5100 – Cultura da Cooperação

Objetivo do Programa: promover a cultura da cooperação e disseminar a doutrina, os princípios e os valores do cooperativismo.

Quadro 6. Execução física e financeira do Programa 5100 – Cultura da Cooperação

Ação	Objetivo Estratégico	Projetos/ Atividades	Metas Físicas (Anexo II)				Metas Financeiras (R\$ 1,00)		
			Unidade de Medida	Prevista	Realizada	%Realização	Prevista	Realizada	%Realização
5101	1	Conhecer para cooperar	Quantidade de UEs que aderiram aos programas disponibilizados	5	5	100%	312.907	282.683	90,34%
		Desenvolvimento da Juventude Cooperativista					332.176	255.173	76,82%
TOTAL							645.083	537.857	83,38%

*A meta prevista para o projeto Desenvolvimento da Juventude Cooperativista era de cinco Unidades Estaduais.

O alcançado foi de acordo com o previsto: DF, RJ, RO, AP e PI.

Fonte: Gedes e Gedeg (2016) – Sistema Zeus (Módulo Orçamento Integrado).

♦ Projeto/Atividade: Conhecer para Cooperar

O Projeto Conhecer para Cooperar vincula-se ao objetivo estratégico do SESCOOP de “promover a cultura da cooperação e disseminar a doutrina, os valores e os princípios do cooperativismo” e contribui para a entrega de valor aos cooperados no que tange à interlocução e defesa do cooperativismo. O projeto foi idealizado visando promover a “educação cooperativista” de grupos estratégicos da sociedade, capazes de influenciar e modificar de forma positiva o ambiente de atuação das cooperativas.

No exercício de 2016, foi implementada a Etapa I do projeto em que se privilegiou o trabalho com o ramo agropecuário por sua representatividade, relevância e impacto social, não só no âmbito do cooperativismo, mas também no cenário do agronegócio nacional. Foram realizadas uma série de visitas a cooperativas localizadas em diversos estados, em que os representantes do Banco Central, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda, Mapa, BNDES, BRDE e outros puderam conhecer aspectos teóricos e práticos sobre o Sistema Cooperativista Brasileiro, a gestão e a governança das cooperativas, o ciclo de vida das cooperativas, os processos de decisões de negócios e decisões envolvendo o quadro social e os sistemas produtivos agroindustriais. Resultados mais robustos serão observados após a maturação dessa iniciativa, mas já se pode mencionar a realização de uma reunião com os representantes do governo com objetivo de tratar de ajustes em programas fundamentais para continuidade dos fluxos de financiamentos das cooperativas.

O investimento do SESCOOP nesse projeto foi de R\$ 373.017,98 para cobrir despesas de deslocamento, diárias e hospedagens de seus funcionários, de representantes de cooperativas e de alguns membros das organizações governamentais. O número de participantes total foi de 146 pessoas, em média 29 por módulo. A avaliação de cerca de 85% dos participantes foi classificada como “ótima”.

♦ **Projeto/Atividade: Desenvolvimento da Juventude Cooperativista**

O projeto Desenvolvimento de Jovens Cooperativista tem por objetivo prover metodologias de formação e ações para promover a cultura da cooperação e disseminação da doutrina, valores e princípios do cooperativismo. Está estruturado em duas ações a seguir detalhadas com os respectivos resultados alcançados em 2016:

Implantar o Aprendiz Cooperativo

O Aprendiz Cooperativo foi lançado nacionalmente pelo Sescop, com o objetivo de proporcionar formação com conteúdos teóricos de qualidade, alinhados à prática do trabalho e alicerçados nos preceitos da doutrina cooperativista.

Em 2016, foram realizados acompanhamento nas 17 Unidades Estaduais que possuem o programa, formaturas dos aprendizes dos estados de Amazonas e Rio de Janeiro, aula inaugural para os aprendizes do Mato Grosso do Sul, sensibilização de cooperativas educacionais do Mato Grosso, apresentação do Sescop Nacional para a nova gestão da Secretaria de Políticas Públicas e Emprego do Ministério do Trabalho e Previdência Social. No entanto, em decorrência de priorizações de outras atividades não foi possível concluir no exercício a atualização do conteúdo prevista, o que resultou na execução financeira abaixo do previsto.

Implantar o Cooperjovem

O Cooperjovem é realizado em parceria com cooperativas e escolas de todo o Brasil, por meio de atividades educativas baseadas nos princípios e valores cooperativistas, visando proporcionar à comunidade escolar uma reflexão sobre sua realidade, bem como mudança comportamental e atitudinal pautada na educação cooperativa.

Em 2016, todas as atividades previstas foram realizadas: duas formações de instrutores, sendo uma turma em São Paulo e outra no Distrito Federal, em que a metodologia do programa foi repassada a 59 instrutores. Além disso, foram efetivadas: simplificação do Comitê Nacional do Programa, avaliação dos projetos educacionais cooperativos para o prêmio do Instituto Sicoob, análise do instrumento de avaliação de Santa Catarina com foco na nacionalização e adesão de cinco novas unidades, e parceria com as cooperativas do ramo educacional para estimulá-las a participar do programa nos seus respectivos estados.

Ao final de 2016 foi firmado o convênio “Linha editorial da coleção do Programa Cooperativas Mirins”, entre o Sescop Nacional e o Instituto Sicoob com o intuito de promover parceria para a construção de linha editorial da coleção e criação de metodologia para concepção, implantação e implementação do Programa de Cooperativas Mirins, a ser pilotado pelo Instituto Sicoob e implantado posteriormente pelo Programa Cooperjovem em âmbito nacional. A execução desse projeto em 2017 e 2018 favorecerá a ampliação e continuidade das metodologias desenvolvidas pelo Programa Cooperjovem, alinhada ao Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas (PDGC). Esse alinhamento está previsto em todo o material desenvolvido, contribuindo para o legado de responsabilidade, ética e transparência para os alunos envolvidos.

Programa: 5200 – Profissionalização e Sustentabilidade

Objetivo do programa: melhorar a gestão e a governança das cooperativas.

Quadro 7. Execução física e financeira do programa 5200 – Profissionalização e Sustentabilidade

Ação	Objetivo Estratégico	Projetos/ Atividades	Metas Físicas (Anexo II)				Metas Financeiras (R\$ 1,00)		
			Unidade de Medida	Prevista	Realizada	%Realização	Prevista	Realizada	%Realização
5202	3	Atividade Gedes	Avaliação das UEs sem os conteúdos e programas	7	8	114%	98.066	93.375	95,22%
5204	5	Gestão e Governança	Quantidade de UEs que utilizaram ferramentas disponibilizadas	27	27	100%	1.125.878	1.105.298	98,17%
		Gestão Operacional					1.887.762	1.890.979	100,17%
		Atividade Gedeg					70.708	64.834	91,69%
TOTAL							3.182.414	3.154.485	99,12%

Fonte: Gedes e Gedeg(2016) – Sistema Zeus (Módulo Orçamento Integrado).

♦ Projeto/Atividade: Atividades Gedes

Iniciativa composta pela atividade de implantação do Sistema de Gestão de Desenvolvimento Humano (GDH), desenvolvido para administrar as ações das áreas de Promoção Social e Formação Profissional. O *software* permite realizar o planejamento das ações das Unidades Estaduais e das cooperativas, fazer todo o acompanhamento quanto à execução, fechamento e prestações de contas dessas ações, além de emitir certificados de participação, levantamento de capacitações nas quais os beneficiários participaram e respectiva carga horária, entre outros acompanhamentos.

Por ser uma ferramenta de gestão, por meio dela é possível gerar relatórios gerenciais e operacionais tanto das ações realizadas pela cooperativa quanto pela Unidade Estadual. Desse modo, agiliza o acompanhamento da distribuição de recursos, do grau de execução física e financeira, do índice de participação dos beneficiários e de representação das cooperativas, assim como nas ações centralizadas e descentralizadas.

Em 2016, o GDH foi implantado em cinco Unidades Estaduais: Amapá, Rondônia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Mato Grosso do Sul.

Houve capacitação de Agentes de Desenvolvimento Humano nos estados do Espírito Santo (duas turmas), Rio de Janeiro, Paraíba, Rondônia e Tocantins, em que 78 pessoas capacitaram-se. Além disso, elaborou-se a Metodologia de Trabalho com os ADHs.

A execução da atividade superou o planejado em 11% pela demanda e necessidade de realizar as capacitações de Agentes de Desenvolvimento Humano nos estados de Rondônia e Tocantins.

♦ Projeto/Atividade: Gestão e Governança

O projeto Gestão e Governança tem por objetivo promover o desenvolvimento da gestão e governança das cooperativas por meio dos programas nacionais e atividades de apoio conforme relacionado a seguir.

Em 2016, foi realizado o Seminário Nacional de Autogestão para cooperativas agropecuárias, com intuito de promover a integração entre as cooperativas que atuam no Programa de Desenvolvimento Econômico-Financeiro (GDA) com a troca de experiências, o compartilhamento de informações, a apresentação de cenários baseada no programa.

O evento foi realizado em Brasília nos dias 27 e 28 de julho de 2016 com a participação dos estados do PR, RS, SP, GO, MG, ES, MS e CE, totalizando 147 participantes.

Em novembro de 2016, foi promovida a sensibilização junto a 33 dirigentes de cooperativas com uma palestra sobre temas atuais e pertinentes ao movimento, com caráter educativo na temática “Contexto de Mundo”. O tema da palestra foi alinhado ao Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas (PDGC), pois estimulou o espectador a elaborar um ambiente favorável à criatividade e à implementação de novas ideias bem como à promoção de atividades em cooperação entre organizações e indivíduos com interesses em comum. Outro ponto a ser mencionado é o incentivo que o tema trouxe para a consolidação de lideranças transformadoras, que estimulem e engajem as pessoas além de favorecer as relações de interdependência e o compartilhamento de experiências.

Além dos eventos de promoção de Gestão e Governança citados anteriormente, durante o ano foi realizada reunião de alinhamento preparatória para o Prêmio SESCOOP Excelência de Gestão ciclo 2017 e revisados todos os materiais que compõem o processo.

♦ **Projeto/Atividade: Gestão Operacional**

O projeto Gestão Operacional tem por objetivo oferecer qualificação profissional especializada a cooperados e empregados para promover a melhoria dos resultados das cooperativas por meio de atividades relacionadas a seguir.

Cooperativas Agropecuárias

Em 2016, houve uma capacitação para empregados de cooperativas agropecuárias, mais especificamente para os técnicos extensionistas em cereais de inverno. A iniciativa teve como tema Capacitação Embrapa Trigo e buscou alcançar o objetivo estratégico de “ampliar o acesso das cooperativas às soluções de formação e qualificação profissional, por meio da articulação com parceiros e de forma complementar à atuação do SESCOOP”. A formalização da parceria ocorreu com a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre a Organização das Cooperativas Brasileiras, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, em 7 de abril de 2016, e publicado no *Diário Oficial da União* em 13 de abril de 2016.

Teve como objetivo a capacitação de multiplicadores primários de inovações tecnológicas em temas específicos à cadeia produtiva de cereais de inverno, como fundamentos de agricultura conservacionista e fertilidade de solo, controle de plantas daninhas e tecnologia de aplicação, integração lavoura-pecuária-floresta, implantação e manejo de cultivos anuais produtores de grãos, proteção de plantas – doenças de cereais de inverno, e colheita e pós-colheita, e manejo integrado de pragas e doenças de culturas de verão, bem como atualização agrônômica e educação cooperativista, seus valores e princípios. Foram beneficiados 201 técnicos cooperados ou contratados de cooperativas dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e São Paulo. A maioria dos beneficiários avaliaram o treinamento entre ótimo e bom.

A formalização de rede interativa de técnicos de cooperativas, OCB e Embrapa Trigo, foi um importante resultado do projeto, pois permitirá ações moduladas de transferência de tecnologias, validação de novas tecnologias, acesso a informações técnicas e práticas de soluções a problemas fitossanitários ligados a culturas de inverno e outros.

Cooperativas de Infraestrutura

No ramo infraestrutura, foi priorizado a capacitação dos empregados das cooperativas de distribuição de energia, mais especificamente contadores e engenheiros. Para permitir a plena viabilidade econômica dessas cooperativas é fundamental buscar qualidade e padrão nas informações econômicas e regulatórias.

O projeto foi pensado para prover ações de capacitação e qualificação profissional dos técnicos e empregados de cooperativas na área de infraestrutura, em particular da distribuição de energia. A capacitação teve como foco a análise e simulação de redes, o apoio ao planejamento da expansão do sistema em função das necessidades ao atendimento de mercado e qualidade do serviço; análise dos investimentos a serem realizados em função da remuneração reconhecida pela Aneel; indicadores para projeção de itens da Parcela A², Parcela B³ e simulação de tarifas finais a serem praticadas ao consumidor em função de variação de cenários; arquitetura e organização de Base de Dados da Cooperativa com objetivo de melhorar os apontamentos regulatórios, ou seja, melhorar a qualidade dos dados a serem enviados à Agência Reguladora.

A capacitação foi realizada por meio de formação coletiva presencial e por treinamento *in company*. Além dos treinamentos, previu-se um período de 2 anos, para suporte e esclarecimento de dúvidas, em caráter remoto. No final dos treinamentos, 90 profissionais participaram do nivelamento (módulos I e II); 96 fizeram o treinamento das ferramentas técnicas (módulo III) e 85 se capacitaram nas ferramentas de projeção de tarifa e controle patrimonial. Foi superada a meta de capacitar três profissionais por cooperativa. No total, receberam treinamento 78 técnicos e 63 contadores de 24 cooperativas. Os cursos realizados foram considerados ótimos ou bons em mais de 90% das avaliações feitas.

Cooperativas de Transporte

Foram realizados três manuais de orientação voltados às cooperativas do ramo transporte que foram finalizados e lançados em 2016. O objetivo central dos manuais é padronizar os processos operacionais das cooperativas e promover o entendimento de legislações contábeis e tributárias específicas do setor.

No exercício, foi realizada ainda uma capacitação em Legislação Previdenciária com foco no e-Social, de interesse de todas as cooperativas, tendo em vista que devem se preparar para adequação ao Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial). A ferramenta é um projeto do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), implantado pelo governo federal para desburocratizar e simplificar o cumprimento das obrigações trabalhistas, aumentar o controle fiscal sobre os empregadores e garantir os direitos dos trabalhadores. O objetivo é unificar o envio de informações pelo empregador em relação aos seus empregados.

O eSocial busca trazer para o empregador melhoria na gestão de informações na área das relações de trabalho, maior segurança jurídica, transparência e redução dos custos na administração e geração das informações. O projeto não cria nenhuma nova obrigação legal, apenas modifica a forma de cumprir as obrigações atualmente existentes, de uma maneira racional e lógica, aderente ao modelo de folha de pagamento que existe no mercado.

Na iniciativa, 17 unidades do SESCOOP foram beneficiadas, entre elas: Espírito Santo, Paraíba, Pernambuco, Tocantins, Pará, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Ceará, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, São Paulo Ribeirão Preto, São Paulo Capital, Rondônia, Rio de Janeiro e Nacional (Distrito Federal). O evento contou com a participação de 356 pessoas e obteve avaliação “ótima” pelo público.

♦ Projeto/Atividade: Atividades Gedeg

As atividades da Gerência de Desenvolvimento da Gestão Cooperativa (Gedeg), apesar de estar vinculada ao objetivo estratégico de “ampliar o acesso das cooperativas às soluções de formação e qualificação profissional”, também contribuem com outros três objetivos estratégicos finalísticos: promover a profissionalização da gestão cooperativista, promover a profissionalização da governança cooperativista e monitorar desempenhos e resultados com foco na sustentabilidade das cooperativas.

2 A parcela A é composta por custos não gerenciáveis, os quais a cooperativa cobra do consumidor final, ou seja, os valores necessários para ressarcir o valor gasto.

3 A Parcela B é composta por valores necessários à cobertura dos custos de pessoal, de material e outras atividades vinculadas diretamente à operação e manutenção dos serviços de distribuição, bem como por custos de depreciação e remuneração dos investimentos realizados pela empresa para o atendimento do serviço.

A metodologia adotada para promover o alcance desses objetivos é a autogestão que é o processo pelo qual os próprios cooperados, líderes e dirigentes assumem a total responsabilidade pela gestão da cooperativa, sem a necessidade da interferência estatal em seu funcionamento. Este processo está inserido no Programa de Autogestão das Cooperativas Brasileiras, que versa sobre orientação na constituição de cooperativas; educação, capacitação, reciclagem e comunicação; organização do quadro social; promoção da integração; autonomia financeira; assessoria para o autocontrole; e estrutura de representação. As atividades da Gedeg são voltadas, sobretudo, para o desenvolvimento e aprimoramento dos programas e ferramentas destinadas a apoiar o processo de autogestão.

No exercício de 2016, realizaram-se atividades de expansão das ferramentas a diversas Unidades Estaduais e treinamento dos técnicos das Unidades Estaduais na utilização das ferramentas e dos programas. O Sistema Nacional de Autogestão de Cooperativas (Sinac) é uma plataforma *web* que armazena dados das cooperativas como a estrutura de governança, empregados e informações do seu negócio. Em 2016, seis estados importaram a nova ferramenta e foram realizadas videoconferências e visitas *in loco* para treinamento na sua utilização, em especial no uso dos módulos Dados Gerais, Estrutura de Governança e Estrutura de Negócios, e Gerenciamento de Acesso ao Sistema.

O Programa de Acompanhamento da Gestão (PAGC), programa que averigua a identidade da cooperativa, ou seja, busca a conformidade com a Lei nº 5.764/1971 e outras legislações aplicáveis, é aplicado pelos técnicos das Unidades Estaduais nas diversas cooperativas e serve como base para o desenvolvimento de planos de melhorias a serem implementados pelas cooperativas. Esse programa passou a integrar o sistema Sinac em 2016 e foi, portanto, necessário realizar capacitações de 88 técnicos em 19 estados. Também foram realizadas 44 visitas técnicas a cooperativas para a aplicação do PAGC. Com a consolidação da formação dos técnicos das unidades estaduais, ocorreu aumento de 117% no número de aplicações do PAGC com adoção do programa por mais seis estados.

O Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas (PDGC) busca promover a adoção das boas práticas de gestão e de governança pelas cooperativas. A metodologia desse programa está pautada no Modelo de Excelência da Gestão® (MEG) da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), o qual é um modelo de referência utilizado para promover a melhoria da qualidade da gestão e o aumento da competitividade das organizações. Em 2016, disponibilizou-se os instrumentos de avaliação da gestão em mais dois níveis de maturidade, além do denominado Primeiros Passos para a Excelência: o Compromisso com a Excelência e o Rumo à Excelência. Essa evolução do programa demandou a realização de treinamento de 85 técnicos das diversas unidades estaduais. Além disso, realizaram-se *workshops* diretamente com cooperativas para orientá-las a identificar as oportunidades de melhoria apontadas no Relatório da Autoavaliação e a utilizar essas oportunidades em seu processo de planejamento estratégico com vistas a melhorar a gestão, a governança e, conseqüentemente, seus resultados. Realizaram-se ainda *workshops* junto às cooperativas vencedoras do Prêmio Sescop Excelência de Gestão para que estas pudessem compartilhar suas melhores práticas de gestão e governança com o Sescop com vistas a registrá-las no compêndio de Boas Práticas de Gestão e Governança – Ciclo 2015-2016. No total, foram capacitados 224 técnicos de cooperativas de todo o país.

O Programa de Desenvolvimento Econômico-Financeiro (GDA) busca promover a melhoria do desempenho das cooperativas, seja ela econômica, financeira e social. A partir dos dados, as cooperativas geram seus indicadores que possibilitam melhor gestão e governança, ou seja, o processo de transparência e controle da cooperativa. O objetivo é viabilizar aos dirigentes cooperativistas informações de forma rápida, fácil e confiável. Os técnicos das Unidades Estaduais analisam os indicadores gerados e elaboram um relatório detalhado sobre os resultados apurados, apresentando-o à diretoria da cooperativa, com a análise da situação e prognóstico da cooperativa. Por ser uma ferramenta sofisticada, o GDA está sendo implantado de maneira paulatina nos estados que demonstram interesse e capacidade para executá-lo. Em 2016, o programa foi implantado em Mato Grosso e Minas Gerais com a capacitação de seis técnicos de Mato Grosso e 20 Agentes de Desenvolvimento

Cooperativo (ADC) – que são, geralmente, contadores das cooperativas que têm o papel de alimentar os dados da cooperativa e analisá-los.

Foi realizado o Curso de Formação de Conselheiros de Cooperativas de Crédito (Formacred), e tem como público-alvo os Conselheiros Fiscais e os Conselheiros de Administração e é utilizado para profissionalizá-los quanto à sua atuação prática, considerando parâmetros éticos e normativos. Em 2016, foram realizadas cinco turmas em quatro estados, com 105 conselheiros capacitados. Além disso, foi iniciado o desenvolvimento do Formacred no formato híbrido que será disponibilizado em 2017.

Realizou-se também a análise de cenários de 20 estados, abrangendo dados gerais, estrutura de governança e de negócios das cooperativas e informações dos diagnósticos do PAGC e PDGC. Essas análises foram apresentadas e discutidas com cada unidade estadual para que estas ampliem sua compreensão das características e desafios das cooperativas de seus estados.

O Sescoop sente a necessidade de oferecer uma linha orientadora para a atuação de todas as suas unidades estaduais, de modo a facilitar a consolidação das ações e resultados finalísticos para apresentação aos órgãos de controle, à sociedade e às próprias cooperativas. Nesse contexto, foi criado o Comitê Diretriz Nacional que tem a responsabilidade de elaborar a Diretriz Nacional da Atuação Finalística do Sescoop. Em 2016, foi realizada uma reunião de alinhamento do projeto para seu início em 2017.

Em relação ao Comitê de melhorias dos programas GDA e GDH, que têm como objetivos identificar as melhorias e priorizar as demandas junto aos estados, em 2016, realizaram-se duas reuniões por videoconferência, em que foram definidas regras de negócios, as quais foram implementadas nos dois programas. O GDH é um sistema computacional operado pela internet, de fácil interação, que proporciona a dinamização da relação do Sescoop com as cooperativas no cadastramento e acompanhamento das atividades realizadas anualmente. O GDA também é um sistema de informação operado na internet que permite a inserção de informações econômicas e financeiras, de controle administrativo e de recursos humanos para análise da situação e prognóstico da cooperativa.

Após uma colaboração bem-sucedida entre a DGRV e as cooperativas agropecuárias gaúchas, surgiu o interesse de expandir o intercâmbio realizado no Rio Grande do Sul para as demais cooperativas brasileiras do ramo agropecuário. Em 2016, a DGRV realizou um diagnóstico das cooperativas dos estados do Paraná, Espírito Santo e São Paulo para identificar os principais pontos com potencial de melhoria. Como resultado foram instituídos três grupos de trabalho: GT Recursos Humanos, GT Estratégia e GT Intercooperação, com a finalidade de desenvolver o projeto de expansão da parceria.

Programa: 5300 – Qualidade de Vida

Objetivo do programa: intensificar a segurança no trabalho e a adoção de responsabilidade socioambiental pelas cooperativas e promover o estilo de vida saudável entre os cooperados, empregados e familiares.

Quadro 8. Desempenho físico e financeiro do Programa 5300 – Qualidade de Vida

Ação	Objetivo Estratégico	Projetos/Atividades	Metas Físicas (Anexo II)				Metas Financeiras (R\$ 1,00)		
			Unidade de Medida	Prevista	Realizada	% Realização	Prevista	Realizada	% Realização
5301	6	Bem-Estar e Qualidade de Vida	Quantidade de UEs que aderiram aos programas disponibilizados	1	1	100%	226.276	217.873	96,29%
5302	7	Dia C – Responsabilidade Social	Quantidade de UEs que aderiram aos programas disponibilizados	27	27	100%	2.865.792	2.875.796	100,35%
TOTAL							3.092.068	3.093.668	100,05%

Fonte: Gedes (2016) – Sistema Zeus (Módulo Orçamento Integrado).

♦ **Projeto/Atividade: Bem-Estar e Qualidade de Vida**

O projeto Bem-Estar e Qualidade de Vida no Sistema e Cooperativas tem por objetivo prover programas e ferramentas para estimular as Unidades Estaduais e cooperativas a desenvolver ações de bem-estar e qualidade de vida para os funcionários e cooperados, e está estruturado nas seguintes ações:

Acompanhar a implantação do Indicador Felicidade Interna do Cooperativismo (FIC)

A Felicidade Interna do Cooperativismo (FIC) é um indicador sistêmico, desenvolvido na construção da Diretriz Nacional de Promoção Social em 2013, inspirado no Índice da Felicidade Interna Bruta (FIB). É uma ferramenta estratégica de gestão de desenvolvimento humano, que provê uma abordagem integral que incorpora fatores sociais, ambientais e econômicos, bem como outros aspectos chave para o bem-estar e qualidade de vida dos dirigentes, cooperados, funcionários e familiares das cooperativas do Sistema. É composto por um questionário de 97 itens, que abrange nove dimensões: Padrão de Vida, Saúde, Educação, Cultura, Governança, Meio Ambiente, Vitalidade Comunitária, Uso do Tempo e Bem-Estar Psicológico.

Em 2016, a FIC teve implantação no Sicoob Norte Paraná, apresentação dos resultados nas cooperativas Sicoob Metropolitano, Sicoob Norte Paraná e Sicoob Credicom no Encontro Internacional de Felicidade e Bem-Estar nas Organizações, revisão do material de apoio (manual, questionário) e homologação do sistema.

Capacitar Facilitadores no Curso Gestão de Finanças Pessoais e Implantação do Programa de Educação Financeira

A iniciativa Educação Financeira busca o desenvolvimento, fortalecimento e promoção da eficiência e eficácia econômica e social do cooperativismo, cuja metodologia e material didático estão voltados para empregados de cooperativas e seus familiares, para que estes administrem as suas finanças pessoais de forma consciente e sustentável.

Esta iniciativa, executada em parceria com o Banco Central do Brasil (Bacen) é aderente às políticas econômicas e sociais voltadas para a eficiência do sistema financeiro e segue a tendência de aumento do interesse da sociedade a respeito da educação financeira.

Em 2016, foram realizadas 10 turmas de formação de facilitadores (profissionais de nível superior) que atuarão como professores/multiplicadores do curso Gestão Financeira Pessoal (GFP) dirigido ao público final (cooperado, colaborador seus familiares), sendo:

- ◆ uma turma dirigida ao público do Sescop e Bacen;
- ◆ duas turmas dirigidas ao público indicado pelo Sicoob Confederação e Unired;
- ◆ duas turmas dirigidas ao público indicado pelo Sistema Ceced e Unired;
- ◆ uma turma dirigida ao público indicado pelo Sistema Sicredi;
- ◆ uma turma dirigida ao público indicado pela Cooperativa Cooxupé e Sicoob Agrocredi;
- ◆ uma turma dirigida ao público indicado pelo Sicoob Credi Chapada;
- ◆ uma turma dirigida ao público indicado pelo Sescop no estado do Paraná;
- ◆ uma turma dirigida ao público indicado pelo Sescop no estado do Ceará.

Portanto, a iniciativa propiciou a capacitação de 237 facilitadores que atuarão como professores/multiplicadores do curso GFP.

Além da oferta de 10 turmas também foi concluída a trilha de aprendizagem dos facilitadores (totalizando 120 horas), em especial a etapa de formação continuada que ocorre no *site* cidadania financeira.

◆ Projeto/Atividade: Dia C – Responsabilidade Social

O Dia de Cooperar (Dia C) é um projeto que promove a responsabilidade socioambiental, desenvolvido pelas cooperativas por meio de ações contínuas e estruturadas ao longo do ano, utilizando o voluntariado como um dos meios de sua execução.

É impulsionado pelas Unidades Estaduais e Unidade Nacional, e além de ações pontuais e contínuas elaboradas pelas cooperativas, tem em seu cronograma anual de execução uma ação nacional simultânea, para fomentar o cooperativismo e seu 7º princípio (interesse pela comunidade) celebrada no 1º sábado de julho, data em que também se comemora o Dia Internacional do Cooperativismo.

Os destaques na execução de 2016 foram:

- ◆ 26 estados e o Distrito Federal participaram;
- ◆ 86.869 pessoas participaram como voluntárias;
- ◆ 777 municípios brasileiros realizaram o projeto;
- ◆ 1.180 ações contínuas e ou pontuais desenvolvidas pelas cooperativas;
- ◆ 1.278 cooperativas participantes do projeto;
- ◆ 1.185.846 pessoas foram beneficiadas.

Em 5 e 6 de outubro de 2016 foi realizada uma reunião de avaliação e apresentação dos números da campanha contando com 41 participantes entre representantes dos estados e analistas da Unidade Nacional.

Durante os dias de atividade foi realizada a apresentação dos números finais da campanha 2016, e uma oficina de *Design Thinking* para oportunizar aos participantes uma forma inovadora de elaboração de projetos sociais considerando que esta metodologia possa ser aplicada por eles na orientação das cooperativas realizadoras do Dia C em seus respectivos estados. Esta atividade de melhoria dos processos foi avaliada pelos participantes com nota média 9,0.

Programa: 5400 – Administração e Apoio**Objetivo do programa:** desenvolver e garantir competências, integrar e alinhar o Sistema SESCOOP.**Quadro 9. Desempenho físico e financeiro do programa 5400 – Administração e Apoio**

Ação	Objetivo Estratégico	Projetos/ Atividades	Metas Físicas (Anexo II)				Metas Financeiras (R\$ 1,00)		
			Unidade de Medida	Prevista	Realizada	% Realização	Prevista	Realizada	% Realização
5401	8	Atividade Asjur	Valor alocado na gestão estratégica e padronização dos processos em relação ao orçamento	1,3%	1,1%	88%	35.493	28.645	80,71%
		Centro de Serviços Compartilhados					27.971	7.510	26,85%
		Implementar Escritório Processos					18.147	7.279	40,11%
		Implantação PDGS (qualidade gestão)					304.525	287.863	94,53%
		Projeto Interno de Adensamento Gestão Estratégica					115.758	109.065	94,22%
		Infraestrutura para Serviços de TI					387.885	127.014	32,75%
		Expansão da Implantação do <i>Business Intelligence</i> (BI)					6.866	0	0,00%
		Renovação ERP					693.554	579.257	83,52%
5402	9	Suporte à Gestão por Competências	Rotatividade de Pessoal (<i>Turnover</i>)	9	10	111%	1.199.216	1.057.990	88,22%
		Gestão por Competências UEs					3.656.946	3.163.233	86,50%
		Gestão Estratégica – Foco Competências					100.002	57.256	57,26%
		Implantação PGDI nas UEs BA e RJ					13.739	12.753	92,82%
		Implantação PGDI nas UE SC					24.262	29.187	120,30%
5404	11	Divulgação da Imagem Institucional e do Cooperativismo	Valor alocado na comunicação em relação ao orçamento	4,0%	1,8%	46%	1.306.360	1.263.326	96,71%
		Atividade Gecom					3.687.855	634.490	17,20%
TOTAL							11.578.579	7.364.867	63,61%

Fonte: Geplan (2016) – Sistema Zeus (Módulo Orçamento Integrado).

♦ **Projeto/Atividade: Atividades Asjur**

A atividade Assessoria Jurídica (Asjur) trata da realização do encontro anual das Assessorias Jurídicas do Sistema OCB (Sescoop/OCB/CNCOOP), denominado de “Comitê Jurídico”, que tem por escopo a realização de alinhamento entre as Assessorias Jurídicas, por meio de evento em que se discute os principais temas de atuação das Entidades. Para a realização do evento de 2016 foram definidos seis temas relevantes por Instituição, para discussão e priorização de dois temas para foco em 2016. Após as discussões, ficou definido dois temas por Instituição, e que as discussões sobre os temas se dariam na forma de grupos de trabalho, por meio de videoconferências, facilitando a comunicação e privilegiando a economicidade que a ferramenta representa para os deslocamentos. Das discussões foi possível ajustarmos processos e procedimentos internos, bem como estruturar estudo que subsidiou a proposta de ajuste na governança do Sescoop.

Para a realização da atividade, fez-se necessário o custeio de passagens e diárias aos advogados das Unidades Estaduais do Sescoop. A previsão era de participação e custeio de 36 advogados das Unidades do Sescoop, no entanto, em razão de compromissos diversos, participaram apenas 29 advogados das Unidades, ou seja, aproximadamente 80% do previsto, resultando na execução financeira 20% abaixo da prevista.

♦ **Projeto/Atividade: Centro de Serviços Compartilhados**

O Centro de Serviços Compartilhados (CSC) foi criado, inicialmente, com o objetivo de possibilitar às unidades do Sescoop a melhoria na gestão de pessoal e o foco no atendimento às necessidades das cooperativas e cooperados, mediante a prestação de serviços de contabilidade e folha de pagamento.

Foi instituído como projeto-piloto, com meta inicial de atendimento a cinco unidades estaduais, além da Unidade Nacional.

No exercício de 2016, as metas físicas superaram a previsão, conforme apresentado a seguir:

- Contabilidade: previsto em seis Unidades, e realizado em oito. Portanto, superou em 33% o previsto.
- Folha de Pagamento: previsto em oito Unidades e realizado em nove. Portanto, superou em 12,5% o previsto.

Em relação ao desempenho orçamentário, foram previstas despesas com diárias e passagens para acompanhamento dos serviços prestados pelo CSC e para a negociação visando à inclusão de novas Unidades Estaduais no CSC. No decorrer do ano, houve baixa demanda de visitas técnicas de colaboradores do CSC nas Unidades Estaduais e o serviço foi prestado apenas nas unidades de Pernambuco e Paraíba. A negociação para novas adesões se deu via telefone e e-mail, tendo em vista que o tema CSC é abordado nos encontros de Presidente e Superintendentes, contando com comentários positivos das unidades já participantes, fato que motivou outras unidades a solicitarem adesão.

Diante do exposto, houve economia de recursos com superação das metas físicas.

♦ **Projeto/Atividade: Implementar Escritório Processos**

Essa iniciativa tem por objetivo apoiar a Unidade Nacional e as Unidades Estaduais na melhoria de seus processos organizacionais. É executada sob demanda, logo, sua execução depende das solicitações das Unidades.

Nesse contexto, foi realizada uma visita de *benchmarking* na Unidade de Mato Grosso e ainda o mapeamento do processo de compras na Unidade da Bahia.

Ainda estava prevista uma visita à Unidade de RO no segundo semestre de 2016, mas em razão de outros compromissos priorizados pela unidade demandante, preferiram adiar para 2017 a visita de mapeamento do processo de compras.

♦ **Projeto/Atividade: Implantação do PDGS (qualidade gestão)**

Trata-se de um programa de gestão empresarial, baseado em critérios e fundamentos de excelência, na metodologia do MEG/FNQ, com vistas tanto a propiciar a melhoria da gestão das unidades do SESCOOP quanto o alcance do alto desempenho.

Seu objetivo é promover a cultura da excelência, o compartilhamento das boas práticas e a capacitação interna das equipes.

Resultados alcançados em 2016:

- ♦ implementação do projeto-piloto na unidade nacional e nas unidades estaduais de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul;
- ♦ 262 práticas mapeadas;
- ♦ 66 pessoas capacitadas (previsto: 30; 120% acima do previsto), sendo 35 (UN) e 21 (MG);
- ♦ 80 pessoas envolvidas;
- ♦ 346 considerações entre pontos fortes e oportunidades de melhoria e;
- ♦ 11 boas práticas identificadas nas três unidades de negócio.

Ademais, foram entregues três relatórios de autoavaliação (Diagnóstico da Maturidade da Gestão), com a relação das organizações reconhecidas no ciclo do PNQ e apoio na elaboração do Plano de Melhoria da Gestão das três unidades.

♦ **Projeto/Atividade: Projeto Interno de Adensamento da Gestão da Estratégia**

Com o objetivo de aprimorar a gestão da estratégia no Sistema OCB, o projeto interno de adensamento da gestão da estratégia contemplou em seu escopo ações relacionadas à geração de inteligência, o monitoramento da gestão da estratégia e a prestação de suporte às Unidades para o aprimoramento da elaboração de projetos.

Entre os principais resultados alcançados no âmbito da iniciativa está a ampliação da visão estratégica do SESCOOP, apoiada pelo compartilhamento da análise de dados e fatos relacionados aos ambientes externo e interno para devolutivas direcionadas às Unidades Estaduais e pelo acompanhamento *in loco* realizado pela Unidade Nacional, que permitiu a identificação de lições aprendidas e pontos de melhoria sobre a execução das iniciativas estaduais e sua aderência à estratégia. Esta ação mobilizou aproximadamente 100 pessoas e obteve 9,0 como nota média na avaliação das ações de acompanhante da execução *in loco* nas UE.

No âmbito da Unidade Nacional, as atividades realizadas pela Rede de Apoio à Execução da Estratégia fortaleceram o conhecimento de seus integrantes sobre o plano estratégico institucional e possibilitaram o compartilhamento e a identificação de sinergias entre iniciativas realizadas pelas áreas.

Considerando ainda o orçamento como parte fundamental para a viabilização dos projetos e consequente execução da estratégia, foram realizados também aprimoramento no processo orçamentário, com a elaboração de manual interno e otimização de rotinas relacionadas.

♦ **Projeto/Atividade: Infraestrutura para Serviços de TI**

A iniciativa é composta por ações e tem por objetivo garantir a confiabilidade e capacidade da infraestrutura tecnológica do SESCOOP, tendo em vista a crescente utilização de serviços de TI pelas Unidades Estaduais providos pela Unidade Nacional. A seguir, a descrição do desempenho das ações em 2016:

1. **Migrar aplic Java p/Jboss (subscrição):** foram realizadas algumas das ordens de serviço previstas, por conta da priorização de outras atividades.
2. **Certificar infraestrutura e novos documentos:** tem sua execução sob demanda. Foram certificados 56 colaboradores.
3. **Renovação de equipamentos (2ª fase):** foi totalmente concluída com a aquisição de três novos equipamentos. O processo para contratação da ação Adquirir robô p/ backup dados – fase 2 e Adquirir software para cópia de segurança não foi concluído até o final de 2016, pois as cotações apresentadas ficaram acima do valor orçado.

4. **Contratar suporte para o datacenter:** não foi realizada devido à necessidade de mudança no modelo de contratação por conta dos altos valores apresentados nas cotações no modelo inicial.
5. **Contratar banco de horas Microsoft:** não foi realizada devido à priorização de outras atividades na área.
6. **Contratar link para as UE:** devido à complexidade no processo de contratação, não houve tempo hábil para finalização em 2016 e será efetivada no exercício de 2017.

♦ **Projeto/Atividade: Expansão da Implantação do *Business Intelligence* (BI)**

O projeto Expansão da Implantação do *Business Intelligence* no Sescoop tem por objetivo realizar a construção de indicadores em *Business Intelligence* no Sescoop, com a finalidade de geração de conhecimento e agregação de valor à instituição.

Dando continuidade ao processo de melhoria contínua, em 2016 sentiu-se a necessidade de revisão do projeto *Business Intelligence*. Para isso, foi realizada uma pesquisa de opinião com os colaboradores da instituição que possuíam acesso ao BI, que identificaram a necessidade de revisão de visões da ferramenta e melhora na autonomia dos usuários.

Diante disso, iniciou-se um projeto de reestruturação do BI, que terá encaminhamentos no exercício de 2017.

♦ **Projeto/Atividade: Renovação ERP**

O projeto *Enterprise Resource Planning* (ERP) tem por objetivo renovar a ferramenta de ERP do Sescoop, com o intuito de padronizar os processos e obter maior aderência às atividades executadas nas áreas meio da instituição, visando à disponibilização dos serviços na nuvem e atendimento ao projeto do Centro de Serviços Compartilhados.

Tem como premissa a finalização da implantação do novo ERP Totvs na Unidade Nacional, iniciado em 2015. Nas Unidades Estaduais, objetiva-se implantar os módulos Folha de Pagamento e Ponto Eletrônico.

Em 2016, a implantação do novo ERP na Unidade Nacional foi realizada com envolvimento de várias áreas na instituição. Já os módulos Folha de Pagamento e Ponto Eletrônico foram implantados em 12 Unidades Estaduais e teve início o projeto de implantação do ERP completo em uma Unidade Estadual (SP).

A implantação do ERP na Unidade Nacional finalizou o ano de 2016 com 90% de conclusão, restando apenas a implantação do módulo Orçamentário.

♦ **Projeto/Atividade: Suporte à Gestão por Competências**

A iniciativa objetiva desenvolver atividades que dão suporte à política de Gestão de Pessoas em curso na instituição – Sistema de Gestão de Pessoas por Competências, por meio das seguintes ações:

1. **Recrutamento e seleção:** as ações são realizadas por demanda, e em 2016 foram efetivados dois processos seletivos, sendo um deles para contratação de Pessoas com Deficiência (PCD), em atendimento à legislação.
2. **Qualidade de vida:** foram realizadas ações de voluntariado, Sipat e convênios com academias. Além disso, foi realizada nova licitação para o posto de enfermagem e o valor do contrato foi reduzido.
3. **Educação corporativa:** disponibilização de 21 trilhas de aprendizagem na Wiki e Plano de Desenvolvimento de Competências Individuais (PDCI). Com as trilhas de aprendizagem, outras opções de aprendizagem foram ofertadas que não apenas cursos. Também integrou ao portfólio ações gratuitas de mercado e de parceiros.
4. **Associações:** em 2016 foram renovados os contratos com IOB e FNQ, ABRH e ABTD, por ser no final do ano, foram realizados os processos administrativos para renovação; entretanto, o pagamento somente acontecerá em 2017.

Maiores detalhes acerca do desempenho das iniciativas de Gestão de Pessoas estão dispostos no Anexo 4 deste relatório.

♦ **Projeto/Atividade: Gestão por Competências UEs**

Este projeto tem por objetivo contribuir com a melhoria do desempenho das atividades dos profissionais do Sescop, por meio do desenvolvimento das competências relacionadas às suas áreas de atuação, pela execução de sete ações a seguir discriminadas com seus respectivos resultados:

1. **Desenvolvimento de programa e ações Eixo Cooperativismo:** foi priorizada a celebração do convênio com a Fundação Unimed para disponibilização dos cursos em EaD, em 2017.
2. **Desenvolvimento de programa e ações Eixo Deliberativo:** nesse eixo, foi a primeira vez em que ações foram realizadas com foco na clarificação do papel dos conselheiros para uma atuação mais assertiva (conselhos estaduais, conselhos fiscais e representantes do Sistema OCB).
3. **Desenvolvimento de programa e ações Eixo Executivo:** realização do programa liderança estratégica para os presidentes, com a *Babson College*, e a visita técnica dos superintendentes aos estados de MG e BA.
4. **Desenvolvimento de programa e ações Eixo Gerencial:** houve a continuidade da pós-graduação em Gestão Empresarial, em parceria com a FIA.
5. **Desenvolvimento de programa e ações Eixo Técnico:** no eixo técnico, destaque para a realização dos diversos encontros de alinhamento: comunicação, TI, arrecadação.

Maiores detalhes acerca do desempenho das iniciativas de Gestão de Pessoas estão dispostos no Anexo 4 deste relatório.

♦ **Projeto/Atividade: Gestão Estratégica – Foco Competências**

Tem por objetivo revisar e implementar modelo estratégico de pessoas com foco em competências na Unidade Nacional, tendo o novo plano estratégico como referência para decisões e práticas de uma gestão de pessoas mais atrativa, estratégica e que contribua efetivamente para o alinhamento entre pessoas-estratégia-resultados.

Em 2016, o projeto iniciou com a realização da etapa de diagnóstico e a definição dos eixos de carreira, níveis de complexidade e competências comuns e específicas.

O desempenho abaixo do previsto justifica-se em decorrência da postergação da etapa de estruturação do programa de gratificação por desempenho para 2017 visando a uma melhor avaliação do nível de maturidade institucional com relação ao estabelecimento dos indicadores e metas.

Maiores detalhes acerca do desempenho das iniciativas de Gestão de Pessoas estão dispostos no Anexo 4 deste relatório.

♦ **Projeto/Atividade: Implantação do PGDI nas UEs BA, PB, RJ, SC e TO**

Esta iniciativa objetiva propiciar a adequada organização para a futura gestão dos documentos e informações pelas Unidades Estaduais do Sescop BA, PB, RJ, SC e TO.

No exercício de 2016, todas as ações planejadas foram realizadas e obtiveram o seguinte desempenho:

Estruturação das áreas e elaboração dos normativos: as recomendações sobre os equipamentos, suprimentos e melhores ambientes para se abrigar os documentos e/ou as recomendações para os ajustes naqueles ambientes já ocupados foram realizadas por *e-mail* e algumas poucas por telefone, inclusive compartilhando algumas notas técnicas que continham a descrição dos mesmos, resultaram em: no Sescop/SC, ajuste de sala para abrigar o setor de protocolo e início da confecção dos normativos; no Sescop/PB, aquisição de armário deslizante e os suprimentos (caixas boxes de papelão e materiais plásticos para a atuação dos processos); no Sescop/TO, aquisição de armários de madeira, confeccionados sob medida, para abrigar os seus documentos; no Sescop/BA, aquisição de impressoras de etiquetas e *scanners*,

bem como dos suprimentos (caixas boxes de papelão e materiais plásticos para a autuação dos processos); elaboração de normativos para a gestão documental e para a constituição da CPADI e os compartilhou com esta Unidade Nacional. Em 2017, iniciará o projeto para a digitalização do acervo documental (1999-2015) e solicitará o apoio do Cedoc/Sescoop Nacional para conferência das etapas da execução do projeto e fiscalização das atividades realizadas pelo sistema *Laserfiche*; no Sescoop/RJ, iniciou a confecção dos normativos e as apurações para a migração dos dados do sistema legado utilizado para a gestão dos acervos especiais para o sistema disponibilizado pelo Sescoop Nacional.

Capacitações: foram realizadas quatro capacitações em cada uma das cinco Unidades Estaduais do Sescoop da BA, PB, RJ, SC e TO, totalizando 20 capacitações realizadas em 2016. Os cursos ministrados foram:

- a. gestão documental e da informação (carga horária de quatro horas);
- b. curso para a operacionalização do sistema *Laserfiche* (carga horária de oito horas);
- c. curso para a operacionalização do sistema SophiA Biblioteca – módulo usuários (carga horária de duas horas); e
- d. curso para a operacionalização do Sistema SophiA Biblioteca – módulo gerenciador (carga horária de quatro horas).

Foram capacitadas 45 pessoas, que avaliaram a capacitação recebida com nota média 9,0 (satisfação).

A execução orçamentária do projeto superior à previsão motivou-se devido às despesas com passagens aéreas (ida/volta) de dois colaboradoras participantes.

♦ **Projeto/Atividade: Divulgação da Imagem Institucional e do Cooperativismo**

O projeto tem por objetivo potencializar a divulgação da imagem institucional, de seus produtos e serviços, assim como dos benefícios do modelo cooperativista de negócios para seus públicos de interesse.

Considerando que “garantir uma comunicação frequente e ágil com os seus públicos” é um dos objetivos estratégicos do Sescoop; foram priorizados em 2016 projetos que visam ampliar o número de pessoas impactadas pela mensagem cooperativista, além de fortalecer a construção de uma imagem positiva do cooperativismo para seus diferentes públicos. Trabalho este que contou, além do envolvimento direto da equipe de comunicação da Unidade Nacional, com a participação de profissionais dos estados que, juntos, trabalham para uma comunicação mais eficiente e alinhada em todo o País.

Tal processo colaborativo se concretiza em um colegiado com representação regional dos comunicadores do Sescoop, o Conselho Nacional de Comunicação – órgão consultivo que tem se consolidado como um fórum de discussão de temas importantes para o aprimoramento da política de comunicação. Com pelo menos um representante de cada região brasileira, em 2016 o conselho se reuniu por seis vezes e tem se consolidado como um fórum de discussão de temas importantes para o aprimoramento da política de comunicação do Sistema. Nesses encontros discutiu-se estratégias e produtos que poderiam levar ao cumprimento de metas e diretrizes definidas no Plano de Comunicação do Sescoop e Sistema OCB, atendendo ao Planejamento Estratégico Sistêmico para o período 2015-2020. Vale ressaltar a busca pela economicidade na realização desses encontros, viabilizando muitos desses debates por meio de videoconferências.

Ainda visando a esse alinhamento interno, ocorreram reuniões em Brasília e visitas às Unidades Estaduais para a padronização de conceitos e compartilhamento de estratégias de âmbito nacional, observando as diretrizes de comunicação anteriormente definidas. Tais debates têm a missão de atender, ao mesmo tempo, ao Planejamento Estratégico do Sescoop para o período 2015-2020. Buscou-se, por exemplo, a consolidação da imagem do cooperativismo como um bom negócio e o alinhamento da comunicação e do discurso institucional.

♦ Projeto/Atividade: Atividades Gecom

A iniciativa que tem por objetivo divulgar as atividades desenvolvidas pelas cooperativas brasileiras, disseminando, assim, os diferenciais do modelo de negócios cooperativo para a sociedade, visando tornar o cooperativismo conhecido e reconhecido. Dentro desse contexto, divulga-se, ainda, o trabalho feito pelo Sistema OCB em prol do movimento, e garantir a continuidade das ações previstas para o ano, no tocante à comunicação com os diversos públicos da instituição, contemplando a produção e impressão de diferentes produtos.

No exercício de 2016, foram publicadas e distribuídas três edições da revista Saber Cooperar, veículo que tem cumprido a função de divulgar as ações desenvolvidas pelo SESCOOP, assim como os diferenciais do cooperativismo, tanto a públicos mais diretos, as próprias cooperativas e cooperados, quanto a formadores de opinião de frentes diversas e à sociedade de forma geral.

Vale ressaltar que, paralelamente, foi feita uma revisão em parte das estratégias de comunicação definidas para 2016, interpretando como mais adequada a realização de uma campanha nacional de comunicação no ano seguinte, em 2017, após iniciado o alinhamento de discurso já citado. Pelo mesmo motivo, a pesquisa de imagem programada anteriormente também deverá acontecer no decorrer de 2017.

Nessa mesma perspectiva de revisão das ações anteriormente previstas, podem ser citadas a criação e a impressão de produtos. Foi registrada menor execução do que o previsto, consequência da não renovação do contrato com a gráfica e, também, com a agência licitada. Importante destacar que tais contratos não foram renovados pensando no aprimoramento dos processos licitatórios, visando ao melhor resultado para a Instituição e, consequentemente, o movimento cooperativista brasileiro.

Programa: 0106 – Gestão da Política de Trabalho e Emprego

Objetivo do programa: coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais.

Quadro 10. Execução física e financeira do Programa 0106 – Gestão da Política de Trabalho e Emprego

Ação	Objetivo Estratégico	Projetos/Atividades	Metas Físicas (Anexo II)				Metas Financeiras (R\$ 1,00)		
			Unidade de Medida	Prevista	Realizada	%Realização	Prevista	Realizada	%Realização
8911	Suporte à Gestão	Garantir a Representação Institucional	Entidade mantida	1	1	100%	130.274	121.524	93,28%
8938		Reuniões dos Conselhos Superiores	Reunião realizada	6	6	100%	144.483	149.451	103,44%
TOTAL							274.757	270.975	98,62%

Fonte: Geplan (2016) – Sistema Zeus (Módulo Orçamento Integrado).

♦ Projeto/Atividade: Garantir a Representação Institucional

Nesta atividade estão contempladas as iniciativas de fortalecimento da representação, articulação e coordenação institucional da organização, executadas pela Diretoria Executiva e Gerência Geral. Em geral, tratam de questões de interesse do SESCOOP e do cooperativismo e fortalecem a sinergia entre as unidades.

Nelas, também estão contempladas despesas gerais para a manutenção da representação institucional.

♦ Projeto/Atividade: Reuniões dos Conselhos Superiores

Em 2016, foram realizadas seis reuniões ordinárias do Conselho Nacional e seis do Conselho Fiscal. Não ocorreram reuniões extraordinárias no exercício.

Programa: 0750 – Apoio Administrativo

Objetivo do programa: prover os órgãos do Sescoop dos meios administrativos para implementação da gestão de seus programas finalísticos.

Quadro 11. Execução física e financeira do Programa 0750 – Apoio Administrativo

Ação	Objetivo Estratégico	Projetos/ Atividades	Metas Físicas				Metas Financeiras (R\$ 1,00)		
			Unidade de Medida	Prevista	Realizada	%Realização	Prevista	Realizada	%Realização
8901	Suporte à Gestão	Atividade Asjur	Entidade mantida	1	1	100%	297.608	131.112	44,06%
		Atividade Gelic					48.882	44.921	91,90%
		Manutenção Gelog					827.649	529.220	63,94%
		Atividade Cedoc					5.298	4.440	83,80%
8904		Benefícios Sociais e Assistenciais	Pessoa Beneficiada	105	98	93%	52.240	47.888	91,67%
8910		Infraestrutura para serviços de TI	Entidade mantida	1	1	100%	416.250	146.250	35,14%
		Desenvolv. e aquisição de software					929.543	336.983	36,25%
		Governança de TI					380.550	221.875	58,30%
		Atividade Getin					3.316.926	2.564.577	77,32%
8977		Salários e Encargos	Pessoa Beneficiada	106	98	92,45%	17.749.760	17.193.839	96,87%
TOTAL							24.024.706	21.221.104	88,33%

Fonte: Geplan (2016) – Sistema Zeus (Módulo Orçamento Integrado).

♦ **Projeto/Atividade: Atividades Asjur (Manutenção)**

A iniciativa objetiva o alinhamento institucional para a melhoria do desempenho das atividades jurídicas, bem como garantir a segurança jurídica, o bom desempenho das atividades da Assessoria Jurídica e o apoio às Unidades Estaduais em ações e consultorias jurídicas.

Em 2016, o projeto teve os seguintes desempenhos em suas ações:

- ♦ Prestação de assessoria jurídica às Unidades Estaduais que necessitaram de apoio, por meio de realização de audiência, palestras, pagamento de custas, entre outros. Os gastos incluem passagens e diárias. Esta iniciativa é realizada por demanda e foram beneficiadas as Unidades Estaduais de: AM, AP, MS, PA, PI, PR, SP e RO. Ressalte-se que a Asjur precisou estar presente na maioria dessas unidades mais de uma vez. Do orçamento previsto para este centro de responsabilidade, foram utilizados 47,51% do provisionado.
- ♦ Banco de jurisprudência do Sescoop, que tem por objetivo auxiliar os advogados na elaboração de documentos jurídicos, com acesso à ferramenta de pesquisa das decisões dos órgãos do Judiciário e do Tribunal de Contas da União (TCU). Envolve a compilação de jurisprudência em um banco jurisprudência. O principal resultado obtido foi o auxílio na elaboração de documentos, pareceres e contratos com melhor abordagem técnica.
- ♦ Renovação de periódicos em licitações/contratos e serviços de consultoria *Web*: teve como principais resultados a atualização do conhecimento especializado dos advogados e o auxílio no desenvolvimento das atividades jurídicas desta Assessoria Jurídica.
- ♦ Contratação de seguro de responsabilidade para os gestores do Sescoop: desde o início de 2016 foram envidados esforços na tentativa de contratação, mediante ampla pesquisa ao mercado segurador (36 empresas) no sentido de encontrar seguro de responsabilidade civil para erro de gestão – D&O, que atendesse às necessidades do Sescoop. Após diversas tentativas obteve-se retorno de apenas três seguradoras, com preços muito distantes, e que não permitiram alcançar preço médio para contratação. Soma-se a essa recusa das demais seguradoras, em decorrência das operações da *lava-jato*, que estão na mídia nacional.
- ♦ Aquisição de *software* jurídico, destinado ao acompanhamento dos processos judiciais do Sescoop. Do orçamento previsto para esta atividade foram previstos R\$ 4.800,00 e utilizados R\$ 4.683,00 em razão de descontos obtidos.
- ♦ Parecer externo sobre questões trabalhistas do Sescoop, que foi de suma importância para a proposta de revisão de processos e procedimentos internos, no intuito de mitigar os riscos envolvidos. A contratação do escritório de advocacia trabalhista – Russomano foi fundamental para defender o Sescoop em reclamatória trabalhista, conforme sentença de primeira instância publicada em 2016. A contratação do escritório de consultoria de direito imaterial para acompanhamento dos registros de marcas do Sescoop só se efetivou ao final de 2016, e seus efeitos serão projetados para 2017.

♦ **Projeto/Atividade: Atividade Gelic**

A iniciativa objetiva garantir acesso a artigos e informações atualizadas/especializadas em procedimentos licitatórios, realizar visitas técnicas para inovação, mapeamento e aprimoramento dos processos internos de compras/aquisições, utilizar Sistema de Pregão Eletrônico em parceria com o BB (Licitações-e), promover a publicação dos avisos de licitação na Imprensa Nacional e contratar ferramenta de pesquisa e comparação de preços para subsidiar as pesquisas de preços nas licitações.

Em 2016, a iniciativa aconteceu por meio das seguintes ações e obteve os seguintes resultados:

1. **Renovar Periódicos:** justifica-se em razão da Gerência de Licitações e Contratos da Unidade Nacional do Sescop ser responsável por executar as licitações no âmbito da Entidade, bem como auxiliar as 27 Unidades Estaduais na execução de suas licitações. No decorrer dos anos, a equipe atuante com licitações no Sescop percebeu que a assinatura de jornais e periódicos relativos ao tema de licitações e contratos mostra-se um instrumento eficaz e auxiliar da gestão das licitações, configurando-se em uma realidade em que o manuseio correto do intenso fluxo de informações é um imperativo da eficiência e sucesso das licitações, ou seja, é um subsídio essencial para a tomada de decisões seguras e acertadas na execução dos procedimentos licitatórios.
2. **Realizar Visitas Técnicas:** justifica-se em razão da necessidade de se auxiliar as 27 Unidades Estaduais na execução de suas licitações e no mapeamento dos macroprocessos de compras e licitações. No decorrer de 2016 foi planejada/revisada estimativa de orçamento de R\$ 24.608,00 e efetivamente executado R\$ 21.457,21, com o alinhamento/atendimento *in loco* a três Unidades Estaduais, quais sejam: Bahia, Piauí e Sergipe.
Os resultados das visitas técnicas às Unidades já são perceptíveis, seja em razão do alinhamento e padronização dos procedimentos licitatórios, seja pela condução de licitações pela equipe da própria Unidade. O atendimento à Unidade de RO foi prorrogado para 2017.
3. **Garantir utilização de Sistema Pregão Eletrônico:** a ação foi abortada em 2016, em razão da necessidade de capacitação preliminar da equipe técnica.
4. **Garantir publicação de avisos na Imprensa Nacional:** justifica-se em razão da necessidade de se promover a publicação dos avisos das licitações na Imprensa Oficial, em observância ao princípio da publicidade esculpido no artigo 2º do Regulamento de Licitações e Contratos do Sescop (Resolução nº 850/2012). Com a publicação do aviso na imprensa oficial e/ou em jornal diário de grande circulação dá-se início à fase externa da licitação, com a convocação de interessados para participar de licitações. Foi previsto orçamento de R\$ 2.700,00 para a despesa em questão, haja vista a projeção de aproximadamente 20 licitações no ano de 2016. No entanto, em razão do agrupamento de algumas licitações, houve a redução dos gastos e otimização dos recursos, com a execução de R\$ 2.000,00 para a execução de 16 licitações.
5. **Garantir ferramenta de pesquisa de comparação preço:** a Gerência de Licitações e Contratos foi responsável por executar as licitações no âmbito da Instituição, bem como auxiliar as 27 Unidades Estaduais na execução de suas licitações. Além disso, tem por finalidade, especialmente, verificar se existem recursos orçamentários suficientes para o pagamento da despesa com a contratação, bem como servir de parâmetro objetivo para julgamento das propostas apresentadas na sessão da licitação. No decorrer dos anos, a equipe que atua com licitações e contratos no Sescop percebeu a dificuldade na obtenção de orçamentos para fins de definição do valor estimado da contratação, configurando-se em uma realidade em que o manuseio correto do intenso fluxo de informações é um imperativo da eficiência e do sucesso das licitações, ou seja, é um subsídio essencial para a tomada de decisões seguras e acertadas na execução dos procedimentos licitatórios. Tendo em vista que o procedimento de cotação é umas das etapas da fase interna das licitações, e que o Tribunal de Contas da União (TCU) exige a comprovação de no mínimo três cotações de cada item/produto/serviço, e que a fase de cotação é uma das etapas mais demoradas da fase interna da realização do procedimento licitatório, e ainda, que todas essas atividades demandam grandes esforços e tempo por parte da Gerência de Licitações e Contratos, vislumbrou-se a possibilidade de aprimoramento deste procedimento com a contratação de acesso à ferramenta de Banco de Preços de Licitações, que é a composição dos processos de compras do Sescop, mediante pesquisa e comparação de preços praticados nas licitações homologadas e adjudicadas em outros órgãos. O desempenho ocorreu conforme previsão.

♦ **Projeto/Atividade: Manutenção Gelog**

A iniciativa tem por objetivo operacionalizar atividades relacionadas à logística, serviços gerais e de manutenção da estrutura do Sescoop.

Sua execução orçamentária no exercício de 2016 foi 14% acima do previsto em razão do aumento das demandas da instituição e em decorrência dos reajustes das tarifas e serviços impactados pela inflação no ano do exercício.

♦ **Projeto/Atividade: Atividades Cedoc**

A iniciativa foi viabilizada em 2016 por meio das seguintes atividades, com os respectivos resultados:

1. **Aquisição de livros e periódicos:** foram adquiridos 290 livros para subsidiar o Programa Trilhas de Aprendizagem, os quais já foram devidamente cadastrados na Biblioteca Brasileira do Cooperativismo e já estão disponíveis para os colaboradores.
2. **Aquisição de malotes:** foram adquiridos dois malotes com a qualidade desejada e com menor custo.

♦ **Projeto/Atividade: Benefícios Sociais e Assistenciais**

Os benefícios são concedidos, em sua maioria, por adesão do colaborador.

Em 2016 foram previstos recursos para a Previdência Complementar, entretanto sua implementação se efetivará em 2017 em razão da necessidade de rever pontos no desenho do plano para uma maior segurança da Instituição.

Maiores detalhes sobre essa iniciativa estão dispostos no item 4.1. deste Relatório.

♦ **Projeto/Atividade: Infraestrutura para Serviços de TI**

O projeto tem por objetivo garantir a confiabilidade e capacidade da infraestrutura tecnológica do Sescoop, tendo em vista a crescente utilização de serviços de TI pelas Unidades Estaduais providos pela Unidade Nacional. Correspondeu à manutenção dos domínios de internet.

A iniciativa foi executada por meio das ações descritas a seguir com os respectivos desempenhos:

1. **Migrar aplicativo Java p/Jboss (subscrição):** teve sua execução parcialmente realizada uma vez que o contrato é realizado por ordens de serviço (sob demanda).
2. **Certificar infraestrutura e novos documentos:** teve sua execução sob demanda. Foram certificados 56 colaboradores.
3. **Renovação de equipamentos (2ª fase):** foi totalmente concluída com a aquisição de três novos equipamentos. O processo para contratação da ação “adquirir robô p/ backup dados – fase 2” e “adquirir software para cópia de segurança” não foi concluído em 2016, pois as cotações apresentadas ficaram acima do valor orçado. Logo, não houve execução orçamentária.
4. **Contratar suporte para o datacenter:** não foi realizada devido à necessidade de mudança no modelo de contratação em decorrência dos altos valores apresentados nas cotações no modelo inicial.
5. **Contratar banco de horas Microsoft:** não foi realizada devido à priorização de outras atividades na Gerência de TI.
6. **Contratar link para as UE:** não foi realizada devido à complexidade no processo de contratação, o que resultou na postergação do prazo para finalização em 2017.

♦ **Projeto/Atividade: Desenvolvimento e Aquisição de Software**

O projeto tem por objetivo atender às necessidades do Sescoop quanto ao desenvolvimento e aquisição de sistemas com a finalidade de automatizar e otimizar os processos da Instituição.

Os sistemas de informação são os responsáveis por gerar informações destinadas a apoiar a tomada de decisão nas instituições.

Nesse contexto, a Getin atuou no desenvolvimento, melhoria e correção dos sistemas de informação e *sites* do Sescoop. Em 2016, foram solucionadas 564 demandas relacionadas a sistemas, representando um aumento de 29% em relação às demandas atendidas em 2015.

Foi realizada a entrega e instalação da primeira etapa do novo *site* institucional, já disponibilizado para o público externo. Trata-se de uma ferramenta com mais recursos e aderente às boas práticas de desenvolvimento *web*. Esse projeto foi uma parceria com a Gerência de Comunicação.

Foi planejada a manutenção de 10 sistemas, desenvolvidos quatro e adquiridos três. As manutenções previstas foram em grande parte realizadas. Os novos desenvolvimentos, por demandarem um prazo maior para a conclusão, foram iniciados, mas com previsão para continuação em 2017. Já as aquisições de sistemas foram atendidas parcialmente, em razão de algumas ferramentas ainda estarem em fase de estudo de mercado.

No contrato da Fábrica de *Software* foram executadas as ações “desenvolver a 3ª fase Gestão de Demandas”, “evoluir e manter GAA”, “evoluir e manter Sinac”, “modernizar sistema controle de documentos”, “modernizar sistema de gestão de viagens”, “Dia C”, “evoluir e manter Trilha de Aprendizagem”, “desenvolver novo portal BR Cooperativo”, “desenvolver *site* Processos Organizacionais”. Esse contrato tem utilização sob demanda prevista. Em razão disso, periodicamente, as demandas são priorizadas. Logo, em 2016 foram executadas as demandas priorizadas, respeitando as limitações de recursos da Getin.

A ação Desenvolvimento da 2ª fase do Processo Licitação não foi executada, pois está em andamento análise de viabilidade para avaliação de compra de ferramenta de mercado. A ação de Disponibilizar Sistema de Auditoria foi despriorizada pela área de negócio. Foram adquiridos e implantados o módulo de tradução do SophiA e as licenças do *Laserfiche*.

♦ **Projeto/Atividade: Governança de TI**

O projeto tem por objetivo melhorar a governança dos serviços e processos de TI por meio da implantação das melhores práticas existentes no mercado quanto ao gerenciamento de processos de TI e segurança da informação e do alinhamento com o Plano Estratégico do Sescoop.

Em 2016 foi continuada a estruturação do projeto Sistema Gestor de Segurança da Informação, com a realização de diversos levantamentos e elaboração de artefatos, aderentes a norma ISO 27001. Foi contratado o Gartner Group, empresa especializada em tecnologia da informação, que realiza uma série de estudos e pesquisa nos diversos assuntos que envolvem TI. A função da empresa é o de aconselhamento imparcial aos membros do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, a fim de qualificar o comitê para que as decisões tomadas estejam embasadas, além de aspectos negociais, nas tendências tecnológicas mais atuais.

Buscando atender ao alinhamento da TI ao negócio, a Gerência de Tecnologia promoveu o Encontro dos Profissionais de TI, que contou com a participação de 51 participantes de 24 Unidades Estaduais do Sescoop. O Objetivo do evento foi expandir o alinhamento e integração de TI entre os profissionais das Unidades Estaduais e Nacional com foco nos serviços compartilhados, boas práticas e tendências tecnológicas. Essa qualificação foi iniciada no final do ano, estando prevista a continuação dos trabalhos no ano de 2017.

A ação de Qualificação do Comitê Gestor de TI teve sua contratação realizada no mês de novembro de 2016, e em razão dos pagamentos serem mensais, somente foi possível a liquidação de duas faturas no exercício.

♦ Projeto/Atividade: Atividades Getin

A iniciativa tem por objetivo manter os serviços relacionados a *softwares* e *link* de dados da videoconferência em funcionamento, manter e criar domínios de internet de propriedade do SESCOOP, garantir a manutenção do serviço de impressão e adquirir equipamentos de informática necessários para a utilização dos colaboradores.

A atividade de aquisição de equipamentos de informática foi realizada conforme planejado, sendo a diferença de valores decorrente da licitação. Já as de Infraestrutura de TI, *Outsourcing* de impressão e Transmissão de dados tiveram execução financeira conforme planejamento.

Na atividade Manutenção de *software*, os pagamentos de manutenção mensal de *software* foram realizados conforme previsto, já o item banco de horas foi utilizado conforme demanda.

♦ Projeto/Atividade: Salários e Encargos

A atividade trata do processo que garante o pagamento de salários e encargos sociais aos colaboradores, em conformidade com a legislação trabalhista vigente e a gestão da frequência de ponto e banco de horas. As rotinas de cálculo da folha de pagamento, 13º salário, férias coletivas, licença-maternidade, rescisões, bem como o controle e acompanhamento da elaboração do acordo coletivo de trabalho e demais atividades correspondentes também foram desenvolvidas conforme o planejado.

Programa: 0100 – Assistência ao Trabalhador

Objetivo do programa: adequar à gestão de pessoas para que assegure o desenvolvimento e valorização de competências com foco e a atração e a retenção dos melhores talentos.

Quadro 12. Execução física e financeira do Programa 0100 – Assistência ao Trabalhador

Ação	Objetivo Estratégico	Projetos/ Atividades	Metas Físicas (Anexo II)				Metas Financeiras (R\$ 1,00)		
			Unidade de Medida	Prevista	Realizada	%Realização	Prevista	Realizada	%Realização
8903	Suporte à Gestão	Benefícios Sociais e Assistenciais	Pessoa Beneficiada	105	93	88,57%	1.838.144	1.694.281	92,17%
8905				105	98	93,33%	902.960	713.099	78,97%
8906				14	7	50,00%	28.736	5.369	18,68%
8907				105	98	93,33%	453.877	98.871	21,78%
TOTAL							3.223.717	2.511.620	77,91%

Fonte: Gepes (2016) – Sistema Zeus (Módulo Orçamento Integrado).

♦ Projeto/Atividade: Benefícios Sociais e Assistenciais

Os benefícios são concedidos, em sua maioria, por adesão do colaborador.

Em 2016, foram previstos recursos para a Previdência Complementar, entretanto sua implementação se efetivará em 2017 em razão da necessidade de rever pontos no desenho do plano para uma maior segurança da Instituição.

Maiores detalhes sobre essa iniciativa estão dispostos na seção 4.1. deste Relatório.

Programa: 0773 – Gestão da Política de Execução Financeira, Contábil e de Controle Interno

Objetivo do programa: contribuir para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Sescop, mediante administração financeira, orçamentária e contábil.

Quadro 13. Execução física e financeira do Programa 0773 – Gestão da Política de Execução Financeira, Contábil e de Controle

Ação	Objetivo Estratégico	Projetos/ Atividades	Metas Físicas (Anexo II)				Metas Financeiras (R\$ 1,00)		
			Unidade de Medida	Prevista	Realizada	% Realização	Prevista	Realizada	% Realização
8914	Suporte à Gestão	Reuniões dos Conselhos Superiores	Serviço Mantido	1	1	100,00%	79.611	74.233	93,24%
8915		Convênios e Patrocínios	Serviço Mantido	1	1	100,00%	9.051.772	6.111.995	67,52%
		Atividade Gefin					69.415.464	58.165.587	83,79%
8951		Atividade Audit	Auditoria Realizada	22	9	40,91%	1.182.353	811.589	68,64%
TOTAL							79.729.200	65.163.404	81,73%

Fonte: Geplan (2016).

♦ Projeto/Atividade: Reuniões dos Conselhos Superiores

Em 2016, foram realizadas seis reuniões ordinárias do Conselho Nacional e seis do Conselho Fiscal. Não ocorreram reuniões extraordinárias no exercício.

♦ Projeto/Atividade: Convênios e Patrocínios

No exercício de 2016, foram transferidos R\$ 4.521.991,07 para a execução de seis Convênios; R\$ 1.590.003,49 para a execução de nove Patrocínios e R\$ 1.703.021,31, para a execução de 11 Projetos Especiais.

Maiores detalhes sobre o desempenho de convênios e patrocínios do Sescop Nacional no exercício de 2016 está disponível nos Anexos 2 e 3 deste relatório.

♦ Projeto/Atividade: Atividade Gefin

Esta atividade está relacionada à manutenção e funcionamento do Sescop, por meio do cumprimento das obrigações legais e tributárias, com destaque para o pagamento à Receita Federal pelo serviço de processamento da arrecadação bruta proveniente das cooperativas; repasse à OCB do valor

previsto no contrato de gestão celebrado entre as entidades; e atendimento às Unidades Estaduais em questões relacionadas aos temas financeiro, contábil e arrecadação.

Diante da diversidade regional e das características heterogêneas do cooperativismo, é compreensível que o desenvolvimento cooperativista brasileiro não ocorra uniformemente. Visando proporcionar condições para equilibrar essa realidade, instituiu-se regimentalmente o Fundo Solidário de Desenvolvimento Cooperativo (Fundecoop), para o financiamento de iniciativas que contribuam para o desenvolvimento do cooperativismo. A partir de 2016, o Fundo passou a representar 18%⁴ da arrecadação líquida compulsória do Sescop, sendo administrado pela Unidade Nacional. A seguir, descreve-se a alocação dos recursos no exercício, por unidade e tipologia:

- a. Repasse Suplementar:** transferência de recursos do Fundecoop, não vinculados diretamente à arrecadação da Unidade Estadual e/ou regional (art. 45, § 1º, do RI), distribuídos de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional do Sescop, com o objetivo de minimizar o desequilíbrio orçamentário das Unidades com menor estrutura, garantido o desenvolvimento de ações que visem o cumprimento dos objetivos regimentais do Sescop.

De acordo com o artigo 12 da Resolução nº 1.367/2015 do Sescop Nacional, as Unidades que utilizarem os recursos do Fundecoop, o mínimo de 1/6 do recurso suplementar deverá necessariamente ser alocado em projetos estruturadores, voltados exclusivamente para o desafio prioritário de “profissionalizar a gestão e aprimorar a governança do sistema cooperativo”. Em 2016, das unidades que receberam o repasse, 22 executaram projetos estruturadores, somando cerca de R\$ 17.488.481,69 investidos em 57 projetos. O acompanhamento dos projetos era feito trimestralmente pela Unidade Nacional e seus desempenhos reportados ao Conselho Nacional nas respectivas reuniões periódicas.

4 Alterado pela Resolução nº 1.367/2015, de 20% para 18% de arrecadação líquida, cuja vigência iniciou em 2016.

Quadro 14. Repasse suplementar realizado em 2016, por unidade estadual

UF	VALORES*
AC	979.594,00
AL	2.014.494,00
AM	1.148.052,00
AP	1.131.210,00
BA	1.797.884,00
CE	1.581.273,00
DF	2.231.104,00
ES	3.530.767,00
GO	2.880.936,00
MA	846.745,00
MG	65.000,00
MS	4.613.819,00
MT	3.097.546,00
PA	1.200.269,00
PB	2.664.325,00
PE	1.364.663,00
PI	944.291,00
PR	65.000,00
RJ	819.410,00
RN	1.010.663,00
RO	885.493,00
RR	938.664,00
RS	65.000,00
SC	65.000,00
SE	1.038.333,00
SP	65.000,00
TO	3.097.546,00
TOTAL	40.142.081,00

*Estão inclusos nos valores os repasses para Dia C, no valor de R\$ 65.000,00 para cada Unidade Estadual.

Fonte: Gefin (2016).

- b. Projetos Especiais:** solicitação de transferência de recursos do Fundecoop para custear atividades e/ou demandas que não estão contempladas no Plano Anual de Atividades das Unidades Estaduais e/ou regionais (art. 45, § 2º, do RI), e que, após a aprovação do Conselho Nacional, agregam esse Plano Anual e o orçamento da unidade requisitante.

Quadro 15. Transferências para projetos especiais⁵ realizadas em 2016, por unidade estadual (R\$).

UF	VALORES
AC	20.000,00
AM	415.265,00
CE	466.307,00
ES	406.200,00
PB	58.832,00
PE	56.600,00
RJ	30.357,31
RR	59.610,00
SP	133.000,00
TOTAL	1.646.171,31

Fonte: Gefin (2016).

♦ **Projeto/Atividade: Atividade Audit**

Esta iniciativa tem por objetivo realizar auditorias internas nas Unidades Estaduais em atendimento ao Planejamento Anual de Auditoria Interna (PAAAI) 2016 e realizar auditorias externas na Unidade Nacional e nas 27 Unidades Estaduais com emissão de 28 Relatórios do Auditor Independente fundamentado nas normas aplicáveis e 28 cartas de controles internos.

Em 2016, a execução foi abaixo da prevista em decorrência da reestruturação do processo de auditoria interna, prevista no Planejamento Anual de Auditoria, e que ocorreu concomitantemente à execução das auditorias planejadas.

Foi possível reduzir, a partir de análises de riscos, a quantidade de visitas programadas de 22 para nove. Além disso, reduziu-se em 1/3 as equipes inicialmente programadas considerando a estruturação das atividades/tarefas do processo de auditoria, em que parte relevante dessas atividades/tarefas passaram a ser executadas antes e depois do trabalho de campo.

Outro fator que possibilitou a redução relevante de recursos foi a utilização da videoconferência como parte do processo de auditoria, evitando o deslocamento e otimizando as horas de trabalho de campo.

2.2.2. Fatores Intervenientes do Desempenho Orçamentário

A Unidade Nacional preza pela economicidade nos seus processos de aquisição de produtos e serviços, refletida diretamente na sua execução orçamentária, conforme apresentado a seguir.

⁵ As modalidades de projetos especiais e repasses adicionais foram extintas, por meio da Resolução nº 1367/2015. No entanto, de acordo com o art. 13 da mesma resolução, os projetos especiais vigentes serão assegurados os valores pactuados quando da sua aprovação pelo Conselho.

2.2.3. Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

No exercício de 2016, foram transferidos R\$ 4.521.991,07 para a execução de seis Convênios: R\$ 1.590.003,49 para a execução de nove Patrocínios e R\$ 1.646.171,31 para a execução de 11 Projetos Especiais.

Anualmente é encaminhada à CGU uma planilha com as informações referentes às transferências concedidas no exercício. Todavia, para atender conformidades de transparência, a instituição está em processo de adequação de seus processos internos para ampliar a publicação das transferências e beneficiados com seus recursos.

A seguir, o resumo dos instrumentos celebrados nos últimos exercícios:

Quadro 15. Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade Concedente						
Nome: SESCOOP						
CNPJ: 03.087.543/0001-86						
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016
Convênio	3	6	1	1.356.152,00	2.669.004,21	4.521.991,07
Patrocínio	8	10	8	1.408.000,00	3.149.309,91	1.590.003,49
Projetos Especiais Fundecoop	28	14	0	3.713.930,31	2.941.383,77	1.646.171,31
Total	39	30	9	6.478.082,31	8.759.697,89	7.758.165,87

Fonte: Geplan (2016).

O quadro a seguir visa demonstrar a situação gerencial da prestação de contas relativa aos recursos transferidos pela unidade até 31/12/2016, demonstrando se os recebedores de recursos prestaram contas.

Quadro 16. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela Sescop Nacional na modalidade de convênio e patrocínios, termo de cooperação e de contratos de repasse

Unidade Concedente				
Nome: Sescop				
CNPJ: 03.087.543/0001-86				
Exercício da Prestação	Quantitativos e Montante Repassados (R\$), por tipo de Instrumento			
			Convênios e Patrocínios	Projetos Especiais do Fundecoop
Exercício do Relatório de Gestão	Contas prestadas	Quantidade	13	0
		Montante repassado (R\$)	3.258.014,01	0,00
	Contas não prestadas	Quantidade	0	0
		Montante repassado (R\$)	0,00	0,00
Exercícios anteriores	Contas prestadas	Quantidade	1	16
		Montante repassado (R\$)	600.000,00	
	Contas não prestadas	Quantidade	0	0
		Montante repassado (R\$)	0	0

Fonte: Geplan (2016).

O quadro a seguir refere-se apenas à situação gerencial da unidade concedente ou contratante, considerando somente as contas prestadas no exercício de 2016, servindo para demonstrar as contas analisadas e as contas não analisadas.

Quadro 17. Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Unidade Concedente			
Nome: Sescop Nacional			
CNPJ: 03.087.543/0001-86			
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos	
		Convênios e Patrocínios	Projetos Especiais
Contas analisadas	Quantidade aprovada	13	7
	Quantidade reprovada	0	R\$ 0
	Quantidade de TCE instaurada	0	R\$ 0
	Montante repassado (R\$)	R\$ 3.858.014,01	R\$ 1.122.236
Contas não analisadas	Quantidade	1	R\$ 0,00
	Montante repassado (R\$)	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00

Fonte: Geplan (2016).

Em relação ao perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos, não se aplica ao Sescop Nacional, tendo em vista que ainda não há normativo que regulamente período para encerramento das análises. No entanto, a Instituição reconhece a importância de operacionalizar esse controle e em 2016 iniciou um processo de revisão de seus normativos referentes à concessão e gestão de patrocínios e convênios.

Todavia, vale ressaltar que após a data de encerramento dos projetos financiados pelo Sescop Nacional, as instituições beneficiadas terão 60 dias (no caso de convênios e patrocínios) e 30 dias (projetos especiais) para apresentação da prestação de contas.

Caso o processo de prestação de contas não esteja formalizado com todas as peças exigidas, será de imediato restituído à origem do partícipe executor, mantido o registro da pendência de prestação de contas.

A constatação de qualquer irregularidade, seja concernente à omissão de documentos e/ou informações, ou ainda à prática de atos e fatos em desacordo com os objetivos estabelecidos no instrumento, o Sescop Nacional ordenará diligência junto ao executor visando ao saneamento da ocorrência, fixando o prazo de 15 dias para seu atendimento.

2.2.4. Informações sobre Realização das Receitas

A principal fonte de recursos do Sescop é a contribuição social compulsória, em percentual de 2,5%, incidente sobre a folha de pagamento das cooperativas.

A distribuição orçamentária da contribuição social está prevista em Regimento Interno e a arrecadação líquida, no exercício de 2016, distribuiu-se da seguinte forma:

- ♦ 10% destinada ao custeio e à aplicação na Unidade Nacional do Sescop;
- ♦ 2% destinada à OCB, a título de taxa de administração pela utilização de sua estrutura institucional, de representação, de informação e de logística;
- ♦ 18% destinada à composição do Fundecoop, administrado pela Unidade Nacional;
- ♦ 70% aplicados diretamente pelas Unidades Estaduais nas atividades relativas aos objetivos-fim, despesas de caráter geral e investimentos necessários para atingir seus objetivos, conforme normas definidas pelo Conselho Nacional do Sescop.

O quadro a seguir apresenta a evolução das receitas do Sescop nos três últimos exercícios.

Quadro 18. Evolução das receitas do Sescop Nacional

Receitas	2014	2015	Variação (%) 2015/2014	2016	Variação (%) 2016/2015
Contribuições	91.811.426,20	103.927.986,24	13,20	107.383.870,85	3,33
Financeiras	14.985.195,09	19.903.737,20	32,82	25.453.294,17	27,88
Serviços	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	1.140.075,28	1.849.092,34	62,19	691.935,75	- 62,58
Receitas de Transferências	-	-	-	-	-
TOTAL	107.936.696,57	125.680.815,78	16,44	133.529.100,77	6,24

Fonte: Geplan (2016) – Sistema Zeus (Módulo Orçamento Integrado).

O crescimento das receitas deve-se basicamente ao comportamento das receitas de contribuição que, por sua vez, refletem a sustentabilidade das cooperativas brasileiras, evidenciada na geração contínua do quantitativo dos empregos formais desses empreendimentos.

Diante das informações apresentadas no quadro acima, percebe-se grande queda de recursos na categoria Outras Receitas Correntes, provocada pela diminuição de devolução de recursos repassados a outras intuições beneficiadas, principalmente com convênios, patrocínios e projetos especiais.

Quadro 19. Evolução da execução receitas do Sescoop Unidade Nacional – 2016

ORIGENS	Prevista		Realizada		Variação
	(R\$)	Part. (%)	(R\$)	Part. (%)	(%)
I – Corrente	125.750.524,00	100,00	133.529.100,77	100,00	6,19
Receita de Contribuições	105.212.570,00	83,67	107.383.870,85	80,42	2,06
Receitas Patrimoniais	20.027.266,00	15,93	25.453.294,17	19,06	27,09
Receitas de Serviços					
Transferências Correntes					
Outras Receitas Correntes	510.688,00	0,41	691.935,75	0,52	35,49
II – Capital					
Alienação de Bens					
Transferências de Capital					
Outras Receitas de Capital					
III – Total (I + II)					
TOTAL	125.750.524,00	100,00	133.529.100,77	100,00	6,19

Fonte: Geplan (2016) – Sistema Zeus (Módulo Orçamento Integrado).

2.2.5. Informações sobre a Execução das Despesas

Quadro 20. Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa liquidada*			Despesa paga*			Variação (%) Despesa liquidada/ Despesa paga em 2016
	2016	2015	Variação (%) 2016/2015	2016	2015	Variação (%) 2016/2015	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	22.625.887,38	24.707.377,46	-8,42	13.553.874,66	12.774.158,12	6,1	66,93
a) Convite	-	-		-	-		
b) Tomada de Preços	-	-		-	-		
c) Concorrência	4.028.000,00	4.642.490,15	-13,24	1.265.435,09	1.268.619,28	-0,25	218,31
d) Pregão	18.597.887,38	20.064.887,31	-7,31	12.288.439,57	11.505.538,84	6,80	51,34
e) Concurso	-	-		-	-		
f) Consulta	-	-		-	-		
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas		-			-		
2. Contratações Diretas (h+i)	11.166.753,28	7.305.407,16	52,86	6.845.043,44	4.408.628,79	55,26	63,14
h) Dispensa	2.884.005,32	2.453.338,40	17,55	2.000.930,80	1.558.593,92	28,38	44,13
i) Inexigibilidade	8.282.747,96	4.852.068,76	70,71	4.844.112,64	2.850.034,87	69,97	70,99
3. Regime de Execução Especial	-	-		-	-		
j) Suprimento de Fundos	-	-		-	-		
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	15.167.757,58	14.006.316,78	8,29	15.167.757,58	14.006.316,78	8,29	0
k) Pagamento em Folha	12.664.894,48	11.645.576,50	8,75	12.664.894,48	11.645.576,50	8,75	0
l) Diárias	2.502.863,10	2.360.740,28	6,02	2.502.863,10	2.360.740,28	6,02	0
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	48.960.398,24	46.019.101,40	6,39	35.566.675,68	31.189.103,69	14,04	37,66
Total de Despesas da Unidade	116.711.703,65	97.488.484,95	20%	103.317.981,09	82.658.487,24	25%	13%

* Despesas Liquidadas são todas as despesas contratadas e passíveis de exigência para o exercício (pagas e não pagas).

** Despesas pagas são as despesas liquidadas do ano atual e de anos anteriores que tenham gerado desembolso financeiro efetivo no exercício.

Fonte: Planilhas CGU (entidade, licitantes e fornecedores) de 2015 e 2016; Gelic (2016); Geplan (2016) – Sistema Zeus (Módulo Orçamento Integrado).

Quadro 21. Detalhamento por elemento de despesa do Sescoop Nacional – 2014/2015/2016

Despesas	2014	2015	Variação (%) 2015/2014	2016	Variação (%) 2016/2015
I – Corrente	70.923.119,83	81.489.665,01	14,90	102.772.565,04	26,12
Pessoal	14.165.132,62	18.110.166,08	27,85	19.966.202,24	10,25
Administrativas	5.790.552,55	6.531.116,54	12,79	7.683.873,29	17,65
Institucionais	4.800.908,50	8.238.279,58	71,60	6.627.398,79	- 19,55
Serviços de Terceiros	4.267.075,96	4.186.261,61	- 1,89	5.835.053,28	39,39
Tributárias	146.616,00	1.780,79	- 98,79	1.770,94	- 0,55
Financeiras	9.361.780,92	10.596.124,20	13,18	11.601.573,43	9,49
Transferências Correntes	31.034.901,28	31.156.932,00	0,39	46.534.702,00	49,36
Conv Inst Priv s/ Fins Lucrat	1.356.152,00	2.669.004,21	96,81	4.521.991,07	69,43
II – Capital	3.182.433,98	1.168.822,23	- 63,27	545.416,05	- 53,34
Investimentos	3.182.433,98	1.168.822,23	- 63,27	545.416,05	- 53,34
III – Total (I + II)	74.105.553,81	82.658.487,24	11,54	103.317.981,09	24,99

Fonte: Geplan (2016) – Sistema Zeus (Módulo Orçamento Integrado).

Quadro 22. Resumo da evolução das despesas do Sescoop Nacional – 2014/2015/2016

Despesas	2014	2015	Variação (%) 2015/2014	2016	Variação (%) 2016/2015
Correntes	56.757.987,21	63.379.498,93	11,67	82.806.362,80	30,65
Pessoal e Encargos	14.165.132,62	18.110.166,08	27,85	19.966.202,24	10,25
Capital	3.182.433,98	1.168.822,23	- 63,27	545.416,05	- 53,34
Inversões Financeiras	—	—	—	—	—
Outras Despesas	—	—	—	—	—
TOTAL	74.105.553,81	82.658.487,24	11,54	103.317.981,09	24,99

Fonte: Geplan (2016) – Sistema Zeus (Módulo Orçamento Integrado).

Quadro 23. Execução das despesas do Sescop Nacional

GRUPO DE DESPESA	Prevista		Realizada		Execução (%)
	(R\$)	Part. (%)	(R\$)	Part. (%)	
Pessoal e Encargos Sociais	21.246.801,00	16,90	19.966.202,24	19,33	93,97
Outras Despesas Correntes	102.810.001,00	81,76	82.806.362,80	80,15	80,54
Investimentos	1.693.722,00	1,35	545.416,05	0,53	32,20
Inversões Financeiras	—	—	—	—	—
TOTAL	125.750.524,00	100,00	103.317.981,09	100,00	82,16

Fonte: Geplan (2016) – Sistema Zeus (Módulo Orçamento Integrado).

2.3. Desempenho Operacional

A atuação operacional da Unidade Nacional do Sescop visa ao cumprimento de sua missão institucional: “Promover a cultura cooperativista e o aperfeiçoamento da gestão para o desenvolvimento das cooperativas brasileiras”.

O desempenho no exercício pautou-se pelo adensamento da execução dos programas nacionais finalísticos e pelo apoio às Unidades Estaduais, por meio da melhoria de processos e controles internos, além da disponibilização de novas ferramentas e serviços que reforçaram o atendimento finalístico.

2.4. Apresentação e Análise dos Indicadores de Desempenho

A seguir, apresenta-se um conjunto de indicadores que sintetizam o desempenho da Unidade Nacional do Sescop nos últimos três exercícios.

Nome: Crescimento da Receita Realizada*

Descritivo: Taxa de crescimento percentual do valor total da receita total realizada no ano corrente em relação ao ano anterior.

Fórmula: $(\text{Valor da receita total realizada no ano} / \text{Valor da receita total realizada no ano anterior}) - 1) \times 100$.

Tabela 1. Crescimento da receita realizada *

	2014	2015	2016
Valor Realizado no ano (R\$)	267.048.941,75	302.300.915,62	330.921.019,35
Valor Realizado no ano anterior (R\$)	226.819.540,53	267.048.941,75	302.300.915,62
Índice de Crescimento da Receita (%)	18%	13%	9%

* Refere-se à receita bruta total do Sescop (UN + UEs).

Fonte: Gefin (2016) – Sistema Zeus (Módulo Orçamento Integrado).

Nome: Índice de realização do orçamento

Descritivo: Valor do orçamento realizado em relação ao valor do orçamento previsto.

Fórmula: (Orçamento total realizado/Orçamento total previsto) x 100.

Tabela 2. Índice de realização do orçamento

	2014	2015	2016
Valor Realizado	74.105.553,81	82.658.487,24	103.317.981,09
Valor Previsto	107.936.696,57 *	120.650.905,00	125.750.524,00
% Execução	69%	69%	82%

* Refere-se à receita bruta total do Sescop (UN + UEs).

Fonte: Gefin (2016) – Sistema Zeus (Módulo Orçamento Integrado).

Nome: Participação das despesas totais com pessoal no orçamento total realizado

Descritivo: Execução do orçamento destinado ao pagamento de pessoal, em relação ao total do orçamento realizado.

Fórmula: Valor da execução do orçamento destinado ao pagamento de pessoal/Valor do Orçamento total realizado x 100.

Tabela 3. Participação das despesas totais com pessoal no orçamento total realizado

	2014	2015	2016
Total das Despesas com Pessoal (R\$)	14.165.132,62	18.110.166,08	19.966.202,24
Orçamento Total Realizado (R\$)	74.105.553,81	82.658.487,24	103.317.981,09
Participação da folha de pagamento (%)	19%	22%	19%

Fonte: Geplan (2016) – Sistema Zeus (Módulo Orçamento Integrado).

Nome: Índice de realização do orçamento da área meio

Descritivo: Refere-se ao valor da execução orçamentária da área meio, exceto pessoal.

Fórmula: (Valor do orçamento realizado pela área meio, exceto pessoal/Valor do orçamento previsto da área meio) x 100.

Tabela 4. Índice de realização do orçamento da área meio (excluindo pessoal e encargos)

	2014	2015	2016
Orçamento Executado	53.799.146,54	56.128.908,18	76.565.768,35
Orçamento Previsto	65.518.140,00	89.283.862,00	97.584.158,00
% de Realização	82%	63%	78%

Fonte: Geplan (2016) – Sistema Zeus (Módulo Orçamento Integrado).

Nome: Índice de realização do orçamento da área finalística

Descritivo: Refere-se ao valor da execução orçamentária da área finalística, exceto pessoal.

Fórmula: (Valor do orçamento realizado pela área finalística, exceto pessoal/Valor do orçamento previsto da área finalística) x 100.

Tabela 5. Índice de realização do orçamento da área finalística (excluindo pessoal e encargos)

	2014	2015	2016
Orçamento Executado	6.349.436,20	8.419.412,98	6.786.010,50
Orçamento Previsto	6.942.177,00	11.227.813,00	6.919.565,00
% de Realização	91%	75%	98%

Fonte: Geplan (2016) – Sistema Zeus (Módulo Orçamento Integrado).

Nome: Índice de realização do orçamento da área meio

Descritivo: Refere-se ao valor da execução orçamentária da área meio, inclusive pessoal.

Fórmula: (Valor do orçamento realizado pela área meio, inclusive pessoal/Valor do orçamento previsto da área meio) x 100.

Tabela 6. Índice de realização do orçamento da área-meio (inclusive pessoal e encargos)

	2014	2015	2016
Orçamento Executado	65.218.019,69	70.910.302,16	96.531.970,59
Orçamento Previsto	77.869.744,00	105.667.837,00	118.830.959,00
% de Realização	84%	67%	81%

Fonte: Geplan (2016) – Sistema Zeus (Módulo Orçamento Integrado).

Nome: Participação da área finalística no total do orçamento realizado, exceto pessoal e encargos.

Descritivo: Valor executado pela área finalística, exceto pessoal e encargos, em relação ao valor total do orçamento realizado.

Fórmula: (Total realizado da área finalística, exclusive pessoal/Total do orçamento realizado) x 100.

Tabela 7. Participação da área finalística no total do orçamento realizado, excluindo pessoal e encargos

	2014	2015	2016
Valor total do orçamento realizado da área finalística (R\$)	6.349.436,20	8.419.412,98	6.786.010,50
Valor total do orçamento realizado (R\$)	74.105.553,81	82.658.487,24	103.317.981,09
Participação da área finalística no orçamento total (%)	9%	10%	7%

Fonte: Geplan (2016) – Sistema Zeus (Módulo Orçamento Integrado).

Nome: Participação da área meio no total realizado

Descritivo: Valor executado pela área meio, exceto pessoal, em relação ao valor total do orçamento realizado.

Fórmula: (Total realizado da área meio, exceto pessoal/Total do orçamento realizado) x 100.

Tabela 8. Participação da área meio no total realizado

	2014	2015	2016
Valor total do orçamento da área meio (R\$)	53.799.146,54	56.128.908,18	76.565.768,35
Valor total do orçamento realizado (R\$)	74.105.553,81	82.658.487,24	103.317.981,09
Participação da área finalística no orçamento total (%)	72%	68%	74%

Fonte: Geplan (2016) – Sistema Zeus (Módulo Orçamento Integrado).

Nome: Participação dos recursos do Fundo Solidário de Desenvolvimento Cooperativo (Fundecoop) no Orçamento total da unidade

Descritivo: Participação dos valores do Fundecoop recebidos e executados pela Unidade, em relação ao orçamento total realizado pela Unidade.

Fórmula: (Valores Fundecoop recebidos e executados pela Unidade/Orçamento realizado pela unidade) X 100.

Tabela 9. Participação dos recursos do Fundo Solidário de Desenvolvimento Cooperativo (Fundecoop) no orçamento total da unidade

	2014	2015	2016
Valor Fundecoop recebido e executado pela Unidade (R\$)	38.441.503,26	41.885.639,02	60.452.000,91
Valor total do Orçamento Realizado (R\$)	74.105.553,81	82.658.487,24	103.317.981,09
Participação dos recursos totais do Fundecoop no orçamento total da unidade (%)	52%	51%	59%

Fonte: Geplan (2016) – Sistema Zeus (Módulo Orçamento Integrado).

Analisando os indicadores, destacam-se:

- ♦ o aumento das receitas do Sescop Nacional decorre basicamente do crescimento da arrecadação do Sistema, que tem registrado níveis historicamente superiores ao crescimento do PIB e da renda. No exercício de 2016, mesmo com o momento de crise instalado no país obteve crescimento de 9% em relação a 2015;
- ♦ a execução orçamentária cresceu em 21% em relação à execução total do exercício 2015, refletindo também no desempenho superior das áreas finalísticas e meio. Esse resultado demonstrou o resultado de medidas de aperfeiçoamento e austeridade adotadas pela gestão;
- ♦ a participação dos recursos Fundecoop no orçamento total realizado de 2016 cresceu 12% em relação a 2015 em decorrência do aumento dos projetos com abrangência nacional.

CAPÍTULO 3

GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS



3.1. Descrição das Estruturas de Governança

A estrutura de gestão do Sescoop obedece às práticas de governança corporativa, respeitando os quatro princípios básicos desse modelo de administração:

- ♦ **Transparência:** não só em relação aos dados contábeis, mas a todos os assuntos que possam gerar conflitos de interesse, internos ou externos.
- ♦ **Equidade:** igualdade de tratamento a todos os grupos, conselheiros, governo, cooperados, empregados etc.
- ♦ **Prestação de contas:** os gestores do Sescoop prestam contas à sociedade, ao sistema cooperativista e ao governo, sobre todos os atos praticados no exercício de seu mandato.
- ♦ **Responsabilidade:** conjunto de ações que garantem a sustentabilidade do negócio, o desenvolvimento da comunidade e a preservação do meio ambiente.

A entidade é administrada de forma colegiada e conta com a seguinte estrutura: um Conselho Nacional, um Conselho Fiscal e uma Diretoria Executiva, composta por um presidente e um superintendente. A presidência da entidade é cargo privativo do presidente da OCB. Esse modelo de gestão é reproduzido nas unidades estaduais, nas quais as atividades são definidas e fiscalizadas pelos respectivos Conselhos Deliberativos e Fiscais, em consonância com as diretrizes nacionais da Instituição.

3.2. Informações sobre Dirigentes e Colegiados

De acordo com o Regimento Interno do Sescoop/UN, na primeira reunião ordinária do Conselho Nacional, após as eleições gerais na Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o novo Presidente da OCB tomará posse na Presidência do Sescoop Nacional. Como primeiro ato, o Presidente do Sescoop Nacional deverá indicar os representantes, indicado pela diretoria da OCB, e expedir correspondência para os órgãos públicos que compõem o Conselho Nacional para indicação de seus representantes, todos com seus respectivos suplentes, para compor o novo Conselho. São órgãos de deliberação, fiscalização, execução e administração do Sescoop/UN:

- ♦ **Conselho Nacional:** é o órgão detentor do poder originário e soberano. Tem composição tripartite (governo federal, organizações representativas do setor produtivo e dos trabalhadores). É composto por 11 conselheiros que representam: a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) – por seu Presidente – e mais quatro representantes das regiões brasileiras (Norte/Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste); o Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS); o Ministério da Previdência Social; o Ministério da Fazenda; o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e os trabalhadores em sociedades cooperativas. Tem mandato de quatro anos, coincidente com o mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da OCB, permitida a recondução para igual período.
- ♦ **Conselho Fiscal:** é o órgão de assessoramento do Conselho Nacional na gestão orçamentária, patrimonial e financeira. Também possui composição tripartite. É composto de seis Conselheiros, representantes das seguintes entidades: OCB (dois representantes); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Previdência Social; Ministério da Fazenda; representante dos trabalhadores em sociedades cooperativas. Tem mandato de quatro anos, coincidente com o mandato dos membros do Conselho Nacional, sendo vedada a recondução para o período imediato.
- ♦ **Diretoria Executiva:** é o órgão de gestão e administração central. Entre outras funções, deve zelar pelo cumprimento do Regimento Interno, fazer cumprir as deliberações do Conselho Nacional, respeitando sempre as normas e as diretrizes da Instituição. É composta pelo presidente do Conselho Nacional, como seu presidente, e pelo superintendente da Unidade Nacional.

3.3. Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A criação da unidade de Auditoria Interna do Sescop – Assessoria de Auditoria e Controle (Audit) foi autorizada pelo seu Conselho Nacional, conforme ata da 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/11/2000, e a atuação da Auditoria Interna encontra-se regulamentada no Regimento Interno do Sescop.

Na estrutura funcional do Sescop, a Audit reporta-se hierarquicamente ao Conselho Nacional, submetendo seu planejamento ao referido colegiado, bem como o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAAAI e RAAAI, respectivamente).

Os trabalhos são realizados nas Unidades Estaduais e Nacional do Sescop e são definidos com base no fluxo de operações significativos e na matriz de riscos que monitora a atuação da Auditoria Externa, TCU e CGU nos últimos cinco anos em cada unidade. Os trabalhos realizados visam ao fortalecimento da gestão e o aprimoramento dos controles internos das Unidades Estaduais e Nacional do Sescop.

A Audit é composta por oito profissionais, sendo sete auditores e um Assessor. O Assessor responsável é recrutado por meio de processo seletivo diferenciado ou por ascensão à Gerência de analista do quadro.

A comunicação entre a Audit e as unidades auditadas é realizada por meio de relatório, que é emitido com os comentários da administração sobre cada recomendação de auditoria em que ficam registrados os casos de risco assumido. O relatório é disponibilizado à Direx da unidade auditada.

Os resultados das auditorias são comunicados ao Conselho Nacional por meio do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAAAI), com registro em ata.

Desde 2015, o processo de auditoria interna do Sescop está sendo reestruturado com o objetivo de atender à deliberação de evolução do processo de auditoria interna, conforme item 7 da Ata da reunião ordinária do Conselho Nacional do Sescop de nº 86. Os trabalhos visam à construção de um processo de atuação da Auditoria Interna contemplando ações de prevenção e de orientação, e não somente de detecção, bem como priorizando a interação entre auditor e auditado na busca conjunta de melhoria do ambiente de controles internos.

3.4. Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescop) não possui estrutura formal para atividades de Correição, no entanto, apura ilícitos administrativos cometidos por colaboradores da entidade, com base no seu Regimento Interno e na Norma de Sindicância da Entidade.

No exercício 2016, no âmbito do Sescop Nacional não ocorreram fatos a serem apurados por meio de sindicância ou outra modalidade de processo administrativo.

3.5. Gestão de Riscos e Controles Internos

Para realização de seus objetivos estratégicos, o Sescop executa seus recursos basicamente por meio dos macroprocessos de contratação de fornecedores, de contratação de pessoal e de transferências de recursos, sendo que os dois primeiros são responsáveis por aproximadamente 80% da totalidade da execução. Esses macroprocessos encontram-se regulamentados por meio de normativos aprovados pelo Conselho Nacional, contemplando os procedimentos de controle destinados a mitigar os riscos existentes. Os normativos são de observância obrigatória em todas as unidades estaduais e na unidade nacional, por força de resolução, sendo que para mitigar o risco de inconformidade em sua aplicação, o Conselho Nacional encontra-se subsidiado por meio do Conselho Fiscal e da Assessoria de Auditoria e Controle - AUDIT, que a ele responde diretamente.

A Audit planeja seus trabalhos com base em matriz de riscos contemplando o resultado histórico das auditorias realizadas pelos avaliadores externos (Auditoria Externa, CGU e TCU). Os trabalhos de auditoria interna são realizados priorizando os fluxos de operações significativas e seus respectivos macroprocessos e subprocessos, e os testes de auditoria consideram os respectivos riscos, identificados no planejamento dos testes a serem realizados.

Adicionalmente, o Sescoop também se encontra subsidiado por meio dos serviços de Auditoria Independente prestados pela empresa Grant Thornton Brasil. Os trabalhos são realizados de acordo com as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis e Normas Profissionais de Auditor Independente e demais normas e procedimentos pertinentes, visando garantir, de forma independente, a qualidade das informações financeiras e contábeis produzidas.

Nos últimos 7 anos não foram emitidas quaisquer ressalvas sobre as demonstrações contábeis do Sescoop Nacional, o que confere razoável segurança e confiabilidade sobre os controles internos da entidade.

Anualmente, a Audit apresenta o resultado dos trabalhos das auditorias interna e externa ao Conselho Nacional por meio do RAAAI – Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna, meio pelo qual o Conselho Nacional monitora a evolução do ambiente de controle interno.

Não há no Sescoop Nacional uma política de Gestão de Riscos e Controles Internos que trate de uma estrutura e de um processo conforme previstos em referenciais técnicos como COSO II e ISO 31000, entretanto, existe um projeto piloto de análises de riscos de um processo operacional, que visa promover a sensibilização acerca dos benefícios do gerenciamento de riscos de forma estruturada.

3.6. Política de Remuneração aos Administradores, Membros da Diretoria e de Conselhos

Os integrantes dos Conselhos Nacional e Fiscal do Sescoop, de acordo com o Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 3.017/1999, não recebem remuneração e, sim, ajuda de custo pela sua participação nas reuniões.

O presidente da Unidade Nacional não é remunerado, cabendo a ele, conforme determina o Regimento Interno do Sescoop, verba de representação de caráter indenizatório.

A remuneração, observando a regra de mercado, se aplicada somente para o cargo de Superintendente, que é profissional contratado no mercado e integra a Diretoria Executiva.

3.6.1. Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal

Informa-se que os membros dos Conselhos Nacional e Fiscal da Unidade Nacional do Sescoop, de acordo com o disposto no Regimento, aprovado pelo Decreto nº 3.017, de 6/4/1999, não recebem remuneração, já que não atuam na execução das atividades da Instituição. Não obstante, são indenizados pela participação nas reuniões, mediante o recebimento de cédula de presença e, quando for o caso, ajuda de custo pela sua participação nas reuniões, cujos valores estão demonstrados no item anterior.

3.6.2. Demonstrativo de Remuneração Mensal de Membros do Conselho

A descrição da remuneração (ajuda de custos) recebida pelos membros dos Conselhos está disponível no Anexo 6.

3.6.3. Demonstrativo Sintético da Remuneração dos Administradores e Membros de Diretoria

A descrição da remuneração (ajuda de custos) recebida pelos membros dos Conselhos está disponível no Anexo 6.

3.7. Informações sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada

O Sescop Nacional conta com serviços de auditoria independente prestados pela empresa Grant Thornton Brasil (CNPJ nº 10.830.108/0001-65), considerada uma das seis maiores empresas de auditoria independente em nível mundial. Os trabalhos são realizados de acordo com as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis e Normas Profissionais de Auditor Independente e demais normas e procedimentos pertinentes, visando garantir a qualidade das informações financeiras e contábeis produzidas.

A contratação dos serviços foi executada mediante processo licitatório na modalidade Concorrência no valor de R\$ 910.298,00.

Os serviços contemplaram:

- ♦ Formação de Opinião e emissão de Relatório de Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis, referentes aos exercícios sociais, para cada uma das 27 Unidades Estaduais e Unidade Nacional;
- ♦ Emissão de Relatórios sobre os Controles Internos, referente aos exercícios sociais, para cada uma das 27 Unidades Estaduais e Unidade Nacional;
- ♦ Análise de informações dos relatórios de gestão e prestação de contas das Unidades Estaduais;
- ♦ Participação em reuniões dos Conselhos Fiscais e Nacional, sempre que convocado;
- ♦ Trabalho eventual, ou seja, sob demanda, de auditoria de sistemas informatizados (TI).

CAPÍTULO 4

ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO



4.1. Gestão de Pessoas

A gestão de pessoas do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) investiu, em 2016, em ações, programas e projetos alinhados ao objetivo estratégico de gestão de “Desenvolver Continuamente as Competências dos Colaboradores”, valorizando e engajando seus colaboradores a partir da convergência de esforços, do foco na excelência e de resultados inerentes aos sistemas de trabalho, à capacitação e desenvolvimento, bem como à qualidade de vida das pessoas.

4.1.1. Estrutura de Pessoal da Unidade

A equipe do Sescoop encerrou o ano de 2016 com uma força de trabalho composta por 95 colaboradores efetivos: um gerente-geral, 12 gestores/assessores, um coordenador, 66 analistas e 15 técnicos. Essa força de trabalho contempla, também, dois terceirizados (enfermeiros) e um estagiário, compondo um quadro total de 98 colaboradores.

A tabela a seguir apresenta o quantitativo da força de trabalho em 2016.

Tabela 10. Força de trabalho do Sescoop/UN

Colaboradores		Quantitativo	Percentual %
Efetivo	Técnico (15)	95	97
	Analista (66)		
	Coordenador (1)		
	Gerente/Assessor (12)		
	Gerente-Geral (1)		
Terceirizado		2	2
Menor aprendiz		-	-
Estagiário		1	1
Total		98	100

Fonte: Gepes, 2016.

A evolução da força de trabalho do Sescoop/UN e a distribuição dos colaboradores efetivos por cargo, comparadas com os anos anteriores, é demonstrada a seguir. Pode-se observar, em relação ao ano anterior, que houve pequena redução de quatro colaboradores (3,9%), sendo mantido o quantitativo de gestores no quadro.

Tabela 11. Evolução da força de trabalho do Sescoop/UN

Vínculo	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Estagiários	0	0	0	0	1	1
Efetivos	81	83	84	74	99	95
Terceirizados	0	2	2	2	2	2
Total	81	85	86	76	102	98

Fonte: Gepes, 2016.

Tabela 12. Evolução do quadro por cargo

Cargos	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Superintendente	1	1	-	-	-	-
Gerente-geral	2	2	1	1	1	1
Gerente/Assessor	10	13	12	14	12	12
Coordenador	-	-	-	-	-	1
Analista	57	56	58	49	70	66
Técnico	11	11	13	10	16	15
TOTAL	81	83	84	74	99	95

Fonte: Gepes, 2016.

Os Quadros 24 e 25, a seguir, consolidam, respectivamente, o número de colaboradores, considerando cargos efetivos e temporários, ingressos e egressos no exercício de 2016; e a distribuição de colaboradores conforme área de atuação.

Quadro 24. Tipologia de cargos

Tipologias dos Cargos	Lotação		Egressos no Exercício	Ingressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Funcionários em Cargos Efetivos*	107	95	12	7
2. Funcionários com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Funcionários Terceirizados	2	2	-	-
4. Estagiários	2	1	2	1
5. Total de Funcionários (1+2+3+4)	111	98	14	8

Fonte: Gepes, 2016. (*) Não contabilizada a Gerente Geral.

Quadro 25. Distribuição da lotação efetiva

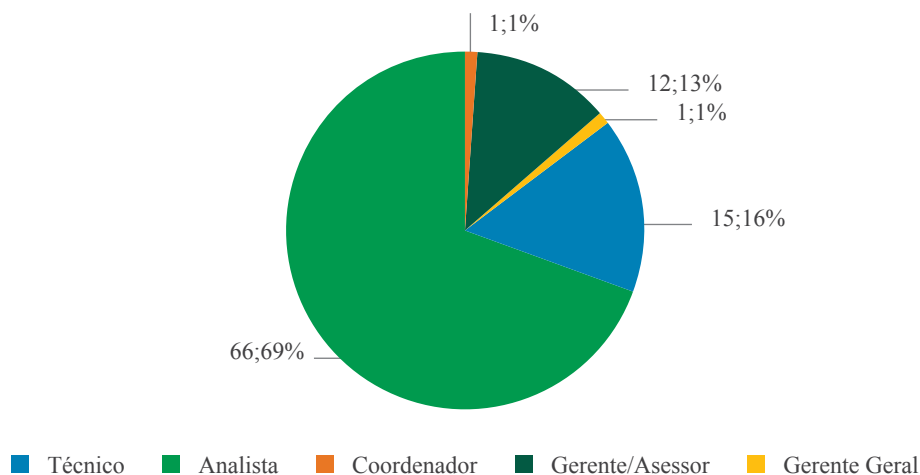
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Funcionários em Cargos Efetivos*	78	16
2. Funcionários com Contratos Temporários	-	-
3. Funcionários Terceirizados	2	-
4. Estagiários	1	-
5. Total de Servidores (1+2+3+4)	81	16

Fonte: Gepes, 2016. (*) Não contabilizada a Gerente Geral.

Perfil do quadro efetivo

Considerando o quadro efetivo de colaboradores, o perfil da força de trabalho pode ser visualizado por cargo, faixa etária, gênero, geração, tempo de Casa e faixa salarial, como demonstrado nos gráficos a seguir:

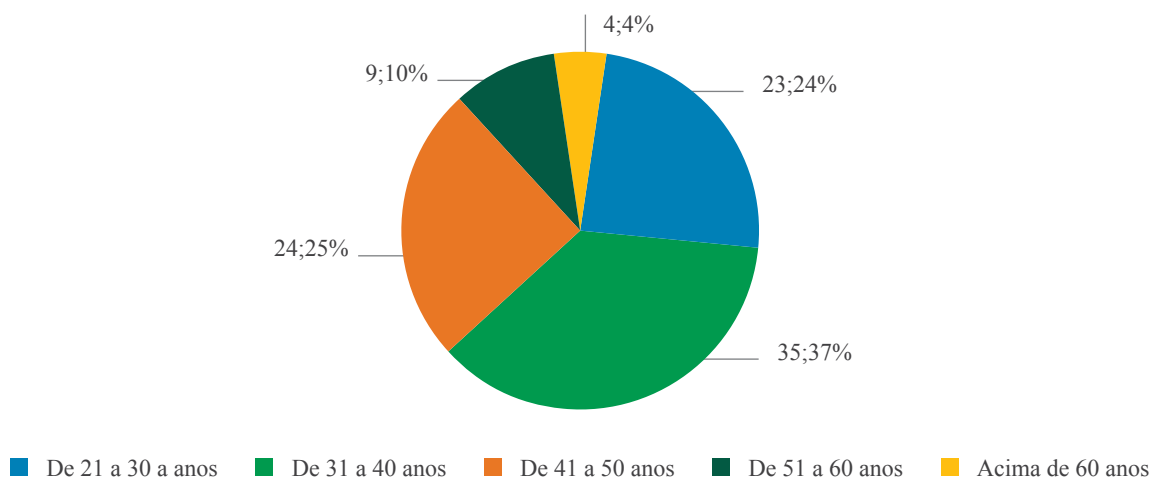
Figura 5. Quadro efetivo do SESCOOP/UN por cargo



Fonte: Gepes, 2016.

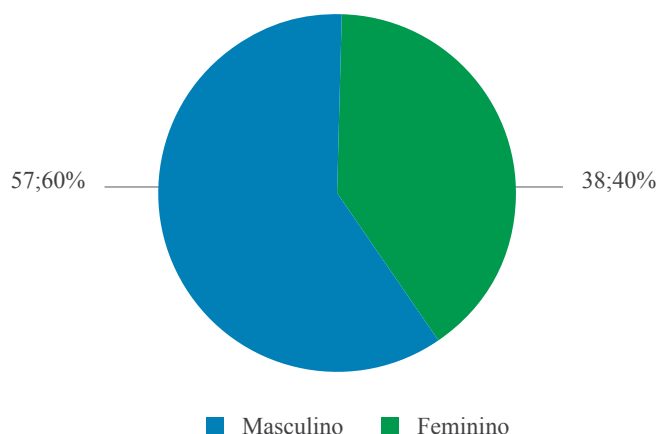
Destaca-se a predominância do cargo de nível superior (Analista), com 69% do quadro funcional efetivo.

Figura 6. Quadro efetivo do SESCOOP/UN por faixa etária



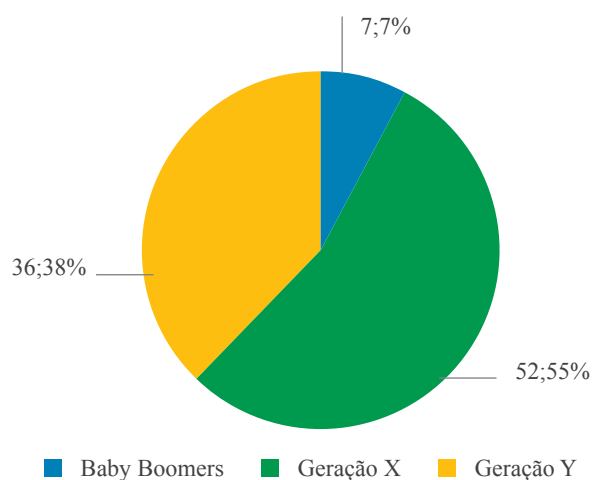
Fonte: Gepes, 2016.

Do quadro de colaboradores efetivos, observa-se a predominância da faixa etária entre 31 a 40 anos (37%), demonstrando uma equipe experiente.

Figura 7. Quadro efetivo do Sescop/UN por gênero

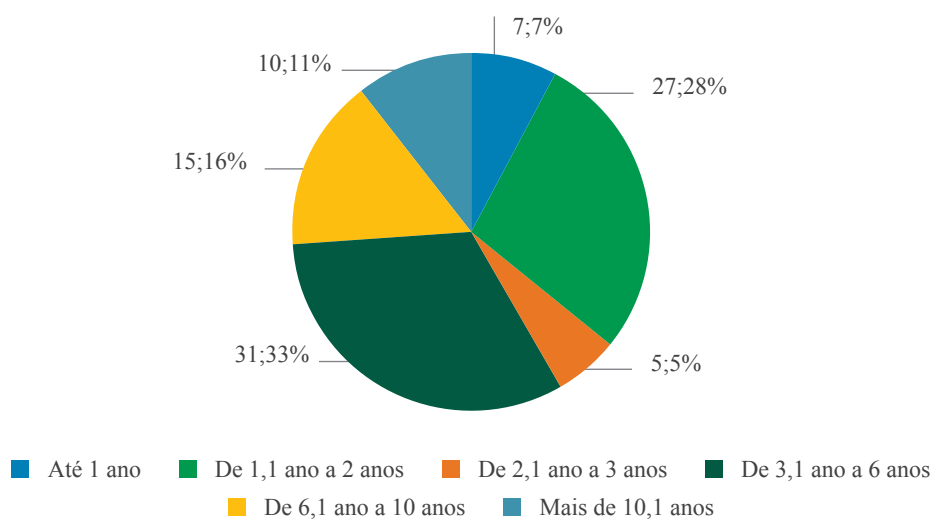
Fonte: Gepes, 2016.

A distribuição de colaboradores por sexo revela a predominância do sexo feminino (60%) no quadro funcional efetivo.

Figura 8. Quadro efetivo do Sescop/UN por geração

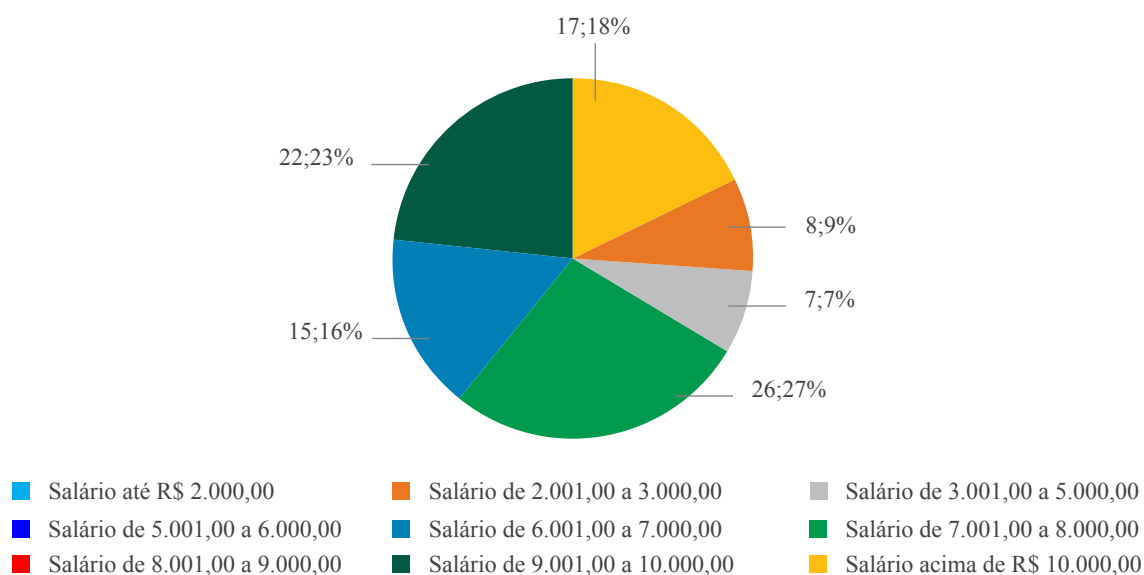
Fonte: Gepes, 2016.

Predomina, no quadro de colaboradores do Sescop, a Geração X, nascidos nas décadas de 1960 e 1970 (55%), seguidos pela Geração Y (38%), nascidos nas décadas de 1980 e 1990, e pelos *Baby Boomers* (7%), nascidos entre 1943 e 1960.

Figura 9. Quadro efetivo do Sescop/UN por tempo de casa

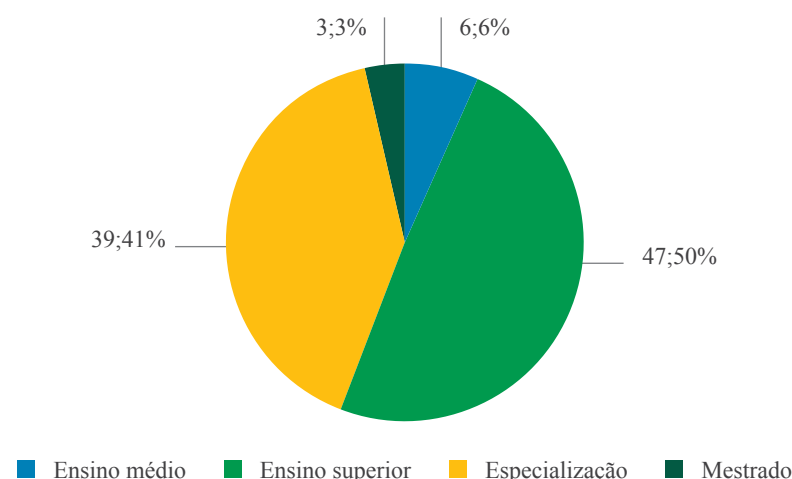
Fonte: Gepes, 2016.

Quando considerado o tempo em que os colaboradores pertencem ao quadro efetivo do Sescop, observa-se a predominância de 3,1 a seis anos (33%), seguido por 1,1 a dois anos (28%). Embora se observe um quadro jovem em termos de atuação profissional na Casa, há mudança se comparado com 2015, quando predominava, com 38% do quadro, os colaboradores com até dois anos de experiência institucional, ainda em fase de retenção.

Figura 10. Quadro efetivo do Sescop/UN por faixa salarial

Fonte: Gepes, 2016.

A análise das faixas salariais apresenta a concentração de 27% dos colaboradores recebendo salários entre R\$ 7.001,00 a R\$ 8.000,00. A média salarial para o cargo de analista é de R\$ 8.557,65, mantendo-se a estratégia de atratividade e de retenção de pessoal.

Figura 11. Quadro efetivo do Sescop/UN escolaridade

Fonte: Gepes, 2016.

A análise da escolaridade aponta para um quadro de colaboradores altamente qualificado, com predominância de colaboradores com nível superior (50%). Outros 44% já concluíram alguma pós-graduação.

Afastamentos dos Colaboradores

No exercício de 2016, quatro colaboradores do quadro efetivo (4,2%) estiveram afastados de suas atividades, recebendo auxílio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Desses afastamentos, um foi por licença-maternidade e três por auxílio-doença. Outros afastamentos, decorrentes de férias ou atestados médicos de até 15 dias, foram administrados internamente. Outras ausências foram registradas por motivo de compensação de banco de horas.

Contratação de Colaboradores

Em 2016, foi realizado apenas um processo seletivo para o suprimento das necessidades institucionais na realização de seus processos e projetos. Esse processo foi destinado à contratação de Pessoas com Deficiência, para exercício do cargo/função de Técnico de Apoio Administrativo. As sete admissões realizadas em 2016 foram decorrentes do cadastro de reserva de processos seletivos concluídos em 2014 e 2015. Dessas contratações, três foram para aumento de quadro e quatro para substituições. Durante o ano de 2016, houve doze desligamentos, dos quais cinco a pedido do colaborador, seis por interesse da Instituição e um por falecimento.

Rotatividade de Pessoal

Considerando a movimentação do Quadro Funcional (*Turnover*), a média anual foi de 10%, revelando redução significativa da rotatividade de pessoal se considerado com o ano de 2015 (20,7%). Em 2016, houve sete admissões, representando 7,3% do quadro de colaboradores efetivos; e 12 desligamentos, correspondendo a 12,6% do quadro.

Movimentação de Pessoal

A movimentação dos colaboradores do Sescop/UN no ano de 2016 contempla as mudanças na carreira, conforme diretrizes do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) vigente: transferência de função, progressão e promoção.

- a. A **transferência de função** é concebida como a passagem do colaborador de uma função para outra, no mesmo nível salarial, para melhor alocação do profissional. Houve duas transferências de função: de Analista de Pessoal para Analista e Gestão de Pessoas; de Técnico/Motorista para Técnico de Apoio Administrativo.
- b. A **progressão** é concebida por passagem do colaborador do padrão salarial em que se encontra para o seguinte, dentro da mesma classe da carreira. Pelo critério antiguidade, foram progredidos 23 colaboradores neste ano, 19 de nível superior e quatro de nível médio.
- c. A **promoção** é concebida pela passagem do colaborador do último padrão salarial da classe em que se encontra para o primeiro padrão da classe seguinte. Pelo critério antiguidade, foram promovidos 23 colaboradores neste ano, 20 de nível superior e três de nível médio.

É ainda considerada a mudança de cargo, concebida como a mudança de um cargo/função para outro, com alteração salarial. Uma colaboradora mudou do cargo de Analista para Coordenadora; e outra de Analista para Gerente (cargo de confiança).

Tabela 13. Evolução da estrutura de pessoal do Sescoop Nacional, por faixa etária

Descrição	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
Funcionários contratados – CLT em exercício na Unidade, lotados nas Áreas Finalísticas	6	5	4	1	-
Funcionários contratados – CLT em exercício na Unidade, lotados nas Áreas de Administração e Apoio	17	30	19	8	4
Total Quadro Fixo*	23	35	23	9	4
Descrição	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
Estagiários	1	-	-	-	-
Terceirizados	-	1	1	-	-
Total Temporários e Estagiários	1	1	1	-	-
Total da Unidade	24	36	24	9	4

Fonte: Gepes, 2016. (*) Não contabilizada a Gerente Geral.

O Sescoop reconhece a importância de contribuir para a formação de pessoas capazes de atender às novas demandas de trabalho e assume, por meio da oferta de estágio, a capacidade de proporcionar a aplicação de conhecimentos teóricos, o aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano, sem acarretar vínculo empregatício. Em 2016, houve a contratação de um estagiário para a unidade do Sescoop Nacional. Os terceirizados, dois enfermeiros, prestam serviços associados à saúde e segurança no trabalho, atendendo permanentemente os colaboradores do Sescoop, visando à melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Tabela 14. Evolução da estrutura de pessoal do SESCOOP/UN, por nível de escolaridade

Descrição	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Funcionários contratados – CLT em exercício na Unidade, lotados nas Áreas Finalísticas	-	-	-	-	1	8	6	1	-	-
Funcionários contratados – CLT em exercício na Unidade, lotados nas Áreas de Administração e Apoio	-	-	-	-	5	39	32	2	-	-
Total Quadro Fixo*	-	-	-	-	6	47	38	3	-	-
Descrição	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Estagiários	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Terceirizados	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Total Temporários e Estagiários	-	-	-	-	1	-	2	-	-	-
Total da Unidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	7	47	40	3	-	-

Fonte: Gepes, 2016. (*) Não contabilizada Gerente Geral.

Legenda: 1 – Analfabeto; 2 – Alfabetizado sem cursos regulares; 3 – Primeiro grau incompleto; 4 – Primeiro grau; 5 – Segundo grau ou técnico; 6 – Superior; 7 – Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós-Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 – Não Classificada.

Tabela 15. Distribuição dos colaboradores por cargo

Indicador	Nº	%
Número de colaboradores no cargo de técnico	15	15,8
Número de colaboradores no cargo de analista	66	69,4
Número de colaboradores no cargo de coordenador	1	1,0
Número de colaboradores no cargo de gerente/assessor	12	12,6
Número de colaboradores no cargo de gerente geral	1	1,0
Número de colaboradores no cargo de superintendente	-	-
Total	95	100,0

Fonte: Gepes, 2016.

Tabela 16. Distribuição dos colaboradores, por faixa salarial

Indicador	Nº	%
Número de colaboradores com salário até R\$ 2.000,00	-	-
Número de colaboradores com salário de 2.001,00 a 3.000,00	8	8,4
Número de colaboradores com salário de 3.001,00 a 5.000,00	7	7,3
Número de colaboradores com salário de 5.001,00 a 6.000,00	-	-
Número de colaboradores com salário de 6.001,00 a 7.000,00	-	-
Número de colaboradores com salário de 7.001,00 a 8.000,00	26	27,3
Número de colaboradores com salário de 8.001,00 a 9.000,00	15	15,8
Número de colaboradores com salário de 9.001,00 a 10.000,00	22	23,2
Número de colaboradores com salário acima de R\$ 10.000,00	17	17,9
Total	95	100

Fonte: Gepes, 2016.

Tabela 17. Movimentação do quadro de pessoal

Indicador de <i>Turnover</i>	Nº	%
Número de Admissões	7	7,3
Número de Demissões	12	12,6
Total de Empregados	95	100%
Movimentação média anual de pessoal (<i>turnover</i>) <i>((número de admissões + número de demissões)/2)/nº empregados final do período)*100</i>	10%	

Fonte: Gepes, 2016.

Tabela 18. Qualificação da força de trabalho

Indicador	Nº
Número de ações de capacitação	192
Número de horas de capacitação	3.777
Número de empregados capacitados no exercício	95
Média de ações de capacitação por empregado	1,25
Média de horas de capacitação por empregado	24,68

Fonte: Gepes, 2016.

4.1.2. Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Quadro 26. Demonstrativo das despesas de pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Remunerações	Encargos	Benefícios	Total
Funcionários Efetivos					
Exercício	2016	12.664.894,48	4.474.847,31	2.560.375,92	19.700.117,71
	2015	11.645.576,50	4.042.097,51	2.163.665,73	17.851.339,74
Contratos Temporários					
Exercício	2016	0	0	0	0
	2015	0	0	0	0
Funcionários Terceirizados					
Exercício	2016	213.808,59	0	0	213.808,59
	2015	215.989,96	0	0	215.989,96
Estagiários					
Exercício	2016	8.773,26	0	0	8.773,26
	2015	5.716,67	0	0	5.716,67
TOTAL GERAL EM 2015					18.073.046,37
TOTAL GERAL EM 2016					19.922.699,56

Fonte: Gepes (2016).

Nota: As despesas previdenciárias (parte patronal) e o pagamento de FGTS estão incluídos em encargos.

4.1.3. Gestão de Riscos Relacionados a Pessoal

A Gerência de Pessoas não identificou riscos a serem gerenciados que possam comprometer o cumprimento da missão institucional ao longo do tempo e os objetivos estratégicos no médio e longo prazos. Um risco a ser monitorado diz respeito ao tempo necessário para a realização de processo seletivo para contratação de pessoal. Entretanto, em razão da existência de candidatos aprovados em cadastro reserva, esse risco foi minimizado.

Afirma-se, ainda, que não foram identificados potenciais impactos da aposentadoria sobre a força de trabalho disponível. Não há registro de aposentadorias ou de período estável pré-aposentadoria de colaboradores em 2016, conforme Acordo Coletivo de Trabalho.

Negociações Sindicais

Por ocasião da data-base, foi negociado e aplicado o reajuste de 9,83%, correspondente ao INPC acumulado no período. De forma a manter o valor do auxílio-alimentação compatível com o mercado, foi também aplicado esse percentual de reajuste, passando para R\$ 34,75. Da mesma forma, o auxílio-creche (estendido para filhos de até 48 meses de idade) e o auxílio-filho excepcional (sem limite de idade) passaram a ser de R\$ 417,88. Em atendimento à legislação vigente, os demais benefícios foram mantidos.

Maiores detalhes acerca do desempenho das iniciativas de Gestão de Pessoas estão dispostos no Anexo 4 deste relatório.

4.2. Gestão de Patrimônio e da Infraestrutura

4.2.1. Gestão do Patrimônio Imobiliário

O Sescoop não possui nenhum imóvel. Está instalado nas dependências da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

4.2.2. Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros

O Sescoop não tem nenhum imóvel alugado.

4.3. Gestão da Tecnologia da Informação

A Gerência de Tecnologia da Informação (Getin) atuou no ano de 2016 na revisão e aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2016-2020, com o objetivo de torná-lo aderente às necessidades da instituição e às evoluções tecnológicas.

Nessa revisão, tendo como base o Plano Estratégico 2015-2020, foram identificados quatro objetivos estratégicos corporativos destacados pela Getin em detrimento da sua criticidade. São eles:

- ◆ aprimorar a gestão estratégica e padronizar processos;
- ◆ aperfeiçoar controle, ampliar e diversificar as fontes de recurso;
- ◆ monitorar desempenhos e resultados com foco na sustentabilidade das cooperativas;
- ◆ fortalecer a imagem do Sistema OCB e divulgar os benefícios do cooperativismo.

A Getin buscou atender ou suportar o atingimento dos objetivos por meio de projetos e atividades a serem desenvolvidos pela área com base nas seguintes iniciativas: Gerenciamento da Nuvem Coopnet, Expansão de Sistemas na Nuvem Coopnet, Estruturação da Informação na Coopnet e Estruturação da Governança da TI.

Atividades do Comitê Gestor de TI (CGTI), especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas

Conforme a Portaria nº 61/2011, de 11 de novembro de 2011, o Comitê Gestor de TI tem as seguintes finalidades:

- ◆ alinhar os investimentos de tecnologia da informação com os objetivos finalísticos do Sescoop;
- ◆ definir a priorização dos projetos de tecnologia da informação a serem implementados;
- ◆ estabelecer e implantar políticas e diretrizes de tecnologia da informação para a atuação estratégica do Sescoop, bem como um Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI);
- ◆ propor ao Conselho Nacional políticas de incentivo e dotação orçamentária.

Os seguintes cargos atuam no CGTI:

- ◆ Superintendente;
- ◆ Gerente Geral;
- ◆ Gerente de Planejamento;
- ◆ Gerente de TI;
- ◆ Analista de Projetos da Gerência de Tecnologia da Informação.

Caberá ao Superintendente, a presidência deste Comitê.

No ano de 2016 ocorreram três reuniões ordinárias do Comitê Gestor de TI, as principais decisões tomadas foram:

- ♦ aprovação da contratação de banco de horas para a continuação do projeto de implantação do novo ERP nas Unidades Estaduais (23ª Reunião);
- ♦ apresentação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 2016-2020 (24ª Reunião);
- ♦ aprovação da contratação de empresa para prestação de serviços especializados em aconselhamento imparcial em tecnologia da informação para qualificação do Comitê Gestor de TI (25ª Reunião).

Descrição dos principais sistemas de informação da unidade, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade

Estão descritos no Anexo 5 deste Relatório.

Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período

O Plano de Capacitações do pessoal de TI está definido no PDCI, melhor detalhado no relatório da Gerencia de Pessoas.

Os treinamentos técnicos realizados no período pelos colaboradores da Gerencia de Tecnologia da Informação sobre assuntos específicos relacionados a TI foram:

Tabela 19. Capacitações do pessoal de TI

Capacitação	Participante (s)	Carga horária
OpManager – operação da ferramenta	1	10h
Laserfiche – administração ferramenta	3	16h
Red Hat System Administration I	4	40h
Red Hat System Administration II	4	32h
Red Hat JBoss Application Administration I	4	40h
Red Hat JBoss Application Administration II	4	32h
Workshop certificação digital	Toda a instituição	4h

Fonte: Getin (2016).

Descrição de quantitativo de pessoas que compõem a força de trabalho de TI, especificando os empregados efetivos da carreira de TI da unidade, terceirizados e estagiários

Segue abaixo o quadro de colaboradores da Gerência de Tecnologia da Informação:

Tabela 20. Quantitativo de pessoas que compõem a força de trabalho de TI

Cargo	Função	Quantidade	Instituição
Gerente	Gerente de Tecnologia da Informação	1	Sescoop
Analista	Analista de Projetos e Qualidade de Software	1	Sescoop
Analista	Analista de Redes e Segurança da Informação	2	Sescoop
Analista	Analista de Sistemas	3	Sescoop
Analista	Analista de Suporte	1	Sescoop
Técnico	Técnico Administrativo	1	Sescoop

Fonte: Getin (2016).

Todos os colaboradores da Getin fazem parte do quadro efetivo da Instituição.

Quadro 27. Processos de gerenciamento de serviços de TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura/método utilizado.

Serviço de TI	Descrição do processo de gerenciamento
Registro de domínios <i>Web</i>	Serviço prestado por fornecedor externo.
<i>E-mails</i>	Serviço prestado internamente utilizando infraestrutura de <i>hardware</i> e <i>software</i> próprios.
Hospedagem de <i>sites</i> e <i>hotsites</i>	Serviço prestado internamente utilizando infraestrutura de <i>hardware</i> e <i>software</i> próprios.
Cópia de Segurança de Arquivos	Serviço prestado internamente utilizando infraestrutura de <i>hardware</i> e <i>software</i> próprios.
Armazenamento de arquivos	Serviço prestado internamente utilizando infraestrutura de <i>hardware</i> e <i>software</i> próprios.
Videoconferência	Serviço prestado internamente, utilizando produtos de fornecedores externos.
Zeus na Coopnet	Serviço prestado com o apoio de fornecedor externo.
Folha de Pagamento e Ponto Eletrônico – RM Totvs	Serviço prestado com o apoio de fornecedor externo.
ERP – RM Totvs	Serviço prestado com o apoio de fornecedor externo.
Sinac	Serviço prestado internamente utilizando infraestrutura de <i>hardware</i> e <i>software</i> próprios.
Dia C	Serviço prestado internamente utilizando infraestrutura de <i>hardware</i> e <i>software</i> próprios.
GAA	Serviço prestado internamente utilizando infraestrutura de <i>hardware</i> e <i>software</i> próprios.
GDH	Serviço prestado internamente utilizando infraestrutura de <i>hardware</i> e <i>software</i> próprios.
GDA	Serviço prestado internamente utilizando infraestrutura de <i>hardware</i> e <i>software</i> próprios.
PDGC	Serviço prestado internamente utilizando infraestrutura de <i>hardware</i> e <i>software</i> próprios.
Arrecadação SESCOOP	Serviço prestado internamente utilizando infraestrutura de <i>hardware</i> e <i>software</i> próprios.
SophiA	Serviço prestado internamente, utilizando produtos de fornecedores externos.
Impressão	Serviço prestado por fornecedor externo.
<i>Laserfiche</i>	Serviço prestado com o apoio de fornecedor externo.
Próton	Serviço prestado com o apoio de fornecedor externo.
Relógio de ponto	Serviço prestado por fornecedor externo.
<i>Business Intelligence</i>	Serviço prestado por equipe interna.
<i>Link</i> de dados	Serviço prestado por fornecedor externo.
Desenvolvimento e manutenção de sistemas e <i>sites</i>	Serviço prestado com o apoio de fornecedor externo e por equipe interna.

Fonte: Getin (2016).

Projetos de TI Desenvolvidos

No exercício de 2016, foram executados os seguintes projetos:

1. Desenvolvimento e aquisição de softwares e sites

Os sistemas de informação são os responsáveis por gerar informações destinadas a apoiar a tomada de decisão nas instituições. Em um mundo cada vez mais dinâmico, a manipulação manual de dados é incompatível com a agilidade necessária para que as empresas se mantenham ativas no mercado.

Neste contexto, a Getin atuou no desenvolvimento, melhoria e correção dos sistemas de informação e sites do Sescoop. Em 2016, foram solucionadas 564 demandas relacionadas a sistemas, representando um aumento de 29% em relação às demandas atendidas em 2015.

Foi realizada a entrega e instalação da primeira etapa do novo *site* institucional, já disponibilizado para o público externo. Trata-se de uma ferramenta com mais recursos e aderente às boas práticas de desenvolvimento *web*. Esse projeto foi uma parceria com a Gerência de Comunicação.

Foi planejada a manutenção de 10 sistemas, desenvolvidos quatro e adquiridos três. As manutenções previstas foram em grande parte realizadas. Os novos desenvolvimentos, por demandarem um prazo maior para a conclusão, foram iniciados, mas com previsão para continuação em 2017. Já as aquisições de sistemas foram atendidas parcialmente, em razão de algumas ferramentas ainda estarem em fase de estudo de mercado.

2. Business Intelligence

Dando continuidade ao processo de melhoria contínua, em 2016 sentiu-se a necessidade de revisão do projeto de *Business Intelligence*. Para isso, foi realizada uma pesquisa de opinião com os colaboradores da Instituição que possuíam acesso ao BI, que identificaram a necessidade de revisão de visões da ferramenta e melhora na autonomia dos usuários.

Diante disso, iniciou-se um projeto de reestruturação do BI, que terá encaminhamento no exercício de 2017.

3. Governança de TI

A Governança de TI é um conjunto de práticas, padrões e relacionamentos estruturados, assumidos por uma organização com a finalidade de garantir controles efetivos, ampliar os processos de segurança, minimizar os riscos, ampliar o desempenho, otimizar a aplicação de recursos, reduzir os custos, suportar as melhores decisões e consequentemente alinhar a TI aos negócios.

Em 2016 foi continuada a estruturação do projeto Sistema Gestor de Segurança da Informação, com a realização de diversos levantamentos e elaboração de artefatos, aderentes à Norma ISO 27001.

Buscando atender ao alinhamento da TI ao negócio, a Gerência de Tecnologia promoveu o Encontro dos Profissionais de TI, que contou com a participação de 51 participantes de 24 Unidades Estaduais do Sescoop. O Objetivo do evento foi expandir o alinhamento e integração de TI entre os profissionais das Unidades Estaduais e Nacional com foco nos serviços compartilhados, boas práticas e tendências tecnológicas.

Em 2016 foi contratado o Gartner Group, empresa especializada em tecnologia da informação, que realiza uma série de estudos e pesquisas nos diversos assuntos que envolvem TI. A função da empresa é o de aconselhamento imparcial aos membros do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, a fim de qualificar o comitê para que as decisões tomadas estejam embasadas, além de aspectos negociais, nas tendências tecnológicas mais atuais.

4. Renovação do ERP

O projeto visa à finalização da implantação do novo ERP Totvs na Unidade Nacional, iniciado em 2015. Nas Unidades Estaduais, objetiva-se implantar os módulos de Folha de Pagamento e Ponto Eletrônico.

Em 2016 a implantação do novo ERP na Unidade Nacional foi realizada com envolvimento de várias áreas da Instituição. Já os módulos Folha de Pagamento e Ponto Eletrônico foram implantados em 12 Unidades Estaduais e iniciou-se o projeto de implantação do ERP completo na Unidade Estadual (SP).

5. Ampliação da nuvem

A cada ano, as Unidades Estaduais têm demonstrado maior interesse em aderir aos serviços tecnológicos prestados pela Unidade Nacional. Diante disso, a Getin tem buscado aplicar o ciclo de melhoria contínua, a fim de manter e melhorar a qualidade dos serviços já prestados.

No exercício de 2016, foram realizadas aquisições de três equipamentos de videoconferência para a substituição e modernização do serviço. Além disso, deu-se andamento aos projetos de certificação digital e migração do JBoss.

Até o final de 2016, a Getin já disponibilizava 28 serviços tecnológicos às Unidades Estaduais, sendo que 19 estados aderiram a pelo menos um dos serviços formalmente, o que representa mais de 70% do total de Unidades.

Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade

Com relação à infraestrutura tecnológica, sempre que se realiza a contratação para implantação de uma nova tecnologia, exige-se como prática instituída que na contratação seja inserida uma capacitação, preferencialmente ministrada pelo fabricante da solução, para que a equipe interna possa dar continuidade às operações. No entanto, mesmo com a capacitação na equipe interna da Instituição, não é possível abrir mão do suporte técnico especializado de alguns elementos em detrimento da alta complexidade das tecnologias utilizadas.

No desenvolvimento e manutenção de *softwares*, para todos os serviços prestados, é solicitada a entrega de artefatos⁶, os quais propiciarão o entendimento para a continuidade dos serviços por outro fornecedor ou colaborador.

Para *softwares* adquiridos, na contratação dos serviços, normalmente é garantido o suporte técnico para possíveis *bugs* e atualizações de versão. Nesses casos, a Getin conta com um colaborador que realiza a fiscalização dos serviços e o contato com o fornecedor, quando necessário.

Alguns serviços, como *link* de dados, a mitigação é realizada pela contratação de um *link backup*. No entanto, devido à natureza do serviço não é possível eliminar a dependência.

4.3.1. Principais Sistemas de Informação

A relação com os principais sistemas de informação utilizados pelo Sescop Nacional estão especificados no Anexo 5 deste relatório.

4.3.2. Informações sobre Planejamento Estratégico de TI (PETI) e /ou Plano Diretor de TI (PDTI)

Em 2016, a Getin planejou a execução de seus projetos alinhados ao Planejamento Estratégico institucional, mais especificamente vinculados ao objetivo de gestão “Aprimorar a gestão estratégica e padronizar processos”.

Para os próximos exercícios, serão executadas as iniciativas: Gerenciamento da Nuvem Coopnet,

⁶ Artefatos são códigos-fonte, planos de implantação, regras de negócio, especificações técnicas, manuais de usuário e técnicos, dentre outros, que são especificados como exigência contratual.

Expansão de Sistemas na Nuvem Coopnet, Estruturação da Informação na Coopnet e Estruturação da Governança da TI.

4.4. Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Consciente da necessidade de utilizar, de forma apropriada, os recursos renováveis e de contribuir para a sustentabilidade ambiental, a Unidade Nacional do Sescop adota algumas ações que objetivam reduzir os impactos de suas ações no meio ambiente.

Práticas como o descarte correto de lâmpadas e pilhas, a utilização de temporizadores nas lâmpadas das áreas comuns e torneiras, a adoção de copos de vidro na mesa dos colaboradores em substituição aos recipientes de plástico, e a preferência na aquisição de produtos ambientalmente corretos são algumas das ações adotadas.

Além disso, são realizadas, também, campanhas internas de conscientização sobre a correta utilização dos recursos renováveis e adoção de práticas sustentáveis.

Em relação à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e às questões relacionadas ao Decreto nº 7.746/2012, não se aplicam à Unidade Nacional do Sescop, já que esta entidade não está sujeita aos Decretos nº 5.940/2006 e nº 7.746/2012, pois possui natureza jurídica privada, e não integra a administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e não se trata de empresa estatal dependente.

4.4.1. Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

As boas práticas que convergem para a sustentabilidade ambiental, no que diz respeito a licitações sustentáveis, são adotadas, com vistas a harmonizar as contratações às ações de responsabilidade ambiental por parte das empresas licitantes, conforme exemplificado nos processos a seguir:

- ♦ **Pregão Presencial nº 7/2016 – Objeto:** contratação de empresa para prestação dos serviços de impressão gráfica, dos materiais didáticos do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescop).
- ♦ **Pregão Presencial nº 13/2016 – Objeto:** contratação de empresa para prestação dos serviços de impressão gráfica, dos materiais institucionais do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescop).

Destaca-se que nos processos administrativos acima elencados foram exigidos das empresas licitantes que, quando da impressão e confecção dos materiais, objetos da contratação, comprovassem, mediante apresentação de notas fiscais, ou atestassem nos respectivos materiais que, para sua confecção, foi utilizada matéria-prima proveniente de manejo florestal responsável (a exemplo do certificado do *Forest Stewardship Council* – FSC ou do Programa Brasileiro de Certificação Florestal – Cerflor).

Além disso, no Sescop Nacional são realizadas práticas como o descarte correto de lâmpadas e pilhas, a utilização de temporizadores nas lâmpadas de garagem, áreas comuns e torneiras, a adoção de copos de vidro na mesa dos colaboradores, em substituição aos recipientes de plástico, e a preferência na aquisição de produtos ambientalmente corretos, bem como realizam-se campanhas internas de conscientização sobre a correta utilização dos recursos renováveis e adoção de práticas sustentáveis.

Por não integrar a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e não se tratar de empresa estatal dependente, o Sescop/UN não está sujeito aos Decretos nº 5.940/2006 e nº 7.746/2012; entretanto, algumas boas práticas que convergem para a sustentabilidade ambiental, no que diz respeito a licitações sustentáveis, são adotadas, com vistas a harmonizar as contratações às ações de responsabilidade ambiental por parte das empresas licitantes.

CAPÍTULO 5

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE



5.1. Canais de Acesso ao Cidadão

Como canal de acesso ao cidadão, o Sescop Nacional disponibiliza em seu site o endereço de e-mail para o “fale conosco”, telefones e endereço da Instituição que permitem o acesso do seu público geral para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, dentre outros, tanto por meio eletrônico quanto por meio presencial. Para mais informações: <http://www.somoscooperativismo.coop.br/#/contato>.

5.2. Carta de Serviços ao Cidadão

Não há conteúdo a declarar.

5.3. Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos Usuários

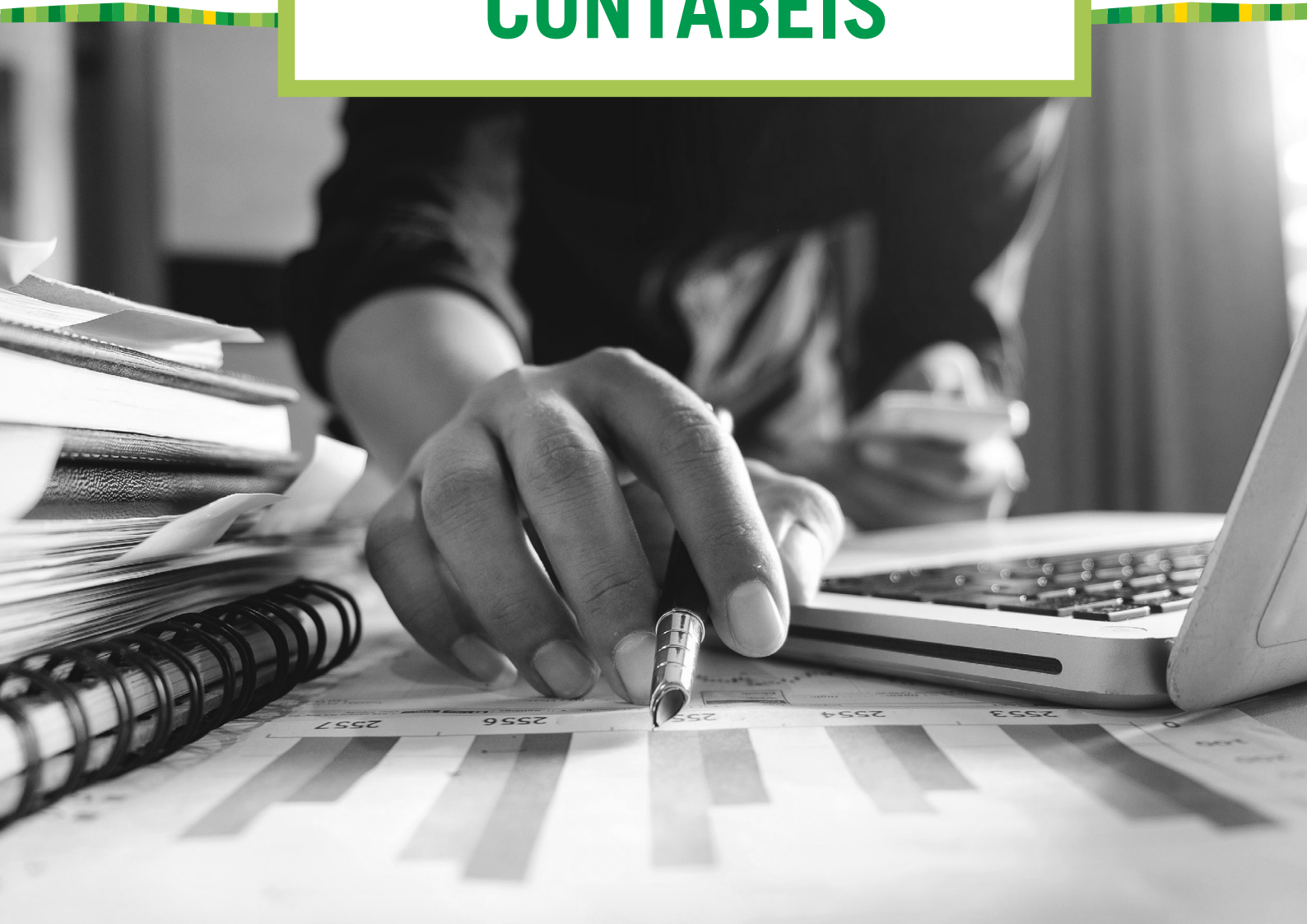
Não há conteúdo a declarar.

5.4. Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade

As informações referentes à atuação do Sescop Nacional, consideradas úteis e relevantes à sociedade e que contribuem para a transparência da gestão, estão disponíveis no endereço: <http://www.somoscooperativismo.coop.br/#/transparencia-sescop>.

CAPÍTULO 6

DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS



6.1. Desempenho Financeiro no Exercício

O resultado do desempenho financeiro do exercício de 2016 foi positivo, considerando que o Sescop Nacional realizou receita no montante de R\$ 133.529.100,77 (centro e trinta e três milhões, quinhentos e vinte e nove mil, cem reais e setenta e sete centavos), valor superior ao previsto devido à maior arrecadação do Sistema ao longo de 2016. As despesas somaram um total de R\$ 103.317.981,09 (cento e três milhões, trezentos e dezessete mil, novecentos e oitenta e um reais e nove centavos), demonstrando com isso compatibilidade entre os ingressos e dispêndios financeiros do exercício.

6.2. Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

Os dispositivos da NBC T 16.9 e NBC T 16.10 são aplicados às entidades que adotam a Lei 4.320/1964, que não é o caso do Sescop, pois adota a Lei nº 6.404/1976, entretanto, as respectivas normas correlatas NBC TG 27 – Ativo imobilizado e NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos são adotadas pelo Sescop.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A vida útil estimada e o método de depreciação do ativo imobilizado são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme a Nota Explicativa constante em item específico deste Relatório de Gestão, em que também se encontram divulgadas as taxas de depreciação adotadas, a metodologia e as principais práticas aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis e notas explicativas estão disponíveis no Anexo 7 deste relatório.

6.3. Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade

Os investimentos de cada iniciativa são alocados por centro de responsabilidade/conta contábil e são acompanhados pelas gerências das áreas finalística e meio, além da Diretoria Executiva, por meio do Módulo Orçamentário e Contábil do Sistema Zeus, que registra a apuração dos custos no âmbito do Sescop Nacional. Subsidiariamente, as gerências recebem relatórios periódicos sobre a execução orçamentária, para avaliação da execução e adoção tempestiva de medidas de gestão.

6.4. Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/1964 e Notas Explicativas

As demonstrações contábeis e notas explicativas são apresentadas de acordo com a Lei nº 6.404/1976 e estão apresentadas no Anexo 7.

CAPÍTULO 7

CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE



7.1. Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

No exercício de 2016, o Tribunal de Contas da União (TCU), por intermédio de seu corpo técnico e órgão Plenário, nos autos do processo de auditoria nº 014.248/2015-8, que teve por objeto avaliar o nível de transparência das entidades do Sistema “S”, em relação à divulgação de dados sobre receitas, despesas, demonstrações contábeis, licitações, contratos, entre outras, deliberou, conforme Acórdão Plenário nº 699/2016 por algumas recomendações e determinações às Unidades do Sistema “S”, instituindo prazo para apresentação do cronograma de implantação, mediante alinhamentos internos, conforme Ofício recebido em 17/10/2016. Tais recomendações e determinações estão sendo objeto de análise e estudos, para apresentação de propostas e cronogramas de implantação, nos termos do que fora deliberado.

Informa-se ainda que, no ano de 2013, o TCU fixou duas determinações e quatro recomendações ao SESCOOP, conforme descrito a seguir, consignadas no Acórdão nº 3.927/2013, 2ª Câmara.

As determinações contidas nos subitens 1.7.1.1. e 1.7.1.2. do acórdão em referência referem-se às questões atinentes ao processo seletivo para contratação de novos colaboradores, e tratam, respectivamente, da previsão em seus anúncios ou editais de processo seletivo, da possibilidade de interposição de recursos, quando cabível e de abster-se de limitar o número de inscritos em processo seletivo, em respeito ao princípio da isonomia.

As recomendações 1.7.2.1.1., 1.7.2.1.2. e 1.7.2.1.3. tratam da prestação de contas dos patrocínios, convênios e recursos do Fundecoop, enquanto a recomendação 1.7.2.2. trata do aperfeiçoamento do monitoramento das Unidades Estaduais, com base no art. 50 do Regimento do SESCOOP.

Não obstante a interposição de recurso de reconsideração ao Acórdão nº 3.927/2013 e julgamento do recurso pelo Acórdão nº 6.883/2016, as determinações contidas nos subitens 1.7.1.1. e 1.7.1.2. foram devidamente acatadas e tratadas internamente, pois desde 2014, em respeito a diversos princípios constitucionais, a Unidade Nacional do SESCOOP, em seus processos seletivos para contratação de novos colaboradores, passou a adotar nos anúncios/editais a possibilidade de interposição de recursos, quando cabível, bem como excluiu a limitação do número de inscritos nos processos seletivos.

Ressalta-se ainda que, em 2015, foi iniciada discussão com as demais Entidades Nacionais do Sistema S, por intermédio de Grupo Técnico, envolvendo o tema abordado no Acórdão TCU nº 3.927/2013 – 2ª Câmara (subitens 1.7.1.1. e 1.7.1.2.) e a decisão do STF no RE nº 789.874, no intuito de alinhamento acerca das disposições sobre o tema, e construção de proposta de reformulação do Regulamento de Contratação de Pessoas.

Destaca-se que o tema foi bastante debatido pelo Grupo Técnico do Sistema S, resultando em uma proposta para reformulação do Regulamento de Contratação de Pessoas.

A proposta debatida pelo Grupo Técnico do Sistema S vem sendo debatida no âmbito do SESCOOP – Unidade Nacional desde então, no sentido de se promover a alteração da Resolução nº 300/2008, emanada do Conselho Nacional do SESCOOP. A proposta encontra-se em fase final de ajustes, para deliberação do Conselho Nacional do SESCOOP.

Com relação às recomendações contidas nos subitens 1.7.2.1.1., 1.7.2.1.2. e 1.7.2.1.3., que tratam da prestação de contas dos patrocínios, convênios e recursos do Fundecoop, destaca-se que os normativos que regulamentavam a aplicação dos recursos do Fundecoop (Resolução nº 55/2006 e Portaria nº 01/2010) foram revisados e revogados pela Resolução nº 1367/2015, que trouxe nova roupagem à forma de gestão e aplicação de recursos do Fundecoop.

A Resolução nº 373/2009, que trata de patrocínios e convênios, está sendo objeto de reformulação. Há grupo técnico multidisciplinar discutindo as melhorias necessárias, inclusive foi apresentada proposta inicial (minuta) ao Conselho Nacional na 95ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2016. A proposta encontra-se em fase final de ajustes, para deliberação do Conselho Nacional do SESCOOP.

Quadro 28. Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
046.845/2012-7	Acórdão nº 3.927/2013 – 2ª Câmara	1.7.1.1.	Determinação	5/8/2013
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
SESCOOP – UNIDADE NACIONAL.				
Descrição da determinação/recomendação				
Preveja em seus anúncios ou editais de processo seletivo a possibilidade de interposição de recursos, quando cabível, de acordo com a jurisprudência do TCU.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
As determinações contidas nos subitens 1.7.1.1. e 1.7.1.2. foram devidamente acatadas e tratadas internamente, pois, desde 2014, em respeito a diversos princípios constitucionais, a Unidade Nacional do Sescop, em seus processos seletivos para contratação de novos colaboradores, passou a adotar nos anúncios/editais a possibilidade de interposição de recursos, quando cabível, bem como excluiu a limitação do número de inscritos nos processos seletivos. Ressalta-se ainda que, em 2015, foi iniciada discussão com as demais Entidades Nacionais do Sistema S, por intermédio de Grupo Técnico, envolvendo o tema abordado no Acórdão TCU nº 3.927/2013 – 2ª Câmara (subitens 1.7.1.1. e 1.7.1.2.) e a decisão do STF no RE nº 789.874, no intuito de alinhamento acerca das disposições sobre o tema, e construção de proposta de reformulação do Regulamento de Contratação de Pessoas. Destaca-se que o tema foi bastante debatido pelo Grupo Técnico do Sistema S, resultando em uma proposta para reformulação do Regulamento de Contratação de Pessoas. A proposta debatida pelo Grupo Técnico do Sistema S vem sendo debatida no âmbito do Sescop – Unidade Nacional, desde então, no sentido de se promover a alteração da Resolução nº 300/2008, emanada do Conselho Nacional do Sescop. A proposta encontra-se em fase final de ajustes, para posterior deliberação do Conselho Nacional do Sescop.				

Fonte: Asjur (2016).

7.2. Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

O trabalho de auditoria de contas realizado pela CGU na Unidade Nacional do Sescop no ano de 2016, instrumentalizado no Processo nº 201601758, para avaliar a gestão do exercício de 2015, evidenciou questões formais que não resultaram ou causaram prejuízo à entidade, recomendando 32 ações corretivas, conforme quadro apresentado no Anexo 7 deste Relatório.

Destaca-se que entre as análises realizadas pela equipe, não foi constatada ocorrência de dano ao erário, emitindo-se certificado de contas regulares, com ressalvas.

Das 32 recomendações, 12 já foram objeto de adequação, enquanto 20 estão em processo de estudo e discussão interna.

Por fim, informa-se que as recomendações emitidas no Relatório Anual de Auditoria de Contas estão sendo monitoradas na Unidade Nacional do Sescop, e na CGU via sistema monitor da Instituição.

7.3. Medidas Administrativas para a Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

Com relação à necessidade de medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário, informa-se que, no ano de 2016, nenhuma medida administrativa foi adotada para apuração de responsabilidades por dano ao erário, bem como não houve sindicâncias, intervenções ou tomada de contas especial nas Unidades do Sescop.

7.4. Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamento de Obrigações como Disposto no Art. 5º da Lei nº 8.666/1993

Este tópico não se aplica à Unidade Nacional do Sescop, já que a Entidade não está sujeita à Lei nº 8.666/1993, pois possui natureza jurídica privada, e não integra a administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Destaca-se que o Sescop segue apenas o cronograma de pagamento disposto em cada um dos instrumentos jurídicos que firma, e que tais instrumentos seguem o regramento disposto na Resolução nº 850/2012 – Regulamento de Licitação e Contratações do Sescop.

ANEXOS E APÊNDICES



Anexo 1. Detalhamento do organograma funcional do Sescop Nacional em 2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Titular	Competências	Cargo	Período de atuação
Conselho Nacional	Márcio Lopes de Freitas	É o órgão detentor do poder originário e soberano. Tem composição tripartite (governo federal, organizações representativas do setor produtivo e dos trabalhadores). É composto por 11 conselheiros, que representam: a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) – por seu Presidente – e mais quatro representantes das regiões brasileiras (Norte/Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste); o Ministério do Trabalho e Previdência Social; o Ministério da Previdência Social; o Ministério da Fazenda; o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e os trabalhadores em sociedades cooperativas.	Presidente do Conselho Nacional	1/1/2016 a 31/12/2016
Conselho Fiscal	Gilcimar Barros Pureza	É o órgão de assessoramento do Conselho Nacional na gestão orçamentária, patrimonial e financeira. Também possui composição tripartite. É composto de seis Conselheiros, representantes das seguintes entidades: OCB (dois representantes); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Previdência Social; Ministério da Fazenda; representante dos trabalhadores em sociedades cooperativas.	Conselheiro e Presidente do Conselho Fiscal	1/1/2016 a 20/7/2016
	Esthério Sebastião Colnago			21/7/2016 a 31/12/2016
Diretoria Executiva	Márcio Lopes de Freitas Renato Nobile	É o órgão de gestão e administração central. Entre outras funções, deve zelar pelo cumprimento do Regimento Interno, fazer cumprir as deliberações do Conselho Nacional, respeitando sempre as normas e as diretrizes da Instituição.	Presidente Superintendente	1/1/2016 a 31/12/2016
Assessoria Especial	Flodoaldo Alves de Alencar	É a unidade da estrutura organizacional destinada a administrar unidades estaduais sob intervenção, visando à correção de situações irregulares e anormais, reportando-se ao Conselho Nacional e à Diretoria Executiva para prestação de contas dos atos praticados.	Assessor	01/01/2016 a 31/12/2016
Assessoria de Auditoria e Controle (Audit)	Sanller Bosco Lopes Nonato	É a unidade da estrutura organizacional que atua no acompanhamento preventivo e corretivo das ações desenvolvidas pelas unidades estaduais e nacional, relativas ao cumprimento de dispositivos legais e normativos internos, objetivando o fortalecimento da gestão do Sescop.	Assessor	01/01/2016 a 31/12/2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Titular	Competências	Cargo	Período de atuação
Assessoria Jurídica (Asjur)	Aldo Francisco Guedes Leite	É a unidade da estrutura organizacional que oferece respaldo legal à atuação institucional no que se refere à elaboração dos instrumentos jurídicos, normativos, manifestações de ordem legal e acompanhamento processual nas questões em que a Instituição é parte. É responsável pela gestão e execução dos processos de compras e licitações, necessários à contratação de bens e serviços.	Assessor	01/01/2016 a 31/12/2016
Gerência Geral	Karla Tadeu Duarte de Oliveira	É a unidade da estrutura organizacional que define as diretrizes e o gerenciamento de programas, projetos, processos, ações, atividades e equipes das gerências sob sua responsabilidade, visando ao alcance dos objetivos institucionais; subsidia estrategicamente a Diretoria Executiva e Conselhos com informações e outros elementos que favoreçam a tomada de decisões; acompanha funcionalmente as atividades das unidades organizacionais de assessoria e faz a interlocução com a unidade organizacional equivalente nas demais instituições que integram o Sistema OCB, garantindo o alinhamento sistêmico.	Gerente Geral	1º01/2016 a 31/12/2016
Gerência de Controladoria (Gecont)	Antônio Luiz Feitosa	É a unidade da estrutura organizacional que propõe e monitora o desempenho dos processos envolvidos na gestão operacional com relação às metas e indicadores operacionais previamente estabelecidos, com vistas a avaliar os resultados alcançados pela instituição. Analisa a conformidade de processos, normativos e instrumentos jurídicos, e faz a gestão do Centro de Serviços Compartilhados.	Gerente	1/1/2016 a 31/12/2016
Gerência de Desenvolvimento da Gestão de Cooperativas (Gedeg)	Susan Miyashita Vilela	É a unidade da estrutura organizacional que propõe diretrizes, programas, instrumentos, metodologias e ferramentas de apoio destinadas ao desenvolvimento da gestão das cooperativas, apoiando as unidades estaduais na implementação, acompanhamento e avaliação dos resultados de iniciativas alinhadas às diretrizes de desenvolvimento.	Gerente	1/1/2016 a 31/12/2016
Gerência de Desenvolvimento Social de Cooperativas (Gedes)	Maria Eugênia Ruiz Borba*	É a unidade da estrutura organizacional que propõe diretrizes, programas, instrumentos, metodologias e ferramentas de apoio destinadas à formação profissional e ao desenvolvimento social voltadas ao público-alvo do SESCOOP, apoiando as unidades estaduais na implementação, acompanhamento e avaliação dos resultados de iniciativas alinhadas às diretrizes de desenvolvimento.	Gerente	1/1/2016 2/5/2016
	Geâne Nazaré Ferreira		Gerente	5/5/2016 a 31/12/2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Titular	Competências	Cargo	Período de atuação
Gerência de Planejamento (Geplan)	Emanuel Malta Falcão Caloete	É a unidade da estrutura organizacional que gerencia a execução das etapas do planejamento estratégico institucional e da Unidade Nacional, desde a elaboração dos planos até a sua aprovação, bem como o seu monitoramento, acompanhamento, avaliação, revisão e atualização. Realiza, também, o apoio às unidades estaduais na construção do seu plano estratégico, alinhado às diretrizes sistêmicas.	Gerente	1/1/2016 a 31/12/2016
Gerência de Pessoas (Gepes)	Ana Cláudia de Oliveira d'Arce Lima	É a unidade da estrutura organizacional que gerencia as diretrizes, políticas, processos e procedimentos relacionados à gestão de pessoas, englobando os eixos administrativo e de desenvolvimento de pessoas.	Gerente	1/1/2016 a 31/12/2016
Gerência de Logística (Gelog)**	Belmira Neves de Oliveira	É a unidade da estrutura organizacional que oferece o suporte operacional e administrativo necessário ao funcionamento da Instituição, por meio do controle patrimonial, aquisição de bens e serviços, apoio à realização de eventos, apoio administrativo e serviços gerais.	Gerente	1/1/2016 a 31/12/2016
Centro de Documentação e Memória Institucional (Cedoc)	Patrícia Nóbrega Fortes Vieira	É a unidade da estrutura organizacional que executa ações relacionadas à gestão dos documentos e de suas informações (seja em meio físico, eletrônico e/ou digital), bem como atividades voltadas à preservação da memória institucional para o fomento à geração do conhecimento (individual e organizacional).	Gerente	1/1/2016 a 31/12/2016
Gerência de Relações Institucionais (Gerin)**	Fabíola da Silva Nader Motta	É a unidade da estrutura organizacional que acompanha, participa e propõe debates sobre temas que são de relevância para a Instituição, nacional e internacionalmente, bem como o mapeamento dos <i>stakeholders</i> e dos cenários interno e externo que afetam a Instituição e os gerencia, visando ao melhor posicionamento estratégico institucional.	Gerente	1/1/2016 a 31/12/2016
Gerência de Tecnologia da Informação (Getin)	Mozart Gomes de Souza Júnior	É a unidade da estrutura organizacional que oferece estrutura tecnológica, de suporte e de segurança da informação, bem como de desenvolvimento de sistemas, criando condições para a execução das atividades institucionais.	Gerente	1/1/2016 a 31/12/2016
Gerência Financeira (Gefin)	Carlos Roberto Baena	É a unidade da estrutura organizacional que garante a gestão dos recursos financeiros, abrangendo o processo de recebimento, repasse e movimentação, bem como cumprir as obrigações financeiras da Instituição.	Gerente	1/1/2016 a 31/12/2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Titular	Competências	Cargo	Período de atuação
Gerência de Comunicação (Gecom)	Daniela Lemke	É a unidade da estrutura organizacional que zela pela imagem e fortalecimento da identidade institucional por meio de informações divulgadas nos veículos internos e externos de comunicação, bem como assessora a instância executiva em seus processos de comunicação perante os diferentes públicos formadores de opinião.	Gerente	1/1/2016 a 31/12/2016

*Desligada em 2/5/2016.

** Gerências compartilhadas (Sescoop e OCB) cujo as gerentes são remuneradas pela OCB.

Fonte: Gepes (2016).

Anexo 2. Detalhamento dos valores aportados no Fundecoop

Do total de recursos arrecadados pelo SESCOOP em 2016, R\$ 330.921.019,35 foram descontados R\$ 11.582.235,70 referentes aos serviços prestados pela Receita Federal pelo processamento da arrecadação (3,5%), restando um valor líquido de R\$ 319.338.783,66.

Desse valor, conforme Resolução nº 1.367/2015, 70% são repassados diretamente às Unidades Estaduais (R\$ 223.537.148,55); 10% são destinados à Unidade Nacional (R\$ 31.933.878,36); 2% são transferidos à OCB, a título de taxa de administração (R\$ 6.386.775,68) e 18% são destinados ao Fundo Solidário de Desenvolvimento Cooperativo (Fundecoop) (R\$ 57.480.981,04).

Do valor destinado ao Fundecoop, foram executados R\$ 60.452.001,00 (considerando o valor do ano, mais a utilização de recursos provenientes de aplicações financeiras). A seguir, detalhamos toda a movimentação de Fundecoop no exercício de 2016:

MOVIMENTAÇÃO DE FUNDECOOP 2016		
Descrição	Valor	Origem
Saldo inicial de Fundecoop em 31/12/2015	128.480.699	Conforme extratos bancários
Aportes de 2016	57.480.981	18% da arrecadação total de 2016 conforme Resolução nº 1.367/2015
Receita Financeira 2016	19.342.321	Conforme extratos bancários
Total de Entradas	76.823.302	Soma
Transferência direta de Fundecoop às UEs	(38.387.081)	Regulamentado pela Resolução nº 1.367/2015
Convênios e Patrocínios	(4.557.051)	Programas nacionais – Executado no SESCOOP Nacional – Res. nº 1.367/2015
Gestão por Competências UEs	(3.163.233)	Programas nacionais – Executado no SESCOOP Nacional – Res. nº 1.367/2015
Dia C – Responsabilidade Social	(2.875.796)	Programas nacionais – Executado no SESCOOP Nacional – Res. nº 1.367/2015
Atividade Getin	(2.303.485)	Programas nacionais – Executado no SESCOOP Nacional – Res. nº 1.367/2015
Gestão Operacional	(1.890.979)	Programas nacionais – Executado no SESCOOP Nacional – Res. nº 1.367/2015
Dia C – Responsabilidade Social – Transferência	(1.755.000)	Programas nacionais – transferido para as unidades – Res. nº 1.367/2015
Projetos Especiais (Remanescente)	(1.646.171)	Extinto pela resolução 1367/2015, remanescente de anos anteriores
Centro de Serviços Compartilhados	(1.316.061)	Programas nacionais – Executado no SESCOOP Nacional – Res. nº 1.367/2015
Gestão e Governança	(1.105.298)	Programas nacionais – Executado no SESCOOP Nacional – Res. nº 1.367/2015
Implantação PDGS (qualidade gestão)	(287.863)	Programas nacionais – Executado no SESCOOP Nacional – Res. nº 1.367/2015

MOVIMENTAÇÃO DE FUNDECOOP 2016		
Descrição	Valor	Origem
Desenvolvimento da Juventude Cooperativista	(255.173)	Programas nacionais – Executado no Sescop Nacional – Res. nº 1.367/2015
Renovação ERP	(214.169)	Programas nacionais – Executado no Sescop Nacional – Res. nº 1.367/2015
Desenvolvimento e Aquisição de Software	(201.982)	Programas nacionais – Executado no Sescop Nacional – Res. nº 1.367/2015
Bem-Estar e Qualidade de Vida	(184.735)	Programas nacionais – Executado no Sescop Nacional – Res. nº 1.367/2015
Infraestrutura para Serviços de TI	(115.353)	Programas nacionais – Executado no Sescop Nacional – Res. nº 1.367/2015
Atividade Gedes	(93.375)	Programas nacionais – Executado no Sescop Nacional – Res. nº 1.367/2015
Gestão Estratégica – Foco Competências	(57.256)	Programas nacionais – Executado no Sescop Nacional – Res. nº 1.367/2015
Implantação PGDI nas UEs SC	(29.187)	Programas nacionais – Executado no Sescop Nacional – Res. nº 1.367/2015
Implantação PGDI nas UEs BA e RJ	(12.753)	Programas nacionais – Executado no SESCOOP Nacional – Res. nº 1.367/2015
Total de Saídas	(60.452.001)	Soma
Saldo Final de Fundecoop em 31/12/2016	144.852.000	Conforme extrato bancário

Em 2016, o Sescop iniciou a construção de uma Diretriz Nacional de Atuação Finalística, em conjunto com as Unidades Estaduais, visando oferecer uma linha orientadora a todos os estados e facilitar a consolidação de ações e resultados para apresentação às cooperativas, órgãos de controle e à sociedade em geral. Referida iniciativa tem sua conclusão prevista em junho/2017 e deverá se desdobrar em estratégias para melhor orientar a destinação do saldo acumulado de Fundecoop proveniente de exercícios anteriores.

Ainda em relação aos saldos acumulados de exercícios anteriores, uma das orientações já aplicadas a partir do orçamento de 2017 trata da distribuição aos estados da totalidade dos valores provenientes das aplicações financeiras obtidas em 2016, considerando os mesmos critérios de meritocracia utilizados para o repasse suplementar regulamentado pela Resolução nº 1.367/2015.

Anexo 3. Recomendações do órgão de controle interno no exercício de 2016

Tema	Nº	Recomendação
<i>Estrutura de Governança</i>	01	Adotar medidas visando à segregação dos cargos de Presidente do Conselho Nacional e Presidente da Diretoria Executiva do Sescop/UN, de forma que pessoas distintas exerçam as competências para cada órgão, respeitando com isso o princípio da segregação de funções.
	02	Estabelecer, de forma expressa, as competências para o cargo de presidente da Diretoria Executiva do Sescop/UN, distinguindo as responsabilidades relacionadas para a presidência dos outros órgãos diretivos da entidade.
<i>Passagens e diárias</i>	01	Aperfeiçoar o controle e fiscalização das despesas realizadas com diárias e passagens pagas a convidados não pertencentes aos quadros da Unidade Nacional do Sescop com o intuito de verificar se a aplicação dos referidos gastos está sendo revertida para o desenvolvimento institucional da Entidade.
	02	Elaborar critérios objetivos para o aproveitamento em prol do Sescop dos conhecimentos adquiridos pelas pessoas não pertencentes aos quadros da Entidade, mas beneficiadas com o pagamento de cursos, treinamentos, capacitações e participações em seminários.
<i>Contrato de Gestão</i>	01	Revisar as competências estabelecidas no Contrato de Gestão para o Sescop/UN e OCB a fim de que elas reflitam a realidade na execução dos objetivos pactuados entre as partes, principalmente no que diz respeito à exclusão do inciso IV, da cláusula quarta, por não existir efeito prático na sua permanência, além de conflitante com o inciso IX da cláusula 3ª do citado contrato.
<i>Efetividade dos Resultados</i>	1	Aperfeiçoar o controle e fiscalização com diárias e passagens pagas a convidados não pertencentes aos quadros da Unidade Nacional do Sescop com intuito de verificar se a aplicação dos referidos gastos está sendo revertida para o desenvolvimento institucional da Entidade.
	2	Elaborar critérios objetivos para o aperfeiçoamento em prol do Sescop dos conhecimentos adquiridos pelas pessoas não pertencentes ao quadro da Entidade, mas beneficiadas com o pagamento de cursos, treinamentos, capacitações e participações em seminários.
<i>Segregação Asjur e Gelic</i>	1	Promover alteração na Portaria nº 40/2016, de forma que sejam segregadas as áreas Jurídica e de Compras e Licitações com o objetivo de se respeitar o princípio da segregação de funções.
<i>Instalações Físicas</i>	1	Implementar política de acessibilidade, promovendo a adequação das instalações da Unidade Nacional do Sescop, sito SAUS, Quadra 04, em conformidade com a norma ABNT NBR 9050, promovendo a correção das inconformidades apontadas: ausência de (i) vagas reservadas para pessoas portadoras de deficiência; (ii) piso tátil alerta no início e fim de cada lance de escada e na porta do elevador; (iii) sinalização em braile no início e fim das escadas; (iv) corrimão em ambos os lados das escadas; (v) aviso visual e em braile nos batentes dos elevadores; falhas na rampa de acesso à tribuna do auditório, em função de sua inclinação superior a 12,5% e nos corredores (Gecont, Gedeg) que possuem largura inferior a 90 cm; e banheiros PNE em desacordo com normas.
<i>Instalações Físicas</i>	2	Implementar política de acessibilidade, promovendo a adequação das instalações da Unidade Nacional do Sescop, sito SAUS Ed Belvedere; 11º andar, em conformidade com a norma ABNT NBR 9050, promovendo a correção das inconformidades apontadas; corredor de acesso à copa e aos banheiros com largura inferior a 90 cm, inviabilizando a circulação de pessoas que utilizam cadeira de rodas, ausência de banheiro para pessoas com deficiência.

Tema	Nº	Recomendação
<i>Instalações Físicas</i>	3	Implementar política de acessibilidade, promovendo a adequação das instalações da Unidade Nacional do Sescop, sito SAUS Ed Belvedere; 12º andar, em conformidade com a norma ABNT NBR 9050, promovendo a correção das inconformidades apontadas; corredor de acesso à copa e aos banheiros com largura inferior a 80 cm, inviabilizando a circulação de pessoas que utilizam cadeira de rodas, ausência de banheiro para pessoas com deficiência.
<i>Acompanhamento de contratos</i>	1	Acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos assinados pelo Sescop/ UN; documentando tal atuação, de forma que sejam respeitadas as cláusulas contratuais, principalmente no que diz respeito aos limites de quantitativos físicos e financeiros.
<i>Processos licitatórios</i>	1	Definir nos próximos processos licitatórios o objeto de forma clara, precisa e suficiente, como regra indispensável da competição, devendo o instrumento convocatório especificá-lo com as qualidades e quantidades desejadas/previstas, conforme planejamento prévio da Entidade.
	2	Realizar cotação de preços para formação do orçamento base da licitação, sendo no mínimo três cotações válidas após a exclusão de preços muito dissonantes da média e realizando todas as análises necessárias para que os preços adotados reflitam os valores aplicados no mercado.
	3	Adotar, como prática, nas futuras licitações para contratação de bens e serviços comuns, a motivação expressa pela opção presencial, nos casos de comprovada e justificada inviabilidade de realização de pregão eletrônico, sob pena de se configurar possível ato de gestão antieconômico.
<i>Modelo de atuação</i>	1	Promover, de forma continuada, ações educativas e informativas junto às cooperativas dos diversos ramos e nos diversos níveis associação, acerca da disponibilidade de recursos em nível nacional e regional, de forma a universalizar o acesso aos recursos da arrecadação compulsória cooperativista.
	2	Promover, de forma continuada, ações de qualificação dos empregados das Unidades Estaduais e Regionais na elaboração e avaliação de projetos e planos de trabalho voltados a recebimento de recursos do Fundecoop, conforme previsto no § 1º do art. 45 do Regimento Interno do Sescop.
	3	Abster-se de utilizar recursos do Fundecoop em convênios e patrocínios, como regra, conforme evidenciado nos ajustes firmados no exercício de 2015, contrariando o Regimento Interno do Sescop, bem como pela ausência de regulamentação que defina e discipline as situações de excepcionalidade, conforme § 2º do art. 45 do RI, e pela ausência de regulamentação que defina e discipline os projetos de âmbito nacional.

Tema	Nº	Recomendação
Gestão de suprimentos de bens e serviços <i>Fundecoop</i>	1	Revisar a Resolução nº 1.367/2015, que define a metodologia de rateio dos recursos Fundecoop com as Unidades Estaduais de menor orçamento, de forma a melhor aproveitar os recursos disponíveis, evitando o acúmulo de sobras não aproveitadas na missão finalística da entidade, apresentando resultados em 60 dias a esse Ministério.
	2	Desenvolver estudo técnico avaliando as fragilidades e potencialidades nas Unidades Estaduais de menor orçamento, objetivando criar base para reestruturação destas unidades em busca de alinhamento com os objetivos institucionais do Sescop e uso adequado dos recursos do Fundecoop, apresentando resultados em 60 dias a esse Ministério.
	3	Desenvolver, de forma colaborativa e harmônica com as Unidades Estaduais, políticas para implantação de estrutura capaz de organizar, administrar e executar, de forma continuada, o ensino de formação profissional e a promoção social dos trabalhadores e dos cooperados das cooperativas, em atendimento ao objetivo definido no o art. 2º, inciso I, do Decreto nº 3.017/1999. Apresentar em 60 dias os resultados a esse Ministério.
	4	Desenvolver, de forma colaborativa e harmônica com as Unidades Estaduais, políticas para implantação de estrutura capaz de operacionalizar o monitoramento, a supervisão, a auditoria e o controle em cooperativas, conforme sistema desenvolvido e aprovado em Assembleia Geral da OCB, conforme o art. 2º, inciso II, do Decreto nº 3.017/1999, apresentando plano de ação e cronograma de execução em 60 dias a esse Ministério.
	5	Estabelecer normativo que regulamente o repasse às Unidades Estaduais, que fazem uso dos Centros de Serviços Compartilhados (CSC), dos respectivos custos operacionais desses serviços no exercício de 2015 e nos seguintes, rateados proporcionalmente, conforme cálculos demonstrativos.
Gestão de suprimentos de bens e serviços <i>Fundecoop</i> <i>Convênios e Patrocínios</i>	1	Realizar análise jurídica detalhada das transferências discricionárias, avaliando dentre os demais aspectos legais, os seguintes: (i) origem correta dos recursos; (ii) a adequada pertinência do plano de trabalho com a missão do Sescop, afastando o uso de recursos Sescop e/ou Fundecoop em despesas ordinárias.
	2	Incluir, nos normativos de análise técnica de transferências discricionárias, a realização de estudo detalhado das transferências discricionárias, incluindo análise do custo de oportunidade das transferências, priorizando sempre a destinação de recursos do Sescop e do Fundecoop às demandas e necessidades das Unidades Estaduais e Regionais, conforme estabelece o Regimento Interno.
	3	Normatizar a necessidade de inclusão das despesas de caráter continuado (tais como contratação de pessoal, manutenção de novas instalações etc.) que tiveram origem em projetos com recursos transferidos em período determinado, de forma a dar sustentabilidade e longevidade aos produtos e resultados dos projetos desenvolvidos.
	4	Revisar os normativos internos que tratam de transferências de recursos, de forma a tornar obrigatória, e não mais discricionária, a prestação de contas parcial das transferências discricionárias realizadas pela entidade, reiterando a necessidade de observância aos arts. 8º e 9º da Resolução nº 373/2009 em todas as prestações de contas.
	5	Revisar os normativos que tratam da análise técnica e jurídica dos projetos de convênios e patrocínios, de forma a sanar tempestivamente falhas e vícios em propostas e contratos de convênios e patrocínios, notadamente aquelas que possam imputar ao Sescop gastos estranhos ao objeto pactuado e/ou de caráter personalíssimo, como taxas e impostos.

Tema	Nº	Recomendação
Gestão de suprimentos de bens e serviços <i>Fundecoop</i> <i>Confusão Patrimonial</i>	1	Incorporar ao Relatório de Gestão, dando publicidade à prestação de contas do Fundecoop, os gastos, saldos de superávit, saldo acumulado de exercícios anteriores, rendimentos financeiros no exercício e rendimentos financeiros acumulados de exercícios anteriores.
	2	Elaborar estudo técnico que aponte forma adequada de reverter os recursos do Fundecoop ora aplicados em CDB-DI – avaliados em R\$ 128.480.698,56, em 31/12/2015, e posteriores acréscimos – em prol das Unidades Estaduais e Regionais de menor orçamento, em consonância com o art. 45 do Regimento Interno do Sescop, descentralizando recursos de forma a criar estruturas sustentáveis e eficientes. Apresentar plano de ação e cronograma de execução em 60 dias a esse Ministério.
Gestão de suprimentos de bens e serviços <i>Fundecoop</i> <i>Definição Processos</i> <i>Âmbito Nacional</i>	1	Elaborar normativo, a ser editado pelo Conselho Nacional, que defina as situações de excepcionalidade previstas no § 2º do art. 45, e que regule a forma de aplicação dos recursos Fundecoop nesses casos, bem como a respectiva prestação de contas.
	2	Regulamentar, pelo Conselho Nacional, os Projetos de Âmbito Nacional, juntamente com regras para aplicação dos recursos do Fundecoop nesta finalidade, com observância ao princípio estabelecido pelo Regimento Interno de priorização dos recursos do Fundo para as Unidades Estaduais e Regionais, conforme § 1º do art. 45 do Regimento Interno, e da excepcionalidade às outras destinações previstas no § 2º do art. 45 do Regimento Interno.

Fonte: Asjur (2016).

Destaca-se que entre as análises realizadas pela equipe não foi constatada ocorrência de dano ao erário, emitindo-se certificado de contas regulares, com ressalvas.

Das 32 recomendações, 12 já foram objeto de adequação, enquanto 20 estão em processo de estudo e discussão interna.

Por fim, informa-se que as recomendações emitidas no Relatório Anual de Auditoria de Contas estão sendo monitoradas na Unidade Nacional do Sescop, e na CGU via sistema monitor da Instituição.

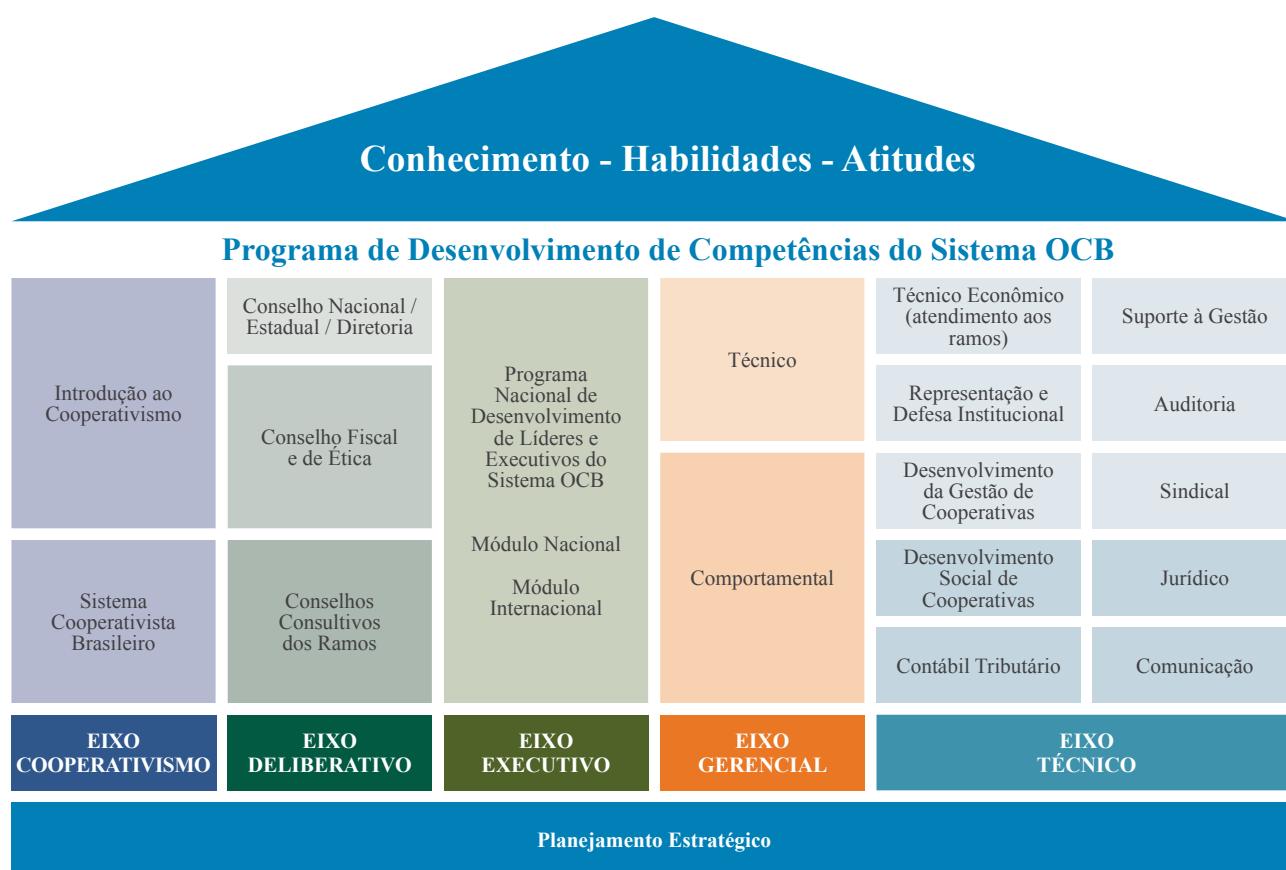
Anexo 4. Informações complementares sobre ações e programas relativos à gestão de pessoas (educação corporativa, gestão do desempenho, clima organizacional e qualidade de vida) do Sescop Nacional

De forma a descrever as iniciativas e os indicadores dos processos gerenciais relativos à gestão de pessoas (educação corporativa, gestão do desempenho, clima organizacional e qualidade de vida), são especificadas, a seguir, as ações e programas, assim como os seus respectivos resultados.

EDUCAÇÃO CORPORATIVA

O ano de 2016 foi caracterizado por avanços na educação corporativa do Sescop, viabilizados por estratégias, como: implementação de soluções educacionais inovadoras, como as trilhas de aprendizagem; foco no planejamento e na gestão do desenvolvimento de competências; e investimento em educadores corporativos. Essas iniciativas potencializaram o Programa de Desenvolvimento de Competências do Sistema OCB com estratégias fundamentais para uma atuação sistêmica cada vez mais consolidada de seus colaboradores, ampliaram a capacidade de ensino e aprendizagem e resultaram na elevação de indicadores de capacitação e desenvolvimento, sustentando o propósito de busca contínua pela excelência em gestão de pessoas.

Programa de Desenvolvimento de Competências do Sescop



Fonte: Gepes (2016).

Esse programa organiza conhecimentos relevantes para o Sescop em eixos e módulos temáticos, de forma a orientar a estruturação, a implementação e a oferta de programas e ações de desenvolvimento para os colaboradores da Unidade Nacional e das Unidades Estaduais. Segue a descrição detalhada sobre cada um desses eixos, sendo, a seguir, apresentados os indicadores obtidos com a consolidação dos investimentos e resultados das ações de capacitação e desenvolvimento de 2016.

Eixo Cooperativismo

O grande destaque deste eixo foi a celebração do Acordo de Cooperação Técnica e Financeira, firmado entre a Fundação Unimed, a OCB e o Sescop, pois amplia a capacidade de oferta de cursos na modalidade a distância a todo o Sistema OCB. Essa parceria proporciona a extensão do curso Introdução ao Cooperativismo, de propriedade da OCB, também para as cooperativas. Além desse curso, também será possível utilizar a plataforma *on-line* da Fundação Unimed para hospedar cursos na modalidade a distância, assim como acessar aos cursos já desenvolvidos pela Fundação que sejam de interesse do Sistema.

Um dos eixos de desenvolvimento das trilhas de aprendizagem é do Cooperativismo, cujas temáticas nele contidas foram priorizadas e desenvolvidas: Cooperativismo no Brasil e no Mundo; Sistema Cooperativista Brasileiro; Desenvolvimento da Gestão de Cooperativas; Processo de Constituição de Cooperativas; Ramos do Cooperativismo: Crédito; Ramos do Cooperativismo: Transporte; Ramos do Cooperativismo: Agropecuário; Ramos do Cooperativismo: Saúde; Ramos do Cooperativismo: Infraestrutura, Educação, Especial, Mineral, Turismo, Lazer, Turismo e Habitacional.

Eixo Deliberativo

O ano de 2016 foi marcado como o primeiro destinado à realização de ações específicas e fundamentais para os integrantes dos conselhos do Sescop, desde a criação do Programa de Desenvolvimento de Competências. O objetivo é capacitar os participantes a exercerem assertivamente o papel de conselheiros, a partir do conhecimento sistematizado da estrutura e do funcionamento institucional, da estratégia, dos marcos legais e das responsabilidades perante os órgãos de controle.

Três ações deste eixo são destacadas:

- ♦ **Capacitação para Membros dos Conselhos Estaduais do Sescop:** desse evento participaram 44 Conselheiros do Sescop com o objetivo de exercer cada vez mais assertivamente o papel de membros dos conselhos estaduais. A programação contemplou um curso intitulado “TCU e o Sistema S” e palestras em que foram abordados temas de relevância: Apresentação Institucional – Sistema OCB, Sescop; Planejamento Estratégico como Ferramenta para a Governança, Papéis e Atribuições dos Conselhos à Luz do Regimento Interno, Marcos Legais – Principais Normativos do Sescop, Como Utilizar os Relatórios de Auditoria em prol da Governança.
- ♦ **Capacitação para Membros do Conselho Fiscal do Sescop:** realizado em novembro de 2016, esse evento teve por objetivo capacitar os participantes a exercer assertivamente o papel de membros dos conselhos a partir de conhecimentos sistematizados sobre: a estrutura e funcionamento institucional, os papéis e responsabilidades e a dinâmica de atuação do Conselho Fiscal. Essa capacitação contemplou 56 participantes.
- ♦ **Encontro Nacional dos Representantes do Sistema OCB:** esse grande evento teve por objetivo empoderar os representantes dos Conselhos Consultivos dos Ramos do Cooperativismo e dos Fóruns do Poder Executivo, de forma a incrementar conhecimentos necessários para o pleno exercício da representação e alinhar as expectativas quanto ao papel, às responsabilidades e à relação com o Sistema OCB no exercício de suas atribuições. Na programação, foram incluídos temas como: Liderança Transformadora; Inovação e Conhecimento; Cenário Político e Econômico no

Brasil: perspectivas para 2017; e Apresentação Institucional. Também houve espaço para a construção participativa, em que os participantes puderam refletir sobre a questão norteadora “Como tornar mais efetiva a atuação de representantes do cooperativismo em conselhos e fóruns?”. O evento contou com a participação de 107 representantes de conselhos e fóruns do cooperativismo, além da participação de outros 38 colaboradores da Unidade Nacional.

Eixo Executivo

Este eixo contempla o Programa Nacional de Desenvolvimento de Líderes e Executivos do Sescoop, destinado aos Superintendentes e Presidentes, cuja estrutura contempla módulos teórico-práticos e visitas técnicas nacionais e internacionais.

Em 2016, destaca-se, no Programa Nacional de Desenvolvimento dos Líderes e Executivos do Sescoop – Presidentes, uma ação de capacitação com o objetivo de estimular os presidentes a pensar de forma inovadora, a melhor se conhecer e a dominar as habilidades necessárias para serem líderes contemporâneos e influentes. Dois palestrantes, Scott Taylor e Les Charm, da Babson College, cuja sede é localizada em Boston – Massachusetts – EUA, abordaram temáticas relevantes à atuação de uma liderança, tais como: Liderança Ressonante; Inteligência emocional e social; Mudança Intencional; Governança eficaz; Sucessão; Painel de discussão; Plano de desenvolvimento. A metodologia foi caracterizada por sessões interativas e experienciais, discussões de grupo e plenárias, além de apresentação expositiva. Vale mencionar que a Babson é reconhecida como centro internacional de excelência em empreendedorismo e também considera referência em educação executiva, governança e liderança empreendedora. Esse evento contou com a participação de 27 presidentes, inclusive das Confederações: Uniodonto, Unicred, Confemed, Cnac.

O evento *World Coop Management 2016* – Inspirando Pessoas, realizado em Belo Horizonte/MG, também merece destaque, pois proporcionou a participação de 44 presidentes, superintendentes e gerentes das unidades estadual e nacional, com o objetivo de promover o acesso a conhecimentos inovadores, atualizações e desenvolvimento de métodos e conceitos. O congresso foi elaborado especialmente para presidentes, dirigentes, superintendentes, gerentes e gestores de cooperativas e entidades do setor, que buscam manter-se atualizados sobre os novos conceitos e estratégias de atuação em seus negócios e cooperativas.

O Programa Nacional de Desenvolvimento de Líderes e Executivos do Sescoop – Superintendentes – Etapa Nacional – Módulo III contemplou intercâmbios realizados nos estados de Minas Gerais e Bahia. Esse evento teve como objetivo proporcionar aos executivos experiências nacionais de alto nível em governança e gestão, pesquisa, inovação e desenvolvimento, intercooperação e processos de negócios consolidados. Foram contemplados 23 participantes, sendo 20 superintendentes das Unidades Estaduais, e três representantes da Unidade Nacional (superintendente, gerente geral e gerente de logística).

Também em 2016 foram realizados, em Brasília, três encontros nacionais de Superintendentes, contando com a participação dos estados. Esses eventos contemplaram temas como “Liderança transformadora: uma nova visão” e outros estratégicos de interesse das três instituições do Sistema OCB, com foco na atuação executiva e com o propósito de avaliar os resultados alcançados no ano de 2016 e pactuar prioridades sistêmicas para 2017.

Eixo Gerencial

Este eixo contempla o curso de pós-graduação em Gestão Empresarial, realizado em parceria com a Fundação Instituto de Administração (FIA). Ao todo, 34 gestores das Unidades Estaduais e da Unidade Nacional participaram desse curso, em São Paulo, cujo objetivo é desenvolver competências necessárias ao fortalecimento da gestão sustentável e ao exercício qualificado da função gerencial no Sescoop.

Em 2016 foram concluídas as disciplinas da programação: Gestão de Pessoas nas Organizações; Sistemas de Informações Gerenciais; Sistema de Gestão Financeira e de Contratos; e Práticas de Gestão, restando apenas a elaboração de monografia para conclusão do curso em 2017.

Pode-se afirmar que essa ação e a participação dos gestores da Instituição em outros eventos favorecem o desenvolvimento e o aprimoramento de competências técnicas e comportamentais necessárias ao exercício qualificado da função gerencial, de forma a facilitar a transformação da estratégia em ações por meio da coordenação de equipes e o monitoramento dos resultados atingidos. Além disso, essa ação teve também como resultado uma maior integração e sinergia entre os participantes.

Um outro evento a ser destacado é a participação de duas gestoras no HSM Expo 2016, em São Paulo, que teve como objetivo proporcionar momentos de protagonismo para o desenvolvimento da liderança e oferecer trilhas de aprendizagem que vão aprimorar e atualizar os conhecimentos em temas essenciais para carreira e negócio.

Eixo Técnico - Unidades Estaduais

Diversas ações foram desenvolvidas para apoiar as Unidades Estaduais na execução dos seus processos de trabalho, sejam finalísticos ou de apoio. São aqui destacados os Encontros: de Comunicação; de Profissionais de Tecnologia da Informação; de Arrecadação; além de capacitações específicas para a área finalística do Sescop (critérios do PDGC, indicadores econômicos, entre outros).

Neste eixo, ações voltadas para a potencialização do exercício profissional e para o protagonismo dos colaboradores nos diversos processos e projetos institucionais foram realizadas.

Programa de Desenvolvimento de Competências – Unidade Nacional

A tabela abaixo apresenta dados quantitativos referentes às ações de capacitação e desenvolvimento realizadas em 2016, que envolvem os colaboradores da Unidade Nacional do Sescop.

Ações de capacitação realizadas por eixo – Unidade Nacional						
Indicador	Cooperativismo	Deliberativo	Executivo	Gerencial	Técnico	Total
Ações	11	1	6	4	170	192
Carga horária – eventos	241	12	173,5	302	3.048,5	3.777
Participações	81	13	7	14	1.530	1.645
Horas de participação	1.399	156	189,5	1.588	15.129,5	18.462

Fonte: Gepes (2016).

Programa de Desenvolvimento de Competências – Unidades Estaduais

A tabela abaixo apresenta dados quantitativos referentes às ações de capacitação e desenvolvimento realizadas em 2016, que envolvem os colaboradores das Unidades Estaduais do Sescoop.

Ações de capacitação realizadas por eixo – Unidades Estaduais						
Indicador	Cooperativismo	Deliberativo	Executivo	Gerencial	Técnico	Total
Ações	-	3	9	1	66	79
Carga horária – eventos	-	48	165,5	160	778	1.551,5
Participações	-	204	222	25	741	1.192
Horas de participação	-	3.228	3.576,5	4.000	10.085,5	20.890

Fonte: Gepes (2016).

A tabela abaixo consolida os dados quantitativos referentes às ações de capacitação e desenvolvimento realizadas em 2016, contemplando as ações para a Unidade Nacional e as Unidades Estaduais do Sescoop.

Indicadores sistêmicos da educação corporativa das Unidade Nacional e Unidades Estaduais			
Indicador	UN	UE	Total
Ações	192	79	271
Carga horária – eventos	3.777	1.551,5	4.928,5
Participações	1.645	1.192	2.837
Horas de participação	18.462	20.890	39.352

Fonte: Gepes (2016).

Programa de Integração de Novos Colaboradores

Em 2016, 24 colaboradores participaram de uma programação diferenciada, voltada para a ambientação dos novos colaboradores. Destaca-se a estratégia de que todos os novos colaboradores que ingressam no Sescoop participam dessa imersão no cooperativismo, viabilizada por uma programação que contempla cursos básicos (presencial e a distância), visita a uma cooperativa e abordagem de temas de relevância para uma atuação cada vez mais sistêmica desses colaboradores.

Programa de Incentivo à Educação Continuada

O Programa de Incentivo à Educação Continuada é caracterizado pela concessão de bolsas de estudos para cursos de longa duração, como os cursos de graduação, pós-graduação e de idiomas. Os colaboradores interessados nessas bolsas participam de um processo seletivo, cujas vagas, critérios e percentuais de reembolso são clara e previamente definidos. Em 2016, 29 pessoas foram beneficiadas com percentuais de reembolsos que variaram de 40% a 90%, em 11 áreas do conhecimento, além dos cursos de idiomas em duas línguas – inglês e espanhol.

Trilhas de aprendizagem

Uma nova solução educacional foi implementada no Sescop em 2016: as trilhas de aprendizagem, que podem ser definidas como caminhos alternativos e flexíveis para o aprimoramento pessoal e profissional. Essa iniciativa fortalece a educação corporativa por ser considerada estratégica, que vai além das ações convencionais de treinamento, ao ofertar opções de aprendizagem de forma estruturada e convergente a objetivos de aprendizagem alinhados com o Plano Estratégico do Sescop. O resultado dessa iniciativa foi a oferta de 21 trilhas implementadas em 2016, elaboradas de forma participativa, que organizam e ofertam inicialmente 1.188 opções de aprendizagem visualizadas em oito eixos de desenvolvimento em uma nova plataforma *on-line* e ambiente de aprendizagem: a *Wiki*. Esses números potencializam a capacidade de ensino e aprendizagem do Sescop e dão visibilidade a uma solução educacional de desenvolvimento interno que assume, estrategicamente, prioridade no desenvolvimento das competências dos colaboradores da Instituição.

Plano de Desenvolvimento de Competências Individuais (PDCI)

A educação corporativa do Sescop avançou ainda mais no planejamento de ações de capacitação e desenvolvimento com a implementação do Plano de Desenvolvimento de Competências Individuais (PDCI), concebido como instrumento integrado à Avaliação de Competências e Desempenho (ACD), de simples preenchimento, que permite seleção autônoma de opções de aprendizagem pelos colaboradores, alinhadas às orientações e validadas pelos gestores. Com esse planejamento, com uma meta mínima de 60 horas de capacitação por colaborador, propõe-se a redução de *gaps* de competências e desempenhos, a superação de desempenhos atuais e o desenvolvimento de competências a partir da identificação de necessidades em função de *feedbacks* obtidos e dos novos desafios para a execução de planos de trabalho. A consolidação dos PDCIs preenchidos pelos colaboradores revela indicadores que convergem com as estratégias da educação corporativa de valorização das opções de aprendizagem internas; exploração das opções ofertadas por parceiros (Fundação Unimed, ABTD, FNQ, ABRH); e utilização das opções de aprendizagem ofertadas gratuitamente pelo mercado por instituições reconhecidas por sua qualidade (FGV, ILB, Coursera, Prime Cursos, entre outras).

Desempenho do PDCI	
Indicadores	Nº
Número de planos de desenvolvimento consolidados	126
Número de opções de aprendizagem registradas no PDCI	1.613
Número de opções de aprendizagem – desenvolvimento interno	877
Número de opções de aprendizagem – solução de parceiros	373
Número de opções de aprendizagem – mercado	362
Total de horas de capacitação registradas no PDCI	16.415

Fonte: Gepes (2016).

Educadores Corporativos

Sendo também concebida como uma estratégia de fortalecimento da educação corporativa do SESCOOP, além de permitir o compartilhamento de conhecimentos, investiu-se, em 2016, na formação de colaboradores para a atuação como educadores corporativos: coordenadores, *designers* de trilhas de aprendizagem, moderadores e multiplicadores.

Seis **coordenadores** de eixos de desenvolvimento e vinte e quatro *designers* de trilhas de aprendizagem participaram ativamente da construção das 21 trilhas de aprendizagem implementadas no SESCOOP. O coordenador, em regra, é um gestor com a função de estimular, mobilizar e orientar os *designers* no processo de construção das trilhas. Os *designers* são analistas responsáveis pela pesquisa, seleção e organização de opções de aprendizagem conforme metodologia para a elaboração de uma determinada trilha, bem como pela publicação no ambiente de aprendizagem *on-line Wiki*.

Moderadores destinados a mediar processos participativos e que participaram de um processo de formação em anos anteriores deram continuidade ao propósito de praticar os conhecimentos adquiridos em eventos realizados em 2016. Essa experiência foi supervisionada por uma coordenação metodológica contratada para complementar a preparação da equipe técnica que irá compor o núcleo de moderadores do Sistema OCB. A expectativa é de o exercício da moderação, como ferramenta estratégica para a gestão participativa, prepare cada vez mais os colaboradores da Casa do Cooperativismo para a implementação e condução de processos baseados nos princípios da participação, da democratização e do diálogo social em eventos estratégicos do Sistema OCB, bem como nas reuniões de suas equipes, preparando, mediando e relatando os eventos em que estiverem envolvidos, de forma técnica e imparcial.

Em 2016, dois eventos tiveram a moderação supervisionada: Encontro de Profissionais de Tecnologia da Informação e Encontro Nacional de Representantes do Cooperativismo. Em parceria com o Banco Central do Brasil, foi realizado o primeiro curso-piloto de **Formação de Facilitadores em Gestão de Finanças Pessoais** para os colaboradores da Unidade Nacional, com uma carga horária de 40 horas. Com isso, 10 colaboradores da Unidade Nacional participaram desse evento com a perspectiva de atuação como facilitadores na temática educação financeira. Dentre os temas tratados, estão: relação pessoal com o dinheiro; orçamento pessoal e familiar; crédito e endividamento; consumo; investimentos; seguros; e aposentadoria.

Intercâmbios

Os intercâmbios são visitas técnicas realizadas em instituições do próprio movimento cooperativista, parceiras ou mesmo da sociedade em geral, nacional ou internacional, com a finalidade de conhecer boas práticas que venham a contribuir com a melhoria de projetos e iniciativas da Instituição. Em 2016, destacam-se as visitas à Elektro e à Confederação Nacional do Setor Cooperativo (DGRV), em Frankfurt-Alemanha.

A Elektro, empresa eleita em 2014 pela sétima vez como a Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País; em 2015, também consagrada como a Melhor Empresa Para se Trabalhar do Setor de Energia pelo *Guia Você S/A – As 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar* pela FIA e Melhor Gestão de Pessoas. A primeira visita técnica à Elektro foi realizada pelo Superintendente, gerentes-gerais e por dois gestores do Sistema OCB, permitindo o conhecimento de práticas de gestão de pessoas e o Modelo de Excelência da Gestão (MEG) no contexto da instituição visitada. A segunda visita foi realizada por integrantes da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e foi destinada ao conhecimento das práticas de segurança do trabalho da Elektro.

O SESCOOP recebeu um convite da Confederação Nacional do Setor Cooperativo Alemão (DGRV) para visitas à Confederação de Cooperativas da Alemanha, a uma Cooperativa Central e a uma Cooperativa Singular, e, ainda, à Academia Alemã de Cooperativas, sendo o tema definido como foco para as atividades práticas nas cooperativas: Auditoria de Estoques. Dada a importância das atividades e intercâmbio, e diante da oportunidade de novos conhecimentos e desenvolvimento de competências, o

Sescoop Nacional encaminhou dois profissionais da Unidade Nacional.

Ainda em 2016, em Quebec-Canadá, aconteceu a III Cúpula Internacional de Cooperativas, principal evento internacional voltado para o cooperativismo. Uma das principais atividades do evento foi a reunião de estudiosos e profissionais para apresentação de artigos científicos relacionados ao tema “Cooperativas e Mutualidades: impactos e poder de agir”. Dada a importância do evento, e diante da oportunidade de produção de conhecimento institucional e desenvolvimento de competências, o Sescoop/UN encaminhou um profissional para esse evento, que apresentou o artigo “Mudando realidades e construindo o futuro: as contribuições do Jovemcoop para a formação de jovens e para as cooperativas do Paraná”.

GESTÃO DO DESEMPENHO – Avaliação de Competências e Desempenho e Desenvolvimento na Carreira

Entre as políticas de gestão de pessoas com foco nas necessidades dos colaboradores e nos objetivos e resultados institucionais, a gestão do desempenho é um processo que envolve atividades de avaliação periódica dos resultados alcançados pelos profissionais que integram o Sescoop, aferindo a aplicação das competências estabelecidas previamente para seus respectivos cargos e funções. Com isso, destaca-se que uma metodologia de avaliação é um instrumento gerencial fundamental para a análise da *performance* organizacional, bem como para o fortalecimento da cultura da avaliação, do *feedback*, do desenvolvimento de competências e da melhoria contínua dos desempenhos.

Em 2016, foi realizado o terceiro ciclo de Avaliação de Competências e Desempenho (ACD), com o período avaliativo ocorrido de janeiro a abril de 2016, permitindo aferir a aplicação das competências dos colaboradores e as contribuições individuais para o alcance dos resultados do ano de 2015. Esse processo resultou no desenvolvimento da carreira de 46 colaboradores, sendo 23 por progressão (19 de nível superior e quatro de nível médio) e 23 movimentados por promoção (20 de nível superior e três de nível médio), correspondendo a 56,79% do total de colaboradores do quadro efetivo do Sescoop, organizado em carreira (técnicos e analistas). Esse resultado aponta para uma estratégia de reconhecimento, de valorização e retenção do quadro funcional.

Ainda em 2016, foi iniciado o projeto Gestão Estratégica com Foco em Competências, coordenado pela Gerência de Pessoas em parceria com a Growth Consultoria. Esse projeto prevê a revisão do modelo de Gestão por Competências, especificamente os processos de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) e Gestão do Desempenho (incluindo revisão das competências), além da estruturação do programa de gratificação por desempenho. Com a perspectiva de metodologia participativa, o projeto envolve os colaboradores da Casa, a partir da formação de grupo, como grupo do corpo diretivo, de modelagem (gestores), de coordenação (Gerência de Pessoas) e consultivo (colaboradores). Nesse ano foram gerados os produtos da primeira etapa do projeto: diagnóstico, plano de trabalho e palestra de lançamento e apresentação do projeto. A estruturação do Programa de Gratificação de Desempenho e a entrega dos seus respectivos produtos se dará em 2017.

QUALIDADE DE VIDA

Em 2016, o Sescoop deu continuidade aos investimentos na felicidade e na qualidade de vida de seus colaboradores com muitas iniciativas que contribuíram para fazer com que pessoas mais felizes convergissem para o crescimento do cooperativismo. Novos benefícios, estímulo à prática de ações voluntárias e cidadãos, incentivo à prática de atividades físicas e outras ações de qualidade de vida são a seguir descritas:

Ações de Qualidade de Vida do Sescop Nacional em 2016

Ação/Descrição	Números
Gincana Voluntária – por meio de ações específicas, o Sescop busca estimular, desenvolver e conscientizar o comportamento voluntário entre instituição, colaboradores e sociedade. Acredita-se que o desenvolvimento de atividades de caráter solidário e beneficente promove a integração entre colaboradores, o desenvolvimento de valores éticos, o exercício da cooperação e o estímulo ao espírito solidário e participativo. Neste ano, foi realizada a Gincana Berço Solidário em parceria com a OCDF, que confirma essa crença. A estratégia de arrecadação de itens de enxoval para crianças até seis meses de idade mobilizou colaboradores que, em equipes, garantiram resultados que confirmam o sucesso dessa ação de cooperação e solidariedade.	Foram 29 kits compostos por 421 itens de banho, higiene, quarto e roupas; 5.616 unidades de fraldas descartáveis e 29 banheiras. Esses kits foram entregues a mães hospitalizadas no Hospital do Paranoá-DF como enxoval de bebês. Arrecadação de 187 latas de leite em pó na ocasião da Festa Junina e que foram destinadas à Creche Renascer, localizada na Estrutural, em mais uma ação voluntária do Sescop.
Cooperjogos – foi realizado o 16º Cooperjogos – Jogos de Integração Cooperativista em comemoração ao 94º Dia Internacional do Cooperativismo. Entre as modalidades ofertadas: atletismo, natação, dama, futsal, futebol society, truco, sinuca, cabo de guerra, dominó, queimada, peteca, xadrez, teste cooperativismo e gincana solidária.	67 colaboradores da Unidade Nacional participaram, na condição de atletas. 7 medalhas obtidas pelos colaboradores atletas, colocando a Unidade Nacional na 4ª classificação final do evento.
Sipat – entre as atividades desenvolvidas pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa), neste ano, destaca-se a 2ª Semana Interna de Prevenção de Acidentes (Sipat), com o slogan Prevenção com Cooperação é a Melhor Solução! Entre os temas abordados, encontram-se: acidentes de trabalho e doenças ocupacionais; importância e prevenção; direção defensiva e relações interpessoais no trânsito; ginástica laboral; doenças virais sazonais; nutrição e saúde. Foram, ainda, realizados exames e consultas médicas, além de exames de bioimpedância e quick massage.	Cinco palestras realizadas nos temas de saúde e segurança no trabalho; 23 consultas médicas com a médica do trabalho; 39 colaboradores realizaram exames de aferição de pressão arterial, glicemia e teste rápido para verificação de colesterol; 49,28% de frequência média dos colaboradores nas palestras; 74 colaboradores realizaram exame de bioimpedância; 91 colaboradores realizaram a quick massage; 180 lancheiras térmicas distribuídas aos colaboradores e terceirizados.
Gesto vacinal e exames periódicos – Ação preventiva, a aplicação de vacina contra o vírus da gripe, na opção quadrivalente, de forma a promover maior proteção dos colaboradores contra o vírus da gripe. Além disso, houve a renovação dos exames periódicos com o apoio de uma grande campanha para a realização de exames complementares visando à identificação e prevenção de doenças.	98 vacinas e 24 exames periódicos.
Parcerias e convênios – convênios com academias de diversas modalidades foram celebrados para o estímulo à atividade física. Descontos especiais para colaboradores e seus familiares. Essas academias são localizadas nas proximidades do Sescop, favorecendo a utilização de benefício.	Duas academias foram conveniadas e outros convênios estão em andamento.

Ação/Descrição	Números
Dia C – os colaboradores participaram do Dia de Cooperar, campanha realizada pelo SESCOOP em âmbito nacional. Em Brasília, essa comemoração foi realizada, em parceria com o Sistema OCDF, na Ceilândia Centro, cidade-satélite do Distrito Federal. As tendas de saúde montadas proporcionaram à comunidade a aferição de pressão, glicemia e da pressão do globo ocular; e a demonstração de primeiros-socorros para situações de emergência. No Dia C também estiveram presentes: a Secretaria do Trabalho, realizando emissão de carteiras de trabalhos; a Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação, proporcionando educação financeira para crianças, jovens e adultos; a cooperativa de idiomas Cooplem, realizando oficinas educativas, contos de histórias para crianças, espaço de aprendizagem com leituras e pinturas; a Uniodonto, distribuindo kits odontológicos e orientações sobre higiene e saúde bucal. Nesse evento, foram ainda distribuídos brinquedos infláveis, pipoca e algodão doce, bem como realizadas pintura de rosto e apresentação de shows culturais.	Aproximadamente 30 colaboradores da Unidade Nacional participaram na condição de voluntários no Dia C realizado nas Unidades Estaduais (26) e no Distrito Federal (4).
Previdência Privada – de forma a garantir uma melhor qualidade de vida no período de inatividade aos colaboradores, em 2016 foram realizados estudos junto às Unidades Estaduais para consulta de interesse na adesão ao Plano de Previdência Privada, a ser implementado em 2017. Foram também elaborados normativos e regulamento do Plano, para apreciação da Previc, além de ter sido definido o fundo de pensão: Unimed Fundo de Pensão Multipatrocinado, que irá administrar o plano do SESCOOP.	Projeto em andamento
Plano de Saúde Nacional – realização de estudos junto às Unidades Estaduais para identificação de interesses de adesão a um plano de saúde de abrangência nacional e os principais pontos de desenho do plano. Realização de videoconferências nas cinco regiões do país, destinadas a informar sobre o desenho do plano de saúde, bem como apresentando opções de escolhas que melhor atendessem às especificidades das unidades. Previsão de contratação desse plano em 2017.	Projeto em andamento

Fonte: Gepes (2016).

CLIMA ORGANIZACIONAL

Durante todo o ano de 2016 foram realizadas no SESCOOP ações destinadas à criação de um ambiente mais positivo, propício e atraente para a atuação profissional, na qual as pessoas possam desenvolver seus talentos e aplicá-los com desenvoltura, buscando sempre o seu envolvimento e comprometimento com os objetivos e resultados esperados pela Instituição. Entre as ações realizadas em 2016, encontram-se: entrega de presentes aos colaboradores em celebração do Dia Internacional da Mulher, Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais, aniversariantes do mês, realização da Festa de Confraternização e entrega de cestas natalinas.

Anexo 5. Descrição dos principais sistemas de informação da Unidade Nacional do Sescoop em 2016

ID	Sigla do Sistema	Nome do Sistema	Objetivo do Sistema	Principais Funcionalidades	Gestor de Negócio	Gestor Técnico	Perspectiva De Manutenção
1	ARRECADACÃO DO SESCOOP	Sistema de Arrecadação do Sescoop	Sistema para obter, carregar e estruturar de forma a ser possível auditar informações referentes às declarações GFIP, o recolhimento de recursos por meio da GPS efetuado pelo INSS, bem como verificar o repasse de valores conforme dispositivos legais vigentes. A finalidade é identificar as cooperativas que estão contribuindo para o sistema e auditar os repasses de valores pelo INSS. Os arquivos para carga são recebidos do INSS pelas mídias de CD ou DVD com as seguintes periodicidades: – Dados de empresa com periodicidade semestral; – Dados de GFIP com periodicidade trimestral e Dados de GPS com periodicidade mensal.	Importação dos CDs ou DVDs para a base de dados do Sescoop para posterior consulta das informações e emissão de relatórios.	Carlos Roberto Baena	Mozart Gomes de Souza Júnior	O sistema necessitará de manutenção evolutiva e adaptativa por conta do novo <i>layout</i> das informações disponibilizadas pela Receita Federal e pela arquitetura obsoleta.

ID	Sigla do Sistema	Nome do Sistema	Objetivo do Sistema	Principais Funcionalidades	Gestor de Negócio	Gestor Técnico	Perspectiva De Manutenção
2	CONTROLE DE DOCUMENTOS	Sistema de Controle de Documentos	O sistema tem por objetivo atualizar o sistema de controle de documentos para atender às demandas vindas da superintendência administrativa e demais gerências e assessorias, além de padronizar a identidade visual de todos os documentos.	Proporcionar a criação, numeração e armazenamento dos documentos formais da instituição.	Patrícia Nóbrega Fortes Vieira	Mozart Gomes de Souza Júnior	O sistema necessitará de manutenção evolutiva por conta de sua arquitetura obsoleta.
3	GAA	Gerenciador de Autorização e Acessos	Realizar o gerenciamento dos acessos dos colaboradores aos sistemas corporativos.	Cadastro de usuários (Nacional, estadual e cooperativa), administração de usuários, cadastro de sistemas, cadastro de funcionalidades dos sistemas e cadastro de perfis dos sistemas.	Mozart Gomes de Souza Júnior	Mozart Gomes de Souza Júnior	O sistema necessitará de manutenção corretiva e evolutiva, por conta da necessidade de correção de erros e desenvolvimento de novas funcionalidades a fim de que atenda melhor a instituição.
4	GDA – ES	Autogestão de Cooperativas – Espírito Santo	Prover a autogestão de cooperativas por meio de indicadores contábeis, sociais e humanos.	Acompanhamento econômico, financeiro e social das cooperativas do estado do Espírito Santo.	Susan Miyashita Vilela	Mozart Gomes de Souza Júnior	O sistema necessitará de manutenção evolutiva.
5	GDA – MS	Autogestão de Cooperativas – Mato Grosso do Sul	Prover a autogestão de cooperativas por meio de indicadores contábeis, sociais e humanos.	Acompanhamento econômico, financeiro e social das cooperativas do estado do Mato Grosso do Sul.	Susan Miyashita Vilela	Mozart Gomes de Souza Júnior	O sistema necessitará de manutenção evolutiva.

ID	Sigla do Sistema	Nome do Sistema	Objetivo do Sistema	Principais Funcionalidades	Gestor de Negócio	Gestor Técnico	Perspectiva De Manutenção
6	GDA – RS	Autogestão de Cooperativas – Rio Grande do Sul	Prover a autogestão de cooperativas por meio de indicadores contábeis, sociais e humanos.	Acompanhamento econômico, financeiro e social das cooperativas do estado do Rio Grande do Sul.	Susan Miyashita Vilela	Mozart Gomes de Souza Júnior	O sistema necessitará de manutenção evolutiva.
7	GDA – SP	Autogestão de Cooperativas – São Paulo	Prover a autogestão de cooperativas por meio de indicadores contábeis, sociais e humanos.	Acompanhamento econômico, financeiro e social das cooperativas do estado de São Paulo.	Susan Miyashita Vilela	Mozart Gomes de Souza Júnior	O sistema necessitará de manutenção evolutiva.
8	GDH	Gestão de Desenvolvimento Humano	Prover a autogestão de cooperativas por meio de indicadores contábeis, sociais e humanos.	Planejamento e acompanhamento de recursos para desenvolvimento humano.	Susan Miyashita Vilela	Mozart Gomes de Souza Júnior	O sistema necessitará de manutenção evolutiva.
9	Gestão de Demandas	Sistema de Gestão de Demandas	Sistema para o controle de demandas entre as áreas.	Inserção, acompanhamento e atendimento de demandas.	Mozart Gomes de Souza Júnior	Mozart Gomes de Souza Júnior	O sistema necessitará de manutenção corretiva e evolutiva, por conta da necessidade de correção de erros e desenvolvimento de novas funcionalidades a fim de que atenda melhor a instituição.

ID	Sigla do Sistema	Nome do Sistema	Objetivo do Sistema	Principais Funcionalidades	Gestor de Negócio	Gestor Técnico	Perspectiva De Manutenção
10	GESTÃO DE EVENTOS	Sistema de Gestão de Eventos	Sistema tem por objetivo possibilitar a gestão, controle e armazenamento de dados relativos aos eventos da OCB/ SESCOOP. O evento pode ser interno ou externo, e sendo interno, deve ser considerado a reserva de espaço para o evento interno. Todo o evento externo tem que ter um gestor.	Criação e gestão de eventos internos e externos.	Belmira Neves de Oliveira	Mozart Gomes de Souza Júnior	O sistema necessitará de manutenção evolutiva por conta de sua arquitetura obsoleta.
11	GESTÃO VIAGEM	Sistema de Gestão de Viagem	O Sistema de Gestão de Viagens é um sistema para controlar as viagens realizadas pelos funcionários da Casa, contendo, entre outros dados, lotação do funcionário, origem/ destino, saída/chegada e quantidade/valor das diárias.	Criação e gerenciamento de requisições de viagens.	Mozart Gomes de Souza Júnior	Mozart Gomes de Souza Júnior	O sistema necessitará de manutenção evolutiva por conta de sua arquitetura obsoleta.

ID	Sigla do Sistema	Nome do Sistema	Objetivo do Sistema	Principais Funcionalidades	Gestor de Negócio	Gestor Técnico	Perspectiva De Manutenção
12	LASERFICHE – GED	Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos	Sistema de gerenciamento eletrônico de documentos para atendimento das necessidades de acesso e controle de documentos, bem como automação na armazenagem de documentos, aumentando a agilidade na busca de documentos e diminuindo o tempo de busca de documentos físicos. Dispensa a necessidade de manipulação de documentos em papel, nem mesmo transição de processo, o que diminui o risco de perda e extravio de documentos.	Gestão eletrônica dos documentos do Sistema OCB.	Patrícia Nóbrega Fortes Vieira	Mozart Gomes de Souza Júnior	Sistema de terceiros.
13	MANUAL DE CONTABILIDADE DO SESCOOP	Sistema de Manual de Contabilidade do SESCOOP	Possibilita aos colaboradores da Gefin realizar cadastros e consultas do manual de contabilidade.	Disponibilização de informações para consulta.	Carlos Roberto Baena	Mozart Gomes de Souza Júnior	Não existem manutenções programadas para a ferramenta.
14	PDGC	Sistema do Programa de Desempenho da Gestão das Cooperativas	Sistema de apoio ao Programa de Desempenho da Gestão das Cooperativas e do Prêmio de Excelência da Gestão das Cooperativas.	Inserção de informações solicitadas via formulário específico.	Susan Miyashita Vilela	Mozart Gomes de Souza Júnior	Sistema desenvolvido por terceiros, com previsão de ser incorporado para desenvolvimento pela Getin.

ID	Sigla do Sistema	Nome do Sistema	Objetivo do Sistema	Principais Funcionalidades	Gestor de Negócio	Gestor Técnico	Perspectiva De Manutenção
15	PORTAL (<i>SITE DO SESCOOP</i>)	<i>Site Somos Cooperativismo</i>	Provê informações gerais sobre acontecimentos e eventos do Sescoop Nacional; possui área de serviços prestados pelo Sescoop, divulgação de editais e licitações e área de transparência. É a porta de entrada para acesso às aplicações do Coopnet por meio de ambiente externo.	Disponibilizar informações relacionadas ao Sescoop para o público em geral.	Daniela Lemke	Mozart Gomes de Souza Júnior	O sistema está em desenvolvimento. Estão sendo entregues em etapas.
16	PORTAL DO RH	Portal de Recursos Humanos	Prover aos colaboradores do Sistema OCB Nacional o acesso a informações sobre o ponto, contracheques, avaliações, dados pessoais, dentre outros.	Disponibilização de informações aos colaboradores sobre ponto eletrônico, contracheques, avaliações, dados pessoais, dentre outras relevantes aos colaboradores.	Ana Cláudia de Oliveira D' Arce Lima	Mozart Gomes de Souza Júnior	Sistema de terceiros.

ID	Sigla do Sistema	Nome do Sistema	Objetivo do Sistema	Principais Funcionalidades	Gestor de Negócio	Gestor Técnico	Perspectiva De Manutenção
17	PROTÓN	Sistema de Protocolo	Sistema de Informações documentais, visando ao gerenciamento protocolar, englobando processos, documentos, correspondências, arquivos, informações bibliográficas, contratos, convênios, legislação, fax, correio eletrônico e qualquer outra informação documental existente na Instituição e que seja de seu interesse gerenciar. Programa dividido em módulos.	Controle de entrada e armazenamento de documentos.	Patrícia Nóbrega Fortes Vieira	Mozart Gomes de Souza Júnior	Sistema de terceiros.
18	QLIK VIEW	<i>Business Intelligence – Qlik View</i>	Ferramenta institucional de <i>Business Intelligence</i> .	Proporcionar a construção e disponibilização de indicadores.	Mozart Gomes de Souza Júnior	Mozart Gomes de Souza Júnior	Sistema de terceiros.
19	RM Totvs – CHRONUS	Sistema de Ponto Eletrônico	O sistema de ponto eletrônico tem a finalidade de executar as rotinas ponto eletrônico, possibilitando maior agilidade na execução das atividades relacionadas a esse processo.	Controle e gestão do ponto eletrônico dos colaboradores.	Ana Cláudia de Oliveira D'Arce Lima	Mozart Gomes de Souza Júnior	Sistema de terceiros.

ID	Sigla do Sistema	Nome do Sistema	Objetivo do Sistema	Principais Funcionalidades	Gestor de Negócio	Gestor Técnico	Perspectiva De Manutenção
20	RM Totvs – LABORE	Sistema de Folha de Pagamento	O sistema de folha de pagamento tem a finalidade de executar as rotinas de folha de pagamento, possibilitando maior agilidade na execução das atividades relacionadas a esse processo.	Controle e gestão da folha de pagamento dos colaboradores.	Ana Cláudia de Oliveira D' Arce Lima	Mozart Gomes de Souza Júnior	Sistema de terceiros.
21	RM Totvs – ERP	ERP	Sistema integrado que contém os dados e processos da organização em um único sistema. As perspectivas abrangidas são: finanças, contabilidade, fiscal, compras, contratos, patrimônio e estoque.	Gestão das informações das perspectivas finanças, contabilidade, fiscal, compras, contratos, patrimônio e estoque da instituição.	Mozart Gomes de Souza Júnior	Mozart Gomes de Souza Júnior	Sistema de terceiros.
22	SINAC	Sistema Nacional de Autogestão de Cooperativas	Ferramenta de cadastro de cooperativas e do Programa de Acompanhamento da Gestão de Cooperativas.	Cadastramento e manutenção de informações sobre cooperativas e criação e manutenção de questionário eletrônico.	Susan Miyashita Vilela	Mozart Gomes de Souza Júnior	O sistema necessitará de manutenção corretiva e evolutiva, por conta da necessidade de correção de erros e desenvolvimento de novas funcionalidades a fim de que atenda melhor a instituição.

ID	Sigla do Sistema	Nome do Sistema	Objetivo do Sistema	Principais Funcionalidades	Gestor de Negócio	Gestor Técnico	Perspectiva De Manutenção
23	SisDiaC	Sistema de inscrições do Dia de Cooperar	Sistema para realização de inscrições, inserção de iniciativas, acompanhamento e relatório final de iniciativas do Dia de Cooperar.	Inscrição, cadastramento de iniciativas, relatório final de iniciativas por parte das cooperativas participantes e acompanhamento das informações pela Unidade Nacional e Unidades Estaduais.	Geâne Nazaré Ferreira	Mozart Gomes de Souza Júnior	O sistema necessitará de manutenção corretiva e evolutiva, por conta da necessidade de correção de erros e adaptação de funcionalidades para a campanha anual.
24	Site Dia C	Dia de Cooperar	Hotsite do programa Dia de Cooperar.	Disponibilizar informações sobre o programa Dia C.	Geâne Nazaré Ferreira	Mozart Gomes de Souza Júnior	Não existem manutenções programadas para a ferramenta.
25	Sophia	Biblioteca <i>online</i> Sophia	Sistema de biblioteca <i>online</i> .	Disponibilização de material (livros, revistas e outros) para o público.	Patrícia Nóbrega Fortes Vieira	Mozart Gomes de Souza Júnior	Sistema de terceiros.
26	ZEUS	Sistema Zeus	Sistema para auxiliar no processo de gestão empresarial com informações que integrem dados financeiros e operacionais, disponibilizando os módulos de Orçamento, Contabilidade, Financeiro e Patrimônio, Material e compras. Disponibilizado para as Unidades Estaduais.	Gestão das informações das perspectivas finanças, contabilidade, fiscal, compras, contratos, patrimônio e estoque da instituição.	Mozart Gomes de Souza Júnior	Mozart Gomes de Souza Júnior	Sistema de terceiros.

Fonte: Getin (2016).

Anexo 6. Remuneração dos conselhos Nacional e Fiscal do Sescop Nacional em 2016

Conforme já descrito anteriormente, os membros dos Conselhos do Sescop não recebem remuneração. O valor recebido pelo Presidente do Conselho Nacional, Márcio Lopes de Freitas, refere-se à verba de representação, de natureza indenizatória. Os valores recebidos pelos demais conselheiros referem-se à ajuda de custo.

Nome do Conselheiro (Titulares)	Período de Gestão no Exercício	Remuneração (R\$)	
		Média mensal	Total no exercício
Conselho Nacional 2016			
Márcio Lopes de Freitas	1/1/2016 a 31/12/2016	6.897,22	82.766,64
Ronaldo Ernesto Scucato	1/1/2016 a 31/12/2016	1.532,33	9.194,00
Marcos Antonio Zordan	1/1/2016 a 25/7/2016	1.508,50	3.017,00
Onofre Cezário de Souza Filho	1/1/2016 a 25/7/2016	1.484,67	4.454,00
Cergio Tecchio	1/1/2016 a 25/7/2016	1.508,50	3.017,00
Dênio Aparecido Ramos	1/1/2016 a 31/12/2016	1.532,33	9.194,00
Geci Pungan**	1/1/2016 a 30/1/2016	-	-
Marisa Socorro Dias Durães**	1/1/2016 a 12/2/2016	-	-
Caio Tibério Dornelles da Rocha	1/1/2016 a 23/2/2016	1.437,00	1.437,00
Deborah Virginia Macêdo Arôxa	1/1/2016 a 31/12/2016	1.551,40	7.757,00
Aumara Bastos Feu Alvim de Souza	26/7/2016 a 27/7/2020	1.544,25	6.177,00
Luiz Vicente Suzin	26/7/2016 a 27/7/2020	1.580,00	4.740,00
Celso Ramos Regis	26/7/2016 a 31/12/2016	1.580,00	4.740,00
Ricardo Benedito Khouri	26/7/2016 a 31/12/2016	1.580,00	3.160,00
Natalino Oldakoski	26/7/2016 a 31/12/2016	1.580,00	4.740,00
João Edilson de Oliveira	26/7/2016 a 31/12/2016	1.580,00	4.740,00
Nome do Conselheiro (Suplentes)			
Marcos Diaz**	1/1/2016 a 25/7/2016	-	-
Remy Gorga Neto**	1/1/2016 a 25/7/2016	-	-
Manoel Valdemiro Francalino da Rocha	1/1/2016 a 25/7/2016	1.437,00	1.437,00
Lucas Vieira Matias	1/1/2016 a 25/7/2016	1.437,00	1.437,00
Alex Pereira Freitas**	1/1/2016 a 31/12/2016	-	-
Vera Lúcia de Oliveira	1/1/2016 a 25/7/2016	1.508,50	3.017,00
Maria Silvana Ramos	1/1/2016 a 25/7/2016	1.484,67	4.454,00
Carlos André Santos de Oliveira**	26/7/2016 a 31/12/2016	-	-
Roberto Marazi**	26/7/2016 a 31/12/2016	-	-
Malaquias Ancelmo de Oliveira**	26/7/2016 a 31/12/2016	-	-
Andréia Lúcia Araújo da Cruz de Carvalho	26/7/2016 a 31/12/2016	1.580,00	1.580,00
Najara Flauzino Ferro	26/7/2016 a 31/12/2016	1.580,00	3.160,00

Nome do Conselheiro (Titulares)	Período de Gestão no Exercício	Remuneração (R\$)	
		Média mensal	Total no exercício
Nome do Conselheiro (Suplentes)			
Luizita Fonseca Leite Pina**	26/7/2016 a 31/12/2016	-	-
Conselho Fiscal 2016			
Marcos Antonio Braga da Rocha**	1/1/2016 a 20/7/2016	-	-
Gilcimar Barros Pureza	1/1/2016 a 20/7/2016	1.508,50	3.017,00
Marcelino Henrique Queiroz Botelho	1/1/2016 a 20/7/2016	1.484,67	4.454,00
Tania Mara Garib	1/1/2016 a 18/5/2016	1.484,67	4.454,00
Edilson Rodrigues Tavares	1/1/2016 a 18/5/2016	1.437,00	2.874,00
Elise Andreolla	1/1/2016 a 19/5/2016	1.484,67	4.454,00
Ricardo da Costa Nunes	21/7/2016 a 31/12/2016	1.580,00	6.320,00
Esthério Sebastião Colnago	21/7/2016 a 31/12/2016	1.580,00	4.740,00
André Pacelli Bezerra Viana	21/7/2016 a 31/12/2016	1.580,00	1.580,00
Benedito Adalberto Brunca	22/9/2016 a 31/12/2016	1.580,00	1.580,00
Pedro Alves Corrêa Neto	22/9/2016 a 31/12/2016	1.580,00	3.160,00
Evaristo Lunz Gomes	22/9/2016 a 31/12/2016	1.580,00	3.160,00
Nome do Conselheiro (suplentes)			
Maria de Fátima C. da Cruz**	1/1/2016 a 21/9/2016	-	-
Bruna Adair Miranda**	1/1/2016 a 21/9/2016	-	-
Helcio Campos Botelho**	1/1/2016 a 21/9/2016	-	-
José Aparecido dos Santos	1/1/2016 a 21/9/2016	1.484,67	4.454,00
Norberto Tomasini **	1/1/2016 a 21/9/2016	-	-
Robespierre Koury Ferreira**	1/1/2016 a 21/9/2016	-	-
Jeferson Adonias Smaniotto**	22/9/2016 a 31/12/2016	-	-
José Arilo Carneiro Pereira	22/9/2016 a 31/12/2016	1.580,00	3.160,00
Emanuel Araújo Dantas	22/9/2016 a 31/12/2016	1.580,00	1.580,00
Fábio José Pereira**	17/11/2016 a 31/12/2016	-	-
Leonardo Abreu de Oliveira*	22/9/2016 a 31/12/2016	-	-
Renato Nobile***	1/1/2016 a 31/12/2016	-	-

*Foram indicados, mas não assumiram.

** Não participaram de reuniões em 2016.

*** Executivo contratado pela OCB desde 20/8/2013, não recebe ajuda de custos ou remuneração pelo SESCOOP.

Fonte: Secretaria dos Conselhos e Gecont (2016).

Anexo 7. Demonstrações Contábeis Previstas pela lei nº 6.404/1976, incluindo as notas explicativas

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Sescoop Nacional

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais)

ATIVO			
	Notas	2016	2015
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	213.963.790	185.967.581
Outros créditos	4	2.427.193	720.985
Total do ativo circulante		216.390.983	186.688.566
Ativo não circulante			
Imobilizado	5	2.006.998	2.584.902
Intangível	6	3.669.231	4.405.528
Total do ativo não circulante		5.676.229	6.990.430
Total do ativo		222.067.212	193.678.996

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Sescoop Nacional

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Passivo circulante			
Contas a pagar	7	371.086	1.083.115
Salários, encargos sociais e impostos a recolher	8	803.227	785.997
Provisão trabalhistas e encargos sociais	9	1.751.958	1.593.076
Contribuições a repassar de receitas retidas	11	1.946.841	1.792.228
Outras obrigações	-	214	214
Total do passivo circulante		4.873.326	5.254.630
Provisões para demandas judiciais	10	487.736	236.726
Total do passivo não circulante		487.736	236.726
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	12	71.854.151	77.870.659
Outras reservas	12	144.851.999	110.316.981
		216.706.150	188.187.640
Total do passivo e patrimônio líquido		222.067.212	193.678.996

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Sescop Nacional

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais)

	Notas	2016	2015
Receita operacional líquida	13	107.383.871	103.927.986
Despesas operacionais			
Transferências e convênios	14	(51.056.693)	(33.825.936)
Pessoal, encargos e benefícios sociais	15	(19.966.202)	(18.110.166)
Arrecadação do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	16	(11.582.236)	(10.580.532)
Serviços profissionais e contratados	17	(5.835.053)	(4.186.261)
Administrativas	18	(7.683.873)	(6.531.117)
Institucionais	19	(6.627.399)	(8.238.280)
Depreciações e amortizações	5 / 6	(1.987.017)	(1.825.257)
Outras receitas operacionais	20	440.927	1.731.546
Total das despesas operacionais		(104.297.546)	(81.566.003)
Superávit antes do resultado financeiro		3.086.325	22.361.983
Resultado financeiro líquido	21	25.432.185	19.886.364
Superávit do exercício		28.518.510	42.248.347

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Sescop Nacional

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais)

	Patrimônio Social	outras reservas	Superávit exercício	Total
Saldo acumulado em 31/12/2014	68.111.950	77.827.343	-	145.939.293
Superávit do exercício		-	42.248.347	42.248.347
Transferência para patrimônio social / outras reservas	9.758.709	32.489.638	(42.248.347)	-
Saldos acumulados em 31/12/2015	77.870.659	110.316.981	-	188.187.640
Superávit do exercício		-	28.518.510	28.518.510
Transferência para patrimônio social / outras reservas	(6.016.508)	34.535.018	(28.518.510)	-
Saldos acumulados em 31/12/2016	<u>71.854.151</u>	<u>144.851.999</u>	<u>-</u>	<u>216.706.150</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Sescoop Nacional

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa proveniente das operações		
Superávit do exercício	28.518.510	42.248.347
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação e amortização	1.987.017	1.825.257
Baixas do ativo imobilizado	-	2.310
Provisão para demandas judiciais	251.010	116.726
	30.756.537	44.192.640
(Aumento) / Redução nos ativos		
Outros créditos	(1.706.208)	(661.705)
	(1.706.208)	(661.705)
(Redução) / aumento nos passivos		
Contas a pagar	(712.029)	(244.375)
Salários, encargos sociais e imposto a pagar	17.230	162.145
Provisão trabalhistas e encargos sociais	158.882	890.284
Contribuições a repassar de receitas retidas e outras obrigações	154.613	169.473
Outras Obrigações	-	214
	(381.304)	977.741
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	28.669.025	44.508.676
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		
Adições no ativo imobilizado	(225.846)	(331.050)
Adições ao ativo intangível	(446.970)	(837.772)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimento	(672.816)	(1.168.822)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	27.996.209	43.339.854
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	185.967.581	142.627.727
No final do exercício	213.963.790	185.967.581
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	27.996.209	43.339.854

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

Em 03 de setembro de 1998, a Medida Provisória nº 1.715/1998 criou o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). O Decreto nº 3.017/1999, de 06 de abril do ano seguinte, complementou o ato inaugural e instituiu os regulamentos e demais dispositivos que lhe balizam a atuação.

O Sescoop integra o Sistema Cooperativista Brasileiro e fornece-lhe suporte em formação profissional – técnica e gerencial – e na promoção social dos cooperados, empregados e familiares, além de apoiar diretamente a operação das cooperativas.

Formalmente, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída sob o estatuto de serviço social autônomo.

Seus recursos são de natureza parafiscal: originam-se das cooperativas, que contribuem com um percentual de 2,5% sobre as folhas de pagamento, conforme preceitua o Artigo 12. do Decreto-lei nº 3.017 de abril de 1999:

“A distribuição e forma de utilização dos recursos aludidos neste capítulo serão definidos no Regimento Interno.”

As responsabilidades sociais do Sescoop Nacional evidenciam-se, particularmente, na ênfase conferida às atividades capazes de produzir efeitos socioeconômicos condizentes com os objetivos do Sistema Cooperativista.

O Sistema Sescoop opera em todo o território brasileiro. Compõe-se de uma unidade nacional, o Sescoop Nacional (Sescoop NA), com sede em Brasília, e de 27 unidades estaduais que atuam nos 26 Estados da Federação e no Distrito Federal. Conta, em função dessa estrutura, com uma grande capilaridade, o que, entre outras vantagens, confere-lhe flexibilidade ímpar no atendimento às cooperativas, observando que, no exercício de 2011, a Unidade do Sescoop Maranhão estava em intervenção, conforme determina a Resolução nº 187/2007, de dezembro de 2007, devido a isso, a atuação de capacitação e das atividades cooperativistas ficaram suspensas no período.

O Sescoop está sujeito, ainda, à auditoria externa independente e tem sua execução orçamentária sob o crivo do Tribunal de Contas da União, o qual tem poderes para efetuar fiscalizações contábil e financeira, além de inspeções, auditorias operacionais e patrimoniais, nos termos dos Artigos 70. e 71. da Carta Magna e Artigos 1º e 5º da Lei nº 8.443/1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas

da União), bem como enviar à Controladoria-Geral da União, conforme preceitua a Lei nº 11.768, de agosto de 2008, do Artigo 6º, § 3º:

“As entidades constituídas sob a forma de serviço social autônomo, destinatárias de contribuições dos empregadores, incidentes sobre a folha de salários, deverão divulgar, pela internet, dados e informações acerca dos valores recebidos à conta das contribuições, bem como das aplicações efetuadas, discriminadas por finalidade e região.”

De acordo com o Artigo 150. da Carta Magna:

“Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (EC nº 3/93 e EC nº 42/2003)- VI - Instituir impostos sobre:

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

§ 4º As vedações expressas no inciso VI, alíneas b e c, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.”

A administração da entidade, baseada no posicionamento técnico de seus assessores jurídicos, entende que é imune de qualquer tipo de imposto, inclusive sobre rendimentos decorrentes de aplicações financeiras, tendo em vista que esta remuneração trata-se predominantemente de uma recomposição de perdas por reflexos inflacionários e que tanto o valor principal quanto o acessório (rendimento) são aplicados fundamentalmente nas finalidades essenciais de seu objeto social.

De acordo com o inciso I do Artigo 12. do Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.732, de 1998, o Sescop NA está isento também da contribuição social.

As operações dos Sescops estaduais são substancialmente mantidas, por meio do recebimento do repasse de recursos, efetuados pelo Sescop Nacional. Se houvesse déficit apurado no exercício, este seria absorvido pelo patrimônio social (superávit acumulado).

A entidade não tem outros resultados abrangentes além do resultado do exercício.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Entidade no dia 31 de Março de 2017.

2. Preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis as entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis

2.2.1. Apuração do resultado

O resultado das operações da Entidade, especificamente as suas despesas são apurados em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de contribuições destinadas a Entidade são reconhecidos contabilmente no momento do efetivo recebimento financeiro.

2.2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

2.2.3. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada, incluindo ainda, quando aplicável, os juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme a Nota Explicativa nº 5.

A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.2.4. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos, separadamente, são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A Administração revisa anualmente o valor estimado de realização dos ativos, e taxa de amortização, levando em consideração sua vida útil. A amortização dos bens é reconhecida no resultado do exercício de acordo com taxas informadas na Nota Explicativa nº 6.

2.2.5. Recuperabilidade de ativos (impairment)

O Sescop Nacional avaliou no encerramento do exercício social se existiram evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirmasse a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta pudesse ser estimada de maneira confiável, o Sescop Nacional reconheceria no resultado a perda por impairment. Foi elaborado um relatório interno pelo Sescop Nacional, visando atender as exigências contidas no CPC 01 – “Redução ao valor recuperável do ativo”, e não foi identificada a necessidade de provisão para desvalorização de ativos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

2.2.6. Contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário das atividades operacionais. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor pactuado em contrato, documento similar hábil a documento fiscal legal, os quais propiciem ao Sescoop Nacional bases confiáveis de mensuração de valor e realização do fato gerador objeto de registro por competência. Na prática, são, normalmente, reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.2.7 Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

2.2.8. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência.

2.2.9. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor do Sescoop Nacional e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no Balanço Patrimonial quando o Sescoop Nacional possuir uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação seja provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.10. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis da entidade é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras operações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes à seleção da vida útil de bens do imobilizado, dos ativos intangíveis, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao próprio processo de estimativa.

A Administração da entidade monitora e revisa estas estimativas e suas premissas em bases anuais a seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

a) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável estimado, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

b) Provisões para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

2.4. Novas normas e interpretações de normas

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB, das quais ainda não estão em vigência e não foram adotadas de forma antecipada pela Entidade, visto que o CPC ainda não fez a emissão dos pronunciamentos locais equivalentes. A Entidade está avaliando os impactos da adoção nas demonstrações contábeis.

- IFRS 9 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018) – Instrumentos financeiros;
- IFRS 15 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2017) – Receita de Contratos com Clientes;
- IFRS 16 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2019) – Operações de Arrendamento Mercantil.

2.5. Gestão de riscos

a) Gestão de risco financeiro

As atividades da entidade a expõe a riscos financeiros como crédito e juros. A gestão de risco da entidade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela administração e estrutura corporativa da entidade, assim composta:

- Superintendência administrativa - órgão de gestão administrativa da entidade;
- Conselho fiscal - órgão de assessoramento do conselho deliberativo, para assuntos de gestão patrimonial e financeira;
- Conselho de administração - órgão colegiado que detém o poder originário e soberano da entidade.

A entidade restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha com taxas compatíveis de mercado.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não havia concentração de risco de crédito relevante, assim como a entidade não possuía qualquer operação relacionada a derivativos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e Bancos (sem restrição)	6.034	158.993
Caixa e Bancos (com restrição)	661	514
Aplicações financeiras (sem restrição) (a)	69.105.757	75.491.607
Aplicações financeiras (com restrição) (a) e (b)	144.851.338	110.316.467
Total	213.963.790	185.967.581

(a) As aplicações financeiras são efetuadas em instituição financeira de primeira linha, com resgate a qualquer momento, na modalidade de Certificado de Depósito Bancário (CDB-DI) com rendimento médio de 98% do CDI mensal:

(b) Tratam-se de recursos denominados de Fundo Solidário de Desenvolvimento Cooperativo (Fundecoop), os quais são controlados em contas separadas e tem restrições de uso a não ser para os projetos/convênios de âmbito regional e nacional a que se destinam, bem como repasse suplementar às unidades regionais do SESCOOP.

4. Outros Créditos

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamentos às unidades estaduais do SESCOOP e cooperativas (a)	2.144.988	552.607
Adiantamentos Diversos	200.607	168.378
Depósito Judicial	8.960	-
Estoques	72.638	-
Total	2.427.193	720.985

(a) referem-se a valores repassados às unidades estaduais para realização de projetos específicos, sendo que os mesmos devem ter prestação de contas. Também são classificados nessa conta os adiantamentos, também conhecidos como “Patrocínios” às cooperativas para realização de eventos voltados para o cooperativismo.

5. Imobilizado

Descrição	% – Taxas anuais de depreciação	31/12/2016			31/12/2015
		custo	Depreciação	Líquido	
Móveis e utensílios	10%	1.188.242	(762.771)	425.471	543.538
Veículos	20%	66.348	(27.645)	38.703	51.974
Máquinas e equipamentos	10%	413.943	(246.900)	167.043	203.262
Equipamentos de informática	20%	4.039.307	(2.874.650)	1.164.657	1.507.080
Equipamentos de comunicação (a)	10%	679.246	(468.122)	211.124	279.048
Total		6.387.086	(4.380.088)	2.006.998	2.584.902

(a) Referem-se preponderantemente a equipamentos e licenças de videoconferência, disponibilizadas para as unidades regionais, como comodato.

Movimentação do ativo imobilizado em 2015:

Descrição	Saldo líquido em 31/12/2014	Adição	Baixa	Depreciação	Saldo líquido em 31/12/2015
Equipamentos de informática	1.806.927	331.050	(212)	(630.685)	1.507.080
Móveis e utensílios	662.123	-	-	(118.585)	543.538
Equipamentos de comunicação	346.973	-	-	(67.925)	279.048
Máquinas e equipamentos	243.884	-	-	(40.622)	203.262
Veículos	69.826	-	(1.833)	(16.019)	51.974
Total	3.129.733	331.050	(2.045)	(873.836)	2.584.902

Movimentação do ativo imobilizado em 2016:

Descrição	Saldo líquido em 31/12/2015	Adição	Baixa	Depreciação	Saldo líquido em 31/12/2016
Equipamentos de informática	1.507.080	221.250	-	(563.673)	1.164.657
Móveis e utensílios	543.538	-	-	(118.067)	425.471
Equipamentos de comunicação	279.048	-	-	(67.924)	211.124
Máquinas e equipamentos	203.262	4.596	-	(40.815)	167.043
Veículos	51.974	-	-	(13.271)	38.703
Total	2.584.902	225.846	-	(803.750)	2.006.998

Impairment e vida útil estimada

O estudo suporte da revisão do tempo de vida útil estimado, valor residual e indício de perda de valor recuperável do ativo não resultou em alteração contábil, pois não se evidenciou alteração relevante, a qual justificasse alguma alteração, conforme se apresenta nos laudos de revisão emitidos pela equipe técnica, inventário e demais relatórios.

6. Intangível

Descrição	% – Taxas anuais de amortização	31/12/2016			31/12/2015
		custo	amortização	líquido	
Direitos de uso de software	20%	8.400.675	(5.356.293)	3.044.382	2.837.447
Outros bens intangíveis	20%	221.001	(220.605)	396	623
Marcas e patentes		785	-	785	785
Software em elaboração		623.668	-	623.668	1.566.673
Total		9.246.129	(5.576.898)	3.669.231	4.405.528

Movimentação do ativo intangível em 2015:

Descrição	Saldo líquido em 31/12/2014	Adição	Transferência/Baixas	Amortização	Saldo líquido em 31/12/2015
Direitos de uso de software	2.992.278	530.959	265.405	(951.195)	2.837.447
Outros bens intangíveis	849	-	-	(226)	623
Marcas e patentes	785	-	-	-	785
Software em elaboração (a)	1.525.530	306.813	(265.670)	-	1.566.673
Total	4.519.442	837.772	(265)	(951.421)	4.405.528

Movimentação do ativo intangível em 2016:

Descrição	Saldo líquido em 31/12/2015	Adição	Transferência/Baixas	Amortização	Saldo líquido em 31/12/2016
Direitos de uso de software	2.837.447	40.218	1.349.757	(1.183.040)	3.044.382
Outros bens intangíveis	623	-	-	(227)	396
Marcas e patentes	785	-	-	-	785
Software em elaboração (a)	1.566.673	406.752	(1.349.757)	-	623.668
Total	4.405.528	446.970	-	(1.183.267)	3.669.231

(a) A conta “Software em elaboração” refere-se a investimentos em melhorias de software, que na medida em que é concluído o projeto, o mesmo é transferido para a rubrica de direitos de uso de software.

7. Contas a pagar

Obrigações referentes às aquisições de bens e serviços para a manutenção das atividades-fim e meio.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores – pessoa jurídica	347.533	1.083.071
Fornecedores – pessoa física	23.553	44
Total	371.086	1.083.115

8. Salários, encargos sociais e impostos a recolher

Representam as obrigações decorrentes da folha de pagamento dos funcionários e as retenções de impostos sobre prestação de serviços:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Encargos, consignações e impostos sobre folha de pagamento	729.178	668.045
Retenções de impostos sobre prestação de serviços	71.003	117.952
Encargos sobre terceiros	3.046	-
Total	803.227	785.997

9. Provisão de despesas trabalhistas e encargos sociais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Férias e abonos pecuniários dos funcionários com respectivos adicionais de 1/3	1.308.728	1.201.435
INSS sobre férias	325.256	283.850
FGTS sobre férias	104.866	95.814
PIS sobre férias	13.108	11.977
Total	1.751.958	1.593.076

10. Provisões para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o Sescop Nacional é parte em processos administrativos e judiciais de natureza civil e trabalhista, avaliados pelos consultores jurídicos como probabilidade de perda provável.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Provisões para contingências	487.736	236.726
Total	487.736	236.726

11. Contribuições a repassar de receitas retidas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Contribuições a repassar de receitas retidas (a)	1.946.841	1.792.228
Total	1.946.841	1.792.228

(a) Referem-se a recursos de contribuições retidas pelo Sescop Nacional da unidade do Maranhão, devido a processos de monitoramento, conforme o artigo 50 do regimento interno.

12. Patrimônio líquido

Composto substancialmente de superávit acumulado.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio Social (sem restrição)	71.854.151	77.870.659
Outras reservas (com restrição) – Fundecoop (a)	144.851.999	110.316.981
Total	216.706.150	188.187.640

(a) É mantido em conta específica, dentro do patrimônio líquido, o saldo de recursos que tem restrição para aplicação, os quais são decorrentes do Fundo Solidário de Desenvolvimento das Cooperativas (FUNDECOOP).

13. Receita operacional líquida

Receita de contribuições repassadas pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) no decorrer do exercício de 2016.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Receita de contribuições (sem restrição)	49.902.890	45.583.909
Receita de contribuições – Fundecoop (com restrição)	57.480.981	58.344.077
Total	107.383.871	103.927.986

14. Transferências e convênios

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Transferências às unidades estaduais (a)	(40.142.081)	(22.381.141)
Transferências para projetos específicos (b)	(5.845)	(2.941.384)
Contribuição para OCB (c)	(6.386.776)	(5.834.407)
Transferências para convênios (d)	(4.521.991)	(2.669.004)
Total	(51.056.693)	(33.825.936)

- (a) Repasse suplementar da arrecadação para aplicação direta pelas unidades estaduais/regionais, conforme normas definidas pelo Conselho Nacional do SESCOOP;
- (b) Repasse proveniente do Fundo Solidário de Desenvolvimento das Cooperativas (FUNDECOOP) para as unidades estaduais, conforme resolução do Conselho Nacional do SESCOOP;
- (c) Repasse de 2% da arrecadação para a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) a título de taxa de administração, pela utilização de sua estrutura institucional, de representação, de informação e de logística disponível no Sistema OCB/OCEs;
- (d) Conforme Termo de Convênio de Cooperação Técnica e Financeira objetivando viabilizar as estratégias organizacionais do Cooperativismo devidamente avalizados pela alta Administração.

15. Pessoal, encargos e benefícios sociais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Salários, proventos e hora extra	(10.385.044)	(9.580.615)
Férias e abono constitucional	(1.299.407)	(1.229.977)
Benefícios	(2.679.774)	(2.309.532)
13º salário	(975.223)	(881.685)
Encargos trabalhistas	(4.474.847)	(4.042.097)
Outros gastos	(151.907)	(66.260)
Total	(19.966.202)	(18.110.166)

16. Arrecadação do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Despesas com arrecadação do INSS (a)	(11.582.236)	(10.580.532)
Total	(11.582.236)	(10.580.532)

- (a) Refere-se aos custos de administração da Previdência Social, provenientes da cobrança, arrecadação e normatização dos recursos pagos pelas Cooperativas ao SESCOOP Nacional. A referida despesa corresponde a 3,5% do total das arrecadações.

17. Serviços profissionais e contratados

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Auditoria e Consultoria	(1.907.374)	(1.979.261)
Serviços especializados	(3.705.253)	(2.112.694)
Outros serviços contratados	(153.324)	(29.839)
Serviços gerais	(55.089)	(53.434)
Serviços de transportes	(3.680)	(5.631)
Encargos sociais sobre serviços de terceiros	(10.333)	(5.402)
Total	(5.835.053)	(4.186.261)

18. Despesas administrativas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Passagens e locomoções	(2.912.431)	(2.792.335)
Diárias, hospedagem e outras despesas de viagens	(2.554.954)	(2.387.759)
Serviços de comunicação	(1.860.869)	(949.395)
Material de consumo	(115.013)	(155.972)
Despesas com dirigentes e conselheiros	(213.206)	(218.256)
Aluguéis e encargos	(27.400)	(27.400)
Total	(7.683.873)	(6.531.117)

19. Despesas institucionais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Divulgação e publicidade	(4.423.389)	(6.743.498)
Serviços gráficos	(1.290.066)	(812.940)
Demais custos e despesas	(913.944)	(681.842)
Total	(6.627.399)	(8.238.280)

20. Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Outras receitas operacionais (a)	684.998	1.827.666
Provisão para contingência	(251.010)	(116.726)
Outras receitas e despesas	6.939	20.606
Total	440.927	1.731.546

(a) O saldo refere-se basicamente à devolução de transferências de recursos do FUNDECOOP (vide nota explicativa nº 14) não utilizados pelas unidades estaduais e ou glosa em prestações de contas.

21. Resultado financeiro líquido

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras (sem restrição)	9.072.645	8.155.276
Receitas de aplicações financeiras (com restrição)	16.380.649	11.748.461
Total	25.453.294	19.903.737
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(19.176)	(15.592)
Outras despesas financeiras e demais tributos	(1.933)	(1.781)
Total	(21.109)	(17.373)
Resultado financeiro	25.432.185	19.886.364

22. Transações com partes relacionadas

O Sescop Nacional mantém vínculo Regimental com a Organização das Cooperativas Brasileiras, a qual é o órgão máximo de representação das cooperativas no País. As operações de caráter oneroso entre os entes referem-se a taxa de administração, pela utilização de sua estrutura institucional, de representação, de informação e de logística disponível no sistema OCB/OCEs.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Transferência contribuição para OCB	6.386.776	5.834.408
Total	6.386.776	5.834.408

Também há operações de transferências de recursos/retenções para unidades conforme mencionado na nota explicativa 4, 11 e 14.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

De acordo com o regimento interno do Sescop Nacional é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos conselhos deliberativo e fiscal.

23. Seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

* * *

CAPÍTULO 8

OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO



8.1. Parecer de Auditoria Interna Sobre a Prestação de Contas Anual

RELATÓRIO DA AUDITORIA INTERNA

A Assessoria de Auditoria e Controle do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Sescop, Unidade Nacional, cumprindo o que determina o inciso III do artigo 13º da IN TCU nº 63/2010, combinado com o inciso I do artigo 8º da DN TCU 154/2016, bem como ao que dispõe o Regimento Interno do Sescop, art. Nº 55, inciso VII, emite o presente Relatório de Auditoria Interna como parte do Relatório de Gestão do Sescop Unidade Nacional referente ao exercício 2016.

Analisamos o Relatório de Gestão do Sescop Unidade Nacional referente ao exercício 2016 a luz das normas aplicáveis e não identificamos inconsistências que comprometam a conformidade do Relatório.

O macroprocesso mais relevante do SESCOOP é o de contratações de fornecedores de bens e serviços, o qual é regulamentado pelas resoluções 850/2012 e 860/2012. Foram realizados testes específicos de auditoria para esse macroprocesso e não foram identificadas inconformidades relevantes, somente oportunidades de melhorias de caráter formal, que foram objeto de recomendações. Com base nos testes realizados, concluímos que os controles internos do principal macroprocesso do SESCOOP são capazes de identificar, evitar e corrigir falhas e irregularidades, bem como de minimizarem os respectivos riscos.

A criação e atribuições da Assessoria de Auditoria e Controle – AUDIT, estão previstas nos artigos 54º e 55º do Regimento Interno do SESCOOP.

A Assessoria de Auditoria e Controle – AUDIT, é subordinada diretamente ao Conselho Nacional do SESCOOP, conforme determinado por meio da Portaria Nº 01/2015. O escopo dos trabalhos da Auditoria é definido por meio do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAAAI, e os resultados alcançados são avaliados por meio do respectivo Relatório Anual de Atividade da Auditoria Interna – RAAAI, ambos submetidos à apreciação e aprovação do Conselho Nacional, anualmente, conforme previsto no inciso XIV do artigo 14 do Regimento Interno.

Os resultados dos trabalhos de auditoria interna são monitorados pelo Conselho Fiscal, e constam no Relatório Anual de Atividade da Auditoria Interna – RAAAI. Também são monitorados pela própria auditoria interna.

As recomendações da auditoria interna são disponibilizadas, ainda em forma de minuta, à Alta Administração para apreciação e inclusão de seus comentários, os quais integram o relatório final emitido. Nos casos de a Administração decidir por assumir algum risco, essa informação é divulgada no relatório final, no respectivo campo de comentários da administração.

O Conselho Nacional monitora anualmente o nível de risco por meio de uma matriz que consolida o resultado dos trabalhos da Auditoria Externa, do TCU e da CGU, dos últimos 5 anos. Essa matriz é parte integrante do RAAAI – Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna.

CONCLUSÃO

Com base nos testes realizados, concluímos que os controles internos são capazes de identificar, evitar e corrigir falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes, e que o relatório de gestão, referente à prestação de contas do exercício de 2016, do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Unidade Nacional, encontra-se em conformidade com os normativos legais vigentes.


Sanller Bosco Lopes Nonato
Assessor de Auditoria

Brasília, 11 de maio de 2017.

8.2. Pareceres dos Conselhos (Fiscal e Nacional)



PARECER DO CONSELHO FISCAL UNIDADE NACIONAL

Os membros do Conselho Fiscal da Unidade Nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP, no cumprimento de suas atribuições, previstas no Art. 16 do Regimento Interno do Sescop, examinaram o **Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras da Unidade Nacional**, do exercício compreendido entre **01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016** e, com base nos exames procedidos, recomendam ao Conselho Nacional do Sescop sua aprovação.

ESTÊRIO SEBASTIÃO COLNAGO
Conselheiro titular, representante da OCB e
Presidente do Conselho Fiscal

ANDRÉ PACELLI BEZERRA VIANA
Conselheiro titular, representante da OCB

RICARDO DA COSTA NUNES
Conselheiro titular, representante do Ministério da Fazenda

BENEDITO ADALBERTO BRUNCA
Conselheiro titular, representante da Previdência Social/MF

PEDRO ALVES CORRÊA NETO
Conselheiro titular, representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

EVARISTO LUNZ GOMES
Conselheiro titular, representante dos Empregados em Cooperativas

Anexo à ata da **102ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal** da Unidade Nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, realizada em 18/05/2016.



RESOLUÇÃO Nº 1585/2017 - CONSELHO NACIONAL DO SESCOOP

Dispõe sobre o Relatório de Gestão e demonstrações contábeis/financeiras da Unidade Nacional do SESCOOP.

O Presidente do Conselho Nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP, no uso da competência conferida pelos artigos 3º e inciso III do artigo 23 do Regimento da Unidade Nacional, observando o disposto na Resolução n.º 05/2000, torna público que o Conselho Nacional, em sua 102ª Reunião Ordinária, realizada em 23 de maio de 2017, nos termos do inciso V do artigo 14 do Regimento da Unidade Nacional do SESCOOP, e considerando o parecer do Conselho Fiscal e os relatórios da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis,

RESOLVEU

Art. 1º - Aprovar o Relatório de Gestão e as Demonstrações Contábeis/Financeiras do exercício de 2016 da Unidade Nacional do SESCOOP.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Brasília, 23 de maio de 2017.

MÁRCIO LOPES DE FREITAS
Presidente

"O presente documento foi analisado pela ASJUR e guarda regularidade em seus aspectos jurídicos"

Serviço Nacional de Aprendizagem do
Cooperativismo - SESCOOP

Aldo Francisco Guedes Leite
Assessor Jurídico - SESCOOP/UN
OAB/DF - Nº 50.072

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SAUS (Setor de Autarquias Sul) Quadra 4, Bloco I
CEP: 70070-936 - Brasília - DF - Brasil

www.somuscooperativismo.coop.br

8.3. Rol de Responsáveis (*Sistema E-Contas/Tcu*)

8.4. Relatório de Instância ou Área de Correção

Não há conteúdo a declarar.

8.5. Relatório da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis



3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes
Avenida 136 nº 761, 14º pavimento
Edifício Nasa Business Style | Setor Sul
Goiânia | GO | Brasil

T +55 62 3215.8444
F +55 62 3215.8499
www.grantthornton.com.br

Aos:

Administradores e Conselheiros do
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Sescop Nacional
Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Sescop Nacional (Sescop NA ou Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Sescop Nacional em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis à entidade sem finalidade de lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar e cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos quando identificadas durante nossos trabalhos.

Goiânia, 31 de março de 2017.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Gester Luis dos Santos", written over a horizontal line.

Gester Luis dos Santos
CT CRC SP-216916/O T-GO

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1 "S" – DF

8.6. Declaração de Integridade e Completude dos Registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

Não se aplica ao Sescop Nacional.

8.7. Declaração de Cumprimento das Disposições da Lei Nº 8.730/1993 quanto à entrega de Bens e Rendas



DECLARAÇÃO

Declaro, junto aos órgãos de controle interno e externo, que os membros do Conselho Nacional e Fiscal, titulares e suplentes, assim como os integrantes da Diretoria Executiva do SESCOOP, obrigados pela Lei 8.730/1993, disponibilizaram suas declarações de bens e renda de 2016, ano base 2015, junto à Gerência de Pessoas.

Brasília - DF, maio de 2017.


Ana Cláudia de Oliveira d'Arce Lima
Gerente de Pessoas
CPF: 658.129.484-53

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP
Ana Cláudia de O. D'Arce Lima
Gerente de Pessoas

